

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
Escola de Comunicações e Artes
Departamento de Relações Públicas, Propaganda e Turismo
“Especialização em Pesquisa de Mercado Aplicada em Comunicações”

MARIA LUCIANA GARCIA CUNHA

**A PERCEPÇÃO SOCIAL DA
VIOLÊNCIA PSICOLÓGICA
CONTRA A MULHER.**

Estudo aplicado de um instrumento de pesquisa

São Paulo
2016

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
Escola de Comunicações e Artes
Departamento de Relações Públicas, Propaganda e Turismo
“Especialização em Pesquisa de Mercado Aplicada em Comunicações”

MARIA LUCIANA GARCIA CUNHA

A PERCEPÇÃO SOCIAL DA VIOLÊNCIA PSICOLÓGICA CONTRA A MULHER.

Estudo aplicado de um instrumento de pesquisa

Monografia apresentada ao Departamento de Relações Públicas, Propaganda e Turismo da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, em cumprimento parcial às exigências do Curso de Pós-Graduação-Especialização, para obtenção do título de especialista em “Pesquisa de Mercado Aplicada em Comunicações”, sob orientação da profa. Dra. Maria Clotilde Perez R. B. Sant’Anna e Prof. Dr. Leandro Leonardo Batista.

São Paulo
2016

“O azar da sua anatomia “aberta” lhe expõe a todo tipo de perigo”

(Octavio Paz, 1961)

AGRADECIMENTOS

Meus agradecimentos são primeiramente a Deus por ter me dado as oportunidades de chegar até aqui.

Em segundo lugar à minha família. Aos meus pais, em grande parte responsáveis pelo meu interesse em pesquisa. Minha mãe, meu exemplo de mulher, e meu pai, meu estatístico de plantão. Àqueles que tiveram duas filhas mulheres e nunca fizeram disso um determinante da educação e liberdade que recebemos. Obrigada pelo apoio, incentivo e amor.

À minha irmã, Emilia, amiga, companheira desde sempre pra sempre. Obrigada pela paciência, por acreditar tanto em mim e estar sempre por perto: ∞.

Ao meu companheiro, Paulo, amigo e meu apoio de todas as horas. Obrigada pela confiança, pela parceria, carinho e pelos gráficos.

Aos meus colegas de planejamento pelo aprendizado, pelos conselhos, pelo incentivo. Um obrigada especial à Debora que com tanta paciência e dedicação me convidou para o mundo da pesquisa de mercado.

Às amigas e desconhecidas feministas que descobri durante o processo deste trabalho. Obrigada pela inspiração e pelo incentivo.

Aos professores, colegas de curso, e ao meu orientador Altay pela trajetória de aprendizados e desafios.

Resumo

A violência contra a mulher é hoje um problema que mata, fere e deixa marcas na sociedade brasileira. Em grande parte fruto de uma herança cultural patriarcal, algumas agressões se enraízam nas dinâmicas sociais e nem sempre são percebidas como tais. É o caso da violência psicológica que se por um lado trafega nas redes de uma cultura que tolera a opressão da mulher, por outro precisa ser entendida, investigada, e combatida como um problema público. É nesse contexto que este projeto discute a importância da pesquisa de mercado como um primeiro passo para um completo diagnóstico e entendimento do problema. Através de uma abordagem multidimensional dos conflitos conjugais, propomos uma ferramenta colocada à teste através de uma pesquisa online com homens e mulheres. O trabalho apresenta a análise descritiva dos resultados da coleta assim como uma análise estrutural e inferencial do questionário de forma a sugerir melhorias e caminhos para dar continuidade à pesquisa nesse campo.

Palavras-chave: Violência contra a mulher. Pesquisa de mercado.

Abstract

Violence against women is a problem that kills, injures and leaves marks on Brazilian society. Largely the result of a patriarchal cultural heritage, some attacks are rooted in social dynamics and are not always perceived as such. This is the case of psychological violence, that if on the one hand traffics on the networks of a culture that tolerates the oppression of women, on the other needs to be understood, investigated and combated as a public problem. In this context, this project discusses the importance of market research as a first step towards a complete diagnosis and understanding of the problem. Through a multidimensional approach to marital conflict, we propose a tool put to the test through an online survey with men and women. This paper presents a descriptive analysis of the collection of the results as well as structural and

inferential analysis of the questionnaire in order to suggest improvements and ways to continue the research in this field.

Key-words: Violence against women. Market research. Psychological violence.

Resumen

Hoy la violencia contra la mujer es un problema que mata, lastima y deja marcas en la sociedad brasileña. En gran medida debido a la herencia cultural patriarcal algunas agresiones se arraigan en las dinámicas sociales y no siempre son percibidas como tales. Este es el caso de la violencia psicológica, que si por un lado está presente en las redes de una cultura que tolera la opresión de la mujer, por otro precisa ser entendida, investigada y combatida como problema público. Es en este contexto que este proyecto discute la importancia de la investigación de mercado como primer paso para un completo diagnóstico y conocimiento de este problema. Mediante un abordaje multidimensional de los conflictos conyugales, proponemos una herramienta a ser testada a través de una pesquisa online con hombres y mujeres. El trabajo presenta análisis descriptivo de los resultados de la colecta de información así como un análisis estructural e inferencial del cuestionario aplicado con la finalidad de sugerir mejoras y posibles caminos para dar continuidad a la investigación en este campo temático.

Palabras clave: Violencia contra las mujeres. Pesquisa de mercado. Violencia psicológica.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
JUSTIFICATIVA DO TRABALHO.....	12
A VIOLÊNCIA PSICOLÓGICA: O RECORTE CONCEITUAL	18
ABORDAGENS PSICO-SOCIAIS SOBRE A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER... 23	
A PSICOLOGIA SOCIAL E TEORIAS DE ATRIBUIÇÃO DE CAUSA	23
A SOCIOLOGIA DE GÊNERO E A PERSPECTIVA SOCIOLÓGICA DA VIOLÊNCIA DE GÊNERO	26
A DOMINAÇÃO SIMBÓLICA DE BOURDIEU.....	27
A CONSTRUÇÃO DA DOMINAÇÃO MASCULINA SOB A PERSPECTIVA ESTRUTURALISTA	29
O MACHISMO E A IDEOLOGIA PATRIARCAL NO BRASIL	31
O PROJETO DE PESQUISA	35
NOSSOS OBJETIVOS	35
A PESQUISA	37
O QUESTIONÁRIO E AS ESCALAS	39
AS VARIÁVEIS DE CONTROLE.....	43
HIPÓTESES	45
RESULTADOS DA PESQUISA.....	47
ANÁLISE DESCRITIVA DOS RESULTADOS.....	47
<i>Perfil da amostra.....</i>	47
<i>Satisfação conjugal.....</i>	51
<i>O Primado masculino</i>	54
<i>A incidência de violência nas relações conjugais – escala CTS.....</i>	61
<i>A percepção da violência.....</i>	64
<i>As não respostas.....</i>	67
ANÁLISE ESTRUTURAL DO QUESTIONÁRIO.....	67
<i>Análise fatorial das escalas</i>	68
<i>Análise do perfil da associação das escalas entre si</i>	71
CONSIDERAÇÕES FINAIS E PRÓXIMOS PASSOS.....	75
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	79
ANEXO I.....	84

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - TIPO DE VIOLÊNCIA RELATADA EM 2015	16
FIGURA 2 - RELAÇÃO ENTRE VÍTIMA E AGRESSOR	19
FIGURA 3 - ESTIMATIVA PARA RENDA MÉDIA DOMICILIAR PARA OS ESTRATOS DO CRITÉRIO BRASIL (ABEP, 2014)	40
FIGURA 4 - PERFIL DA AMOSTRA: GÊNERO	48
FIGURA 5 - PERFIL DA AMOSTRA: IDADE	48
FIGURA 6 - PERFIL DA AMOSTRA: ESTADO CIVIL	49
FIGURA 7 - PERFIL DA AMOSTRA: FILHOS	49
FIGURA 8 - PERFIL DA AMOSTRA: TEMPO DE RELACIONAMENTO	49
FIGURA 9 - PERFIL DA AMOSTRA: COR/RAÇA	50
FIGURA 10 - PERFIL DA AMOSTRA: ESCOLARIDADE	50
FIGURA 11 - PERFIL DA AMOSTRA: RENDA/ESTRATO SOCIOECONÔMICO.....	50
FIGURA 12 - PERFIL DA AMOSTRA: ORIENTAÇÃO SEXUAL	51
FIGURA 13 - PERFIL DA AMOSTRA: REGIÃO DE RESIDÊNCIA.....	51
FIGURA 14 - GRAU DE FELICIDADE	53
FIGURA 15 - GRAU DE PROXIMIDADE	53
FIGURA 16 - GRAU DE RECOMPENSAÇÃO.....	53
FIGURA 17 - GRAU DE SATISFAÇÃO	54
FIGURA 18 - "OS HOMENS DEVEM SER A CABEÇA DO LAR"	56
FIGURA 19 - "A MULHER CASADA DEVE SATISFAZER O MARIDO NA CAMA, MESMO QUANDO NÃO TEM VONTADE"	56
FIGURA 20 - "TEM MULHER QUE É PRA CASAR, TEM MULHER QUE É PRA CAMA"	56
FIGURA 21 - O QUE ACONTECE COM O CASAL EM CASA NÃO INTERESSA AOS OUTROS.....	57
FIGURA 22 - EM BRIGA DE MARIDO E MULHER, NÃO SE METE A COLHER	57
FIGURA 23 - CASOS DE VIOLÊNCIA DENTRO DE CASA DEVEM SER RESOLVIDOS SOMENTE ENTRE OS MEMBROS DA FAMÍLIA.....	57
FIGURA 24 - A MULHER QUE APANHA EM CASA DEVE FICAR QUIETA PARA NÃO PREJUDICAR OS FILHOS.....	58
FIGURA 25 - HOMEM QUE BATE NA ESPOSA TEM QUE IR PARA A CADEIA	58
FIGURA 26 - UM HOMEM PODE XINGAR E GRITAR COM SUA PRÓPRIA MULHER	58

FIGURA 27 - É ACEITÁVEL QUE UM HOMEM QUE CRESCER EM UMA FAMÍLIA VIOLENTA AGRIDA SUA MULHER	59
FIGURA 28 - É ACEITÁVEL QUE UM HOMEM RASGUE OU QUEBRE AS COISAS DA MULHER SE FICOU NERVOSO.....	59
FIGURA 29 - É DA NATUREZA DO HOMEM SER VIOLENTO.....	59
FIGURA 30 - MULHERES QUE USAM ROUPAS QUE MOSTRAM O CORPO MERECEM SER ATACADAS	60
FIGURA 31 - SE AS MULHERES SOUBESSEM COMO SE COMPORTAR, HAVERIA MENOS ESTUPROS	60
FIGURA 32 - O MARIDO TEM O DIREITO DE CONTROLAR SUA MULHER.....	60
FIGURA 33 – INCIDÊNCIA DE VIOLÊNCIA PSICOLÓGICA SOFRIDA POR MULHERES.....	63
FIGURA 34 - A PERCEPÇÃO DOS NÍVEIS DE VIOLÊNCIA DAS AGRESSÕES	65
FIGURA 35 – ANÁLISE FATORIAL PRIMADO MASCULINO.....	68
FIGURA 36 – ANÁLISE FATORIAL INCIDÊNCIA DE VIOLÊNCIA (AGRESSOR)	69
FIGURA 37 – ANÁLISE FATORIAL INCIDÊNCIA DE VIOLÊNCIA (VÍTIMA)	70
FIGURA 38 – ANÁLISE FATORIAL PERCEPÇÃO.....	71
FIGURA 39 – TESTE-T: PRIMADO MASCULINO, INCIDÊNCIA DE VIOLÊNCIA, PERCEPÇÃO X GÊNERO	72
FIGURA 40 – REGRESSÃO LINEAR: INCIDÊNCIA DE VIOLÊNCIA (VÍTIMA) E PRIMADO MASCULINO X GRAU DE FELICIDADE	73
FIGURA 41 – ANÁLISE FATORIAL: PRIMADO MASCULINO E PERCEPÇÃO.....	74
FIGURA 42 – QUESTÕES SUGERIDAS PARA NOVO QUESTIONÁRIO SEGUNDO A CARGA FATORIAL	76

INTRODUÇÃO

A cada 4 minutos uma mulher é espancada no Brasil. A cada 11 minutos uma mulher é estuprada no Brasil. A cada 2 horas uma mulher é assassinada no Brasil, sendo 50% das mortes violentas cometidas por familiares.¹

Os dados deixam claro que a Violência Contra a Mulher (VCM) é uma realidade que, sem distinção de classes sociais, idades ou regiões, vem se perpetuando na sociedade brasileira. É hoje um problema de ordem pública que vem ganhando importância por seu impacto social, no âmbito dos direitos humanos, na legislação e na saúde pública.

A questão ganhou visibilidade principalmente a partir da sanção da Lei n. 11.340/2006 – a Lei Maria da Penha – que propõe um plano nacional de combate à violência contra a mulher, e que expande o entendimento do problema em suas várias dimensões. Ainda sim, no aniversário de dez anos de sua promulgação, 30% dos brasileiros acreditam que “A mulher que usa roupas provocativas não pode reclamar se for estuprada”.²

O dado que choca, ao mesmo tempo reflete a herança patriarcal de uma cultura enraizada em um primado masculino, no qual o papel do homem e da mulher vem sendo desenhado socialmente em um desequilíbrio simbólico e de poder, estrutura tratada quase como uma justificativa para a opressão da mulher.

Nesse contexto, a violência contra a mulher, que por muitos anos foi respaldada por lei e justificada por uma ordem social de dominância e subordinação de gênero, ainda se perpetua em pensamentos e comportamentos. Um processo que acaba por legitimar certas agressões, especialmente dentro das relações domésticas, julgando-as (ou subjugando-as) como parte integrante, e natural, da dinâmica entre homens e mulheres.

Se essa quase “tolerância” social ainda se dá em níveis de estupro e agressões físicas quem dirá em violências que não deixam roxos ou marcas físicas, nas violências mais silenciosas: as violências psicológicas.

Estas recebem ainda menos atenção e reconhecimento na dinâmica social, mesmo sendo quase sempre o primeiro passo em um processo de controle e dominação da mulher, que não raro culmina em agressões físicas e mesmo em feminicídio. As políticas públicas também seguem essa tendência e focam quase sempre nas violências físicas; aquelas cujos efeitos imediatos deixam marcas visíveis que as destacam nos índices de pesquisa e na opinião

¹ FLACSO BRASIL. Mapa da Violência, 2015. Homicídio de Mulheres no Brasil. 2015

² Pesquisa #APoliciaPrecisaFalarSobreEstupro. Fórum Brasileiro de Segurança Pública; Datafolha; Agosto, 2016.

pública. Enquanto que a violência psicológica se abriga em uma dimensão pouco delineada, discutida e considerada.

Quantas mulheres estão em situação de vulnerabilidade? Quantas sofrem violência psicológica? Quem são essas mulheres? Quem são esses agressores? Quais as motivações e os gatilhos desse fenômeno? Porque a nossa sociedade tem tanta dificuldade em romper as desigualdades de gênero? O que é preciso fazer para combater o problema?

São inúmeras as variáveis, perguntas e cruzamentos possíveis. Mas o ponto de partida é um só: a investigação. É preciso pesquisar, mapear, entender e debater o fenômeno para podermos então falar sobre seu combate.

É nesse sentido que este trabalho se propõe a discutir a importância da pesquisa de mercado como instrumento de diagnóstico, debate e conscientização social sobre a problemática da violência contra a mulher, particularmente a violência psicológica.

Através de um exercício prático testamos uma ferramenta de pesquisa que pretendeu articular diferentes dimensões relacionadas à realidade da violência contra a mulher como níveis de satisfação matrimonial, níveis de machismo aculturados, a incidência de violência nas relações dos respondentes, níveis de percepção sobre a natureza violenta de certas agressões, além de variáveis sociodemográficas. Pretendemos assim propor uma abordagem da pesquisa sobre VCM que se preocupe em aferir não apenas a incidência declarada desse tipo de violência (praticada ou sofrida), mas também que leve em consideração o que a sociedade entende por esse campo de estudo. Isso porque, é preciso um entendimento adequado, e principalmente uma distinção clara e compartilhada, do que se caracteriza por violência psicológica, para evitar ambiguidades ou falhas de percepção na aferição do fenômeno. E assim permitir que as pesquisas colham dados mais próximos e fidedignos à realidade.

Além disso, o desenvolvimento de padronizações na forma de avaliar, descrever e medir os aspectos relacionados à violência psicológica, traz grande valia para a pesquisa de mercado em seus diversos âmbitos (pesquisa institucional e mesmo pesquisa acadêmica).

Em suma, este projeto se vê, diante de uma realidade tão preocupante e ameaçadora, e ao mesmo tempo ainda pouco delineada e discutida socialmente, como uma oportunidade de discutir e apresentar possíveis saídas para um entendimento e diagnóstico cada vez mais preciso e rico do tema, capaz de subsidiar políticas de educação e combate à violência psicológica contra a mulher.

JUSTIFICATIVA DO TRABALHO

A violência contra a mulher (VCM) foi por muito tempo considerada uma questão de ordem privada, perspectiva essa “legitimada pela ideologia patriarcal institucionalizada e garantida por leis” (LAGE e NADER, 2012, p. 287)

“Até 2005 (quando o adultério deixou de ser crime no Brasil), a condenação legal da mulher adúltera legitimava, no senso comum, a violência conjugal – incluindo, no limite, o assassinato “em defesa da honra” – como forma de punição privada, praticada por maridos, supostamente ou de fato, traídos” (PINSKY; PEDRO (Org.) 2012, p. 288).

É principalmente a partir da década de 80, no chamado “lobby do batom”, que os movimentos feministas brasileiros alcançaram importantes conquistas legais no reconhecimento da VCM caracterizado como problema público. A constituição de 1988 trouxe avanços na deslegitimação do poder conjugal do homem sobre a mulher. Na mesma década foram criadas delegacias especializadas no atendimento a casos de violência contra a mulher. Mas foi em 2006 que se deu a maior vitória feminista com a sanção da Lei n.11.340; a Lei Maria da Penha que propõe uma política nacional de combate à VCM.

A violência do homem contra a mulher, especialmente a doméstica, passa a ser classificada, então, como um tipo de violência bastante específica, vista com outros olhos e combatida de maneira mais firme e incisiva (PINSKY; PEDRO (Org.) 2012). Assim, paradoxalmente ao ambiente em que geralmente se encerra, o ambiente doméstico, há o fortalecimento da problematização da VCM enquanto uma questão pública, particularmente sob duas perspectivas. Primeiramente pela própria origem pública já que a VCM é em grande parte fruto de uma cultura machista e das assimetrias de gênero da sociedade brasileira. Em segundo lugar, por suas consequências crescentemente diagnosticadas em esferas públicas como a saúde, educação, segurança e até mesmo a economia.

É nesse contexto, que cresce também o interesse social e coletivo por entender melhor esse fenômeno que agora representa uma responsabilidade – e um risco – sob a perspectiva da ordem pública. Governo, instituições públicas e privadas, passam então a investigar as nuances desse problema.

A pesquisa sobre a violência contra a mulher ganha relevância e um papel estratégico no diagnóstico e combate ao problema, através da organização e sistematização de dados a partir do: mapeamentos de suas manifestações e grupos de risco; determinação das causas e

fatores correlatos, origens, variáveis determinantes e efeitos colaterais; delimitação de sua extensão; exploração das motivações e diferentes naturezas em que a VCM se manifesta; compreensão das relações dos fatores passíveis de serem modificados por intermédio de intervenções; investigação e projeção dos efeitos sociais, culturais e econômicos causados pela VCM; entre tantos outros aspectos.

É a partir do investimento de recursos e esforços na pesquisa sobre o tema que autoridades e iniciativas privadas podem tomar conhecimento, e despertar consciência sobre a dimensão do problema, a importância e natureza das medidas para combatê-lo. A pesquisa do DataSenado (2015), por exemplo, alerta que pelo menos 18% das entrevistadas já sofreu algum tipo de violência, sendo a incidência maior no grupo de menor escolaridade. A mesma pesquisa aponta um crescimento no índice de violência em lugares públicos como transporte público, praças e universidades. Já o balanço anual do Disque Denúncia (2015) destaca que 39% das mulheres em situação de violência sofrem agressões diariamente³. Somente com o pleno entendimento e a real fotografia do problema é que agentes públicos e privados podem concentrar ações em grupos de riscos como as mulheres de menor escolaridade, maior fiscalização e políticas educacionais em locais públicos, e deliberar sobre maiores investimentos já que se trata de uma violência crescente e rotineira. Esses dados, portanto, não apenas jogam luz ao problema, como também são essenciais para subsidiar a discussão sobre medidas mais consistentes e assertivas de prevenção e punição. As políticas públicas de saúde e segurança, o preparo do aparato estatal e qualificação de profissionais para o atendimento às mulheres, mudanças na legislação e até mesmo a implementação de campanhas de interesse público são alguns dos desdobramentos que podemos discutir a partir de resultados de pesquisas sobre a VCM.

Faz-se evidente, portanto, a importância cada vez maior da pesquisa sobre o fenômeno da VCM. Particularmente no Brasil, a investigação sobre a temática vem sendo bastante desenvolvida, alimentando cada vez mais a discussão e as políticas de combate. Na academia a problemática é pesquisada em âmbitos predominantemente de cunho sócio-psico-antropológicos, além da extensa investigação na área da saúde.

Na esfera governamental destacam-se pesquisas de órgãos como IPEA, DataSenado, OMS, ONU Mulheres, FLACSO (órgão ligado às Nações Unidas) e Secretarias de Políticas para Mulheres e Segurança Pública, que mapeiam percepções e incidência da VCM, e do

³ PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, Secretaria de Políticas para as Mulheres. 2015.

Balanco Semestral Janeiro a Junho - Ligue 180. Brasília: Presidência da República. Disponível em: <http://www.spm.gov.br/assuntos/violencia/ligue-180-central-de-atendimento-a-mulher/balanco1sem2015-versao-final.pdf>

próprio Disque Denúncia 180, órgão responsável por atender e encaminhar vítimas registrando diariamente as agressões. Além disso, é válido destacarmos a atuação de organizações da sociedade civil, fundações e institutos ligados ou não à iniciativa privada, como o Instituto Patrícia Galvão, Instituto Avon, Fundação Perseu Abramo/SESC, cujas pesquisas subsidiam seus trabalhos em prol da criação de agendas nacionais de pressão governos e legisladores, e campanhas de interesse público de conscientização e mobilização social.

Nesse contexto, destaca-se uma perspectiva em particular. A violência contra a mulher ainda é entendida em grande parte como um fenômeno de agressões físicas e sexuais. Isso porque a legitimação de uma dominação masculina sobre a mulher naturaliza e flexibiliza o limiar de aceitação das agressões não físicas como partes “naturais” da relação, particularmente na relação conjugal. Em outras palavras a violência contra a mulher é tanto mais percebida e denunciada quanto for seu nível físico de agressividade – em comportamentos que ferem, deixam marcas ou, em última instância, matam. *“A violência contra a mulher está tão naturalizada que só nos causa indignação aquela que lesa o corpo.”*⁴

Ainda que em menor nível de atenção, as pesquisas sobre o tema não ignoram a existência de uma violência silenciosa, expressa em xingamentos, opressões, humilhações, ciúme excessivo, controle e ameaças. É a violência psicológica, da qual trataremos neste projeto. Mas é importante considerar que nessa tipologia de violência os agressores nem sempre reconhecem em seus comportamentos a violência e as próprias vítimas nem sempre se reconhecem como tais. Ela se abriga em uma dimensão bastante subjetiva, pouco delineada ou discutida. E por isso também ainda é uma categoria bastante negligenciada na discussão da VCM fruto de alguns aspectos como:

“O primeiro refere-se ao que é denunciado nas manchetes dos jornais, que destacam a violência doméstica somente quando esta se manifesta de forma aguda, ou seja, quando ocorrem danos físicos importantes ou, mesmo, quando a vítima vai a óbito. Outro mito, apresentado reiteradamente pela mídia, é o de que a violência urbana é superior à violência doméstica, em quantidade e gravidade. Embora seja difícil entender a ocorrência da violência física sem a presença da violência psicológica, que é tão ou mais grave que a primeira, muitos artigos nem sequer citam a sua existência.” (SILVA; COELHO; CAPONI. 2007)

⁴ <http://anaeufrazio.blogspot.com.br/2013/04/violencia-psicologica-contramulher.html> (acesso em 05/06/16)

Faremos no próximo capítulo uma descrição detalhada sobre a delimitação do conceito sob o qual vamos desenvolver este estudo. Mas neste momento é importante contextualizar essa miopia social acerca da violência psicológica contra a mulher, pois dela resultam efeitos no seu próprio processo de investigação e análise.

A miopia social sobre o fenômeno, fruto de uma percepção quase que conformista dos comportamentos violentos e de controle do homem contra a mulher, reflete na própria pesquisa sobre o assunto. Isso porque a própria pesquisa parece se deparar com uma indeterminação das delimitações, termos e definições do que vem a ser a violência psicológica contra a mulher. Se certos comportamentos contra a mulher não forem percebidos como violência, então podemos comprometer os resultados de pesquisas nas quais as pessoas declaram ou denunciam aquilo que entendem por violência. Daí a importância de estudarmos e nivelarmos os graus de percepção da população em relação ao fenômeno, como forma de calibrar o tom e a forma de perguntar e investigar o assunto.

Tratando particularmente dos estudos de pesquisa de mercado, as pesquisas tem sim se esforçado em investigar e aferir os níveis de violência psicológica contra as mulheres. Quase todas, inclusive, a consideram como parte do problema, especialmente após a promulgação da Lei Maria da Penha, em 2006, que reconhece criminalmente essa tipologia como violência. Ainda sim, percebemos que em muitas das investigações, os dados e questionários denunciam uma falta de padronização na especificação dos constructos de violência contra a mulher, especialmente na violência psicológica. E a imprecisão na definição e na forma de comunicar o que delimita o constructo da violência psicológica, limita o desenvolvimento do campo de estudo. Em um paralelo, a coordenadora do Centro Latino-Americano de Estudos de Violência e Saúde da Fundação Oswaldo Cruz, Maria Cecília Minayo, trata dessa especificidade na perspectiva da dificuldade de estruturar um atendimento à mulher vítima de violência psicológica frente à subjetividade de julgamento acerca dessas agressões:

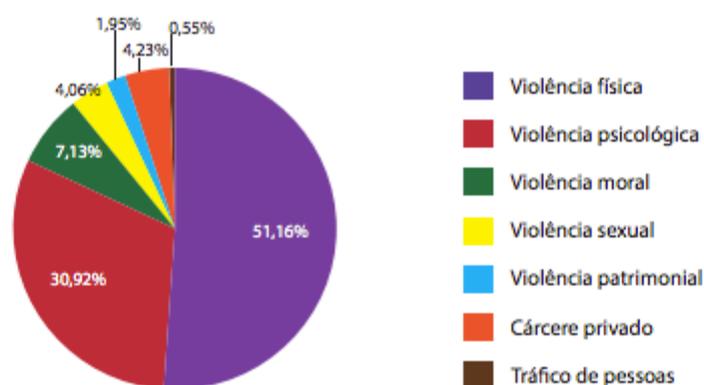
“Pela ‘imaterialidade’ da violência psicológica, se não houver um protocolo de atendimento que ajude a formular as perguntas certas, sempre haverá espaço para não levar a sério a violência que é cometida.”⁵

Da mesma forma na pesquisa sobre o tema se faz importante um entendimento adequado, e principalmente uma distinção clara e compartilhada, do que se caracteriza por violência

⁵ <http://www.compromissoeatitude.org.br/a-importancia-de-mensurar-e-punir-os-danos-da-violencia-invisivel/> (acesso em 20/08/2016)

psicológica, para evitar ambiguidades ou a falha de percepção na aferição do constructo desse fenômeno. Dessa forma, minimizamos desvios e falhas na coleta de dados, buscando uma aferição mais próxima e fidedigna à realidade.

A pesquisa da Secretaria Especial de Comunicação do Senado (2015), por exemplo, questiona as respondentes sobre o conhecimento de vítimas de violências, classificando-as de acordo com seu tipo. Os resultados mostram que, apesar do aumento ao longo dos anos, a violência psicológica soma apenas 34% das menções ficando atrás das vítimas de violência física.



Fonte: Central de Atendimento à Mulher - Ligue 180/SPM

Figura 1 - Tipo de violência relatada em 2015

Considerada pela Organização Mundial de Saúde (OMS) como a forma mais presente de agressão intrafamiliar à mulher, a violência psicológica é quase sempre o primeiro passo de uma dinâmica que pode, então, se encerrar em comportamentos extremos de violência física e até a morte. Nesse sentido, seria natural esperar uma maior prevalência da primeira. Mas a hipótese que levantamos é que a própria definição e percepção da violência psicológica para as pessoas, incerta e difusa – se não desconhecida –, faz com que o que as pesquisas tem coletado seja provavelmente um retrato distorcido da realidade. A pergunta é: será que as pessoas sabem o que é exercer ou sofrer uma violência psicológica para então serem capazes de se reconhecer agressores ou vítimas?

Outro exemplo que possivelmente nos evidencia essa hipótese é a pesquisa do Instituto Avon sobre violência contra a mulher entre jovens, que questiona a homens e mulheres se já

exerceram ou sofreram violência respectivamente, de qualquer natureza. Os índices levantados mostram que apenas 4% dos homens e 8% das mulheres reconhecem terem praticado e sofrido violência. Contudo, a próxima pergunta lhes descrevia o que a pesquisa entendia por violência, expandindo a consciência e percepção dos entrevistados acerca dessa questão. Como resultado, então, a pesquisa mostrou que os índices de agressores e vítimas sobre para 55% e 66% respectivamente, refletindo assim uma provável lacuna no entendimento da opinião pública sobre o que se concebe por comportamentos agressivos, incluindo atitudes e ações que extrapolam o contato físico.

Nesse sentido, torna-se latente a necessidade de que pesquisadores e órgãos públicos considerem a violência psicológica, particularmente contra a mulher, como parte significativa do problema, ainda que pouco percebida e compreendida. É importante, ainda, que tenhamos consciência dessa tolerância e miopia social em relação a esta dimensão para que, enquanto pesquisadores, cuidemos de investigar a questão considerando as abordagens e adequações necessárias para coletar um retrato fiel e claro da realidade. Torna-se importante considerar que certos valores, atitudes e comportamentos tem socialmente uma tolerância maior, e portanto, precisam ser caracterizados e elucidados como violência de maneira clara para os entrevistados. Qualificar a violência psicológica e coletar os dados de forma que agressores e vítimas tomem consciência e se percebam como tais, é parte essencial do diagnóstico e conseqüentemente do combate ao problema. Por isso este projeto tem a pretensão de investigar e evidenciar o grau de percepção das pessoas acerca da violência psicológica, abrindo a discussão para como a pesquisa deve se comportar frente a esse tema.

Propomos assim, investigar algumas das nuances que determinam a percepção social da violência psicológica como forma de discutir e propor variáveis de padronização da investigação dessa problemática. Do primado machista que parece reger a sociedade brasileira, à definições legais sobre agressões psicológicas, vamos testar o grau de percepção dessas variáveis e sua afinidade com a conceitualização e prevalência da violência contra a mulher. Tudo isso, como forma de discutir a tomada de consciência da própria pesquisa de mercado sobre essa problemática, e fomentar seus diagnósticos em prol de políticas públicas de combate à violência contra a mulher.

A VIOLÊNCIA PSICOLÓGICA: O RECORTE CONCEITUAL

Mas afinal o que é violência? E mais especificamente qual a concepção de violência psicológica contra a mulher que tratamos aqui?

A palavra violência deriva do latim *violentia*; que significa impetuosidade, aplicação de força, vigor, contra qualquer coisa. Mas sua origem está relacionada com o termo *violare*, violação, que evidencia o caráter danoso e invasivo do termo. Assim considera-se violência qualquer atitude ou comportamento que se usa da força e do poder para causar intencionalmente dano ou intimidação contra a integridade física ou psicológica, através de autoagressões, agressões interpessoais ou coletivas.

Provavelmente ao longo de toda a história o homem conviveu com a violência, materializada em violações de âmbito civil, social, econômico, político, e cultural. Suas manifestações, nas esferas públicas ou privadas, urbanas ou domésticas, podem ser identificadas entre outras como violência de gênero, de raça, violência política, de religião, violência contra a criança e o idoso.

Para o presente trabalho, trataremos da violência contra a mulher (VCM) discutindo suas tipificações a partir da perspectiva da violência de gênero e doméstica, mais especificamente da violência contra a mulher em relacionamentos afetivos.

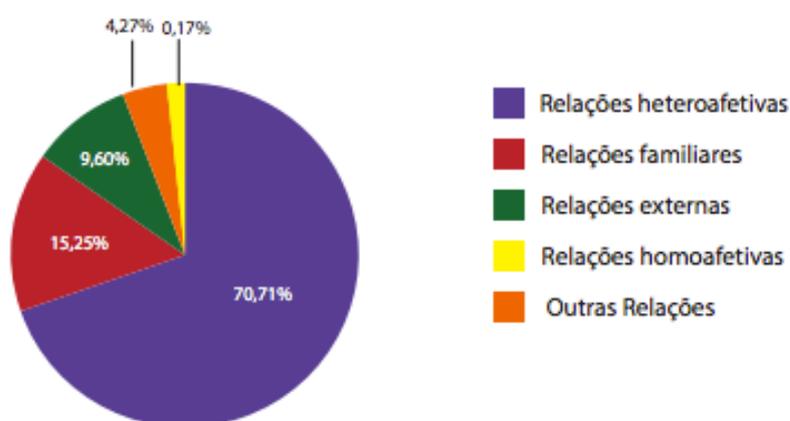
Nessa delimitação utilizaremos a conceitualização combinada da VCM na perspectiva legal, particularmente da Lei Maria da Penha (Brasil, 2006), e da saúde pública na voz de instituições como a OMS (Organização Mundial da Saúde) e o Ministério da Saúde do Brasil. Nessas concepções o fenômeno está inserido em discussões de violência de gênero e violência doméstica. Para a OMS, por exemplo, a violência contra a mulher é definida por:

Todo ato de violência baseado em gênero, que tem como resultado, possível ou real, um dano físico, sexual ou psicológico, incluídas as ameaças, a coerção ou a privação arbitrária da liberdade, seja a que aconteça na vida pública ou privada. (OMS, 1998, apud DA SILVA, 2007, pg.97)

Na perspectiva legal, o artigo 5º da Lei Maria da Penha (Brasil, 2006) configura violência doméstica e familiar contra a mulher como uma forma de violação dos direitos humanos caracterizada por: “qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial”.

A referida lei também protege legalmente a mulher da violência no âmbito doméstico, familiar ou em “qualquer relação íntima de afeto, na qual o agressor conviva ou tenha convivido com a ofendida, independentemente de coabitação.” (artigo 5º, inciso III). Esta especificação se faz relevante pois a violência contra a mulher tem uma significativa diferença da violência intrapessoal em geral. Como destaca Day (2003) “os homens têm maior probabilidade de serem vítimas de pessoas estranhas, enquanto que as mulheres têm maior probabilidade de serem vítimas de membros da sua própria família ou de seus parceiros íntimos. [...] Sabe-se que de 40% a 70% dos homicídios femininos, no mundo, são cometidos por parceiros íntimos.” (DAY, 2003, p.15). Além disso, dados nacionais corroboram essa realidade, como os relatos registrados pelo balanço da Central de Atendimento às Mulheres 180 (2015) que mostram que 70% das agressões foram cometidas dentro de uma relação afetiva, ou seja, por homens com quem as vítimas tinham ou já tiveram algum vínculo afetivo.

Aproveitamos este ponto para salientar que essa realidade também contribui para desenhar e justificar o recorte de investigação deste trabalho, cujo núcleo de estudo serão os relacionamentos afetivos. Estes, por sua vez, abrangem um conceito mais amplo dentro da moderna concepção da sociedade, que considera a possibilidade da violência doméstica ser perpetrada em relações de afeto, e não somente as relações de casal (hetero ou homoafetivas).



Fonte: Central de Atendimento à Mulher - Ligue 180/SPM

Figura 2 - Relação entre vítima e agressor

Delimitando a VCM, a Lei Maria da Penha traz em sua conceitualização a discriminação de cinco categorias de acordo com sua natureza, sendo elas: violência física, sexual, patrimonial, moral e psicológica. Talvez como um dos maiores avanços no combate à VCM, a delimitação de um campo legal que extrapola os abusos físico/sexuais trouxe uma

nova perspectiva à problemática, reconhecendo legalmente agressões morais e psicológicas como parte do problema.

E é justamente na face mais silenciosa da VCM, a violência psicológica, que o presente trabalho foca sua discussão. Para isso é necessário discriminá-la e posicionar seu campo de estudo frente aos outros contextos e definições de violência.

A violência física é entendida legalmente (pela Lei Maria da Penha) como qualquer conduta que ofenda a integridade ou saúde corporal da mulher. Seus efeitos visíveis e imediatos, a tornam entre as cinco violências, a mais reconhecida e combatida socialmente. Ela se caracteriza frente a atos que usam de força física, de algum tipo de arma ou instrumento que pode causar lesões internas: (hemorragias, fraturas), externas (cortes, hematomas, feridas). Entre o rol de agressões as quais as mulheres estão sujeitas podemos distinguir golpes, tapas, chutes, surras, cortes, tentativas de estrangulamento e queimaduras, tortura física, entre outros.

A violência sexual é entendida, pelo artigo 7º, Inciso III, da mesma Lei, como *“qualquer conduta que a contranja a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada, mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força...”*.

A violência moral e patrimonial discorrem, respectivamente, sobre condutas que configuram calúnia, difamação ou injúria e condutas que coloquem em risco a integridade e o direito de posse de objetos e recursos da mulher.

Por fim, a violência psicológica, foco desta discussão, é estabelecida pela Lei Maria da Penha, artigo 7º, Inciso III, como:

“qualquer conduta que lhe cause dano emocional e diminuição da auto-estima ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação;”

Os abusos psicológicos, apesar de frequentes, são por via de regra mais difíceis de serem identificados. Sem marcas visíveis no corpo da mulher, essas agressões são mascaradas em atos de ciúmes, controle, humilhação, menosprezo, chantagem, ironias e ofensas. A manifestação da violência psicológica inclui a discriminação, exploração da mulher, crítica pelo desempenho sexual, o cerceio à liberdade, vigilância constante, reclusão ou privação de

recursos materiais, financeiros e pessoais, ofensa verbal de forma repetida. Além disso, a concepção da Organização Mundial da Saúde⁶ ainda identifica atos que visam degradar ou controlar as ações da mulher, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, manipulação, ridicularização, ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação.

Em termos práticos alguns atos exemplificam o que no dia a dia podem caracterizar comportamentos psicologicamente violentos:

- determinar o jeito como a mulher se veste, pensa, come ou se expressa;
- criticar qualquer coisa que a mulher faça; tudo passa a ser *ruim* ou *errado*;
- desqualificar as relações afetivas da mulher: amigos ou família";
- xingamentos como "vadia", "imprestável", "retardada", "vagabunda";
- expor a mulher a situações humilhantes em público;
- criticar o corpo ou intelecto da mulher de forma ofensiva;

Atos estes que para muitos faz parte da dinâmica natural de um relacionamento, caracterizados como “brincadeiras” ou justificados no papel social de controle do homem como discutiremos mais a frente. Mas a gravidade dessa realidade traz consequências que, ainda que não imediatas ou explícitas, atingem a saúde física e psíquica das mulheres, com desdobramentos que extrapolam o âmbito individual, influenciando sua conjuntura familiar e até mesmo a econômica e social. As consequências se manifestam desde quadros orgânicos como obesidade, síndrome de dor crônica, distúrbios ginecológicos, a problemas psíquicos como depressão, síndrome do pânico, fobia, estresse pós traumático, consumo de álcool e drogas, chegando muitas vezes à tendência ao suicídio.

Não obstante suas consequências diretas, a violência psicológica contra a mulher preocupa ainda mais, já que esta normalmente precede a agressão física que, uma vez praticada e tolerada, pode se tornar constante. Como propõe Bandeira (2014), a violência psicológica é a argamassa da violência física, uma vez que o agressor se usa daquela para controlar sua vítima e mantê-la subjugada. O temor e a perda do empoderamento da mulher são consequências graves de abusos psicológicos, que abrem prerrogativa para que a violência

⁶ Apud http://www.brasilpost.com.br/2014/11/25/violencia-psicologica_n_6214298.html (acesso em 22/05/2016)

física se manifeste. Como mostra Miller o agressor, antes de *“poder ferir fisicamente sua companheira, precisa baixar a auto-estima de tal forma que ela tolere as agressões”*⁷.

Nesse contexto tornam-se essenciais investimentos na investigação, para o diagnóstico e decorrentes políticas públicas e de conscientização social relativas à essa realidade.

O problema é que a violência psicológica ainda é encarada, em muitos casos, como algo "normal" na dinâmica dos relacionamentos. Como propõe Walters & Parke³ (apud DAHLBERG, 2006, p.1165) a violência é culturalmente determinada e a formação cultural na qual a sociedade brasileira ainda se estabelece, não reconhece em certos abusos psicológicos sua natureza violenta. Mas acaba legitimando-os como parte de uma dinâmica de relações nas quais a mulher estaria “naturalmente” sujeita a essas opressões sociais, nas quais muitas vezes nem ela própria se reconhece como vítima:

“Difícilmente, a vítima procura ajuda externa nos casos de violência psicológica. A mulher tende a aceitar e justificar as atitudes do agressor, protelando a exposição de suas angústias até que uma situação de violência física, muitas vezes grave, ocorra.” (DA SILVA, 2007, p. 101)

É por isso que para discutir a prevalência e as nuances da violência contra a mulher no Brasil, especialmente a violência psicológica, faz-se necessário discutir as matrizes sob as quais as relações entre homens e mulher se estabelecem. Assim, no próximo capítulo trataremos de uma breve consideração sobre as relações sociais em suas estruturas psicológicas e de poder que permeiam a violência contra a mulher.

⁷ MILLER, 2002, apud DA SILVA, 2007, p. 16.

ABORDAGENS PSICO-SOCIAIS SOBRE A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

A psicologia social e teorias de atribuição de causa

Feliz qui potuit cognoscere causas (Feliz aquele que pode conhecer as causas das coisas) – (poeta Virgilio, apud Rodrigues, 1984)

A violência contra a mulher é um evento complexo que pode ser estudado sob a perspectiva de diferentes ciências. Mas por ser a VCM fundamentalmente um fenômeno que se enreda em relações interpessoais – entre agressor, vítima e comunidades que os rodeiam – é nas ciências sociais, particularmente na sociologia e psicologia, que encontramos seus terrenos mais férteis.

Na psicologia destacamos o estudo da VCM sob a ótica social que procura entender melhor as dinâmicas das agressões e violências humanas. Para a psicologia social a agressão se constitui por qualquer comportamento cuja intenção é causar intencionalmente danos físicos ou psicológicos ao outro (Rodrigues, 2007 apud *Psicologia social - Comportamentos Violentos, Violência Doméstica*, 2012).

O foco desse campo de estudo é investigar a interação entre vítimas e agressores a fim de compreender as especificidades dos processos cognitivos, afetivos e comportamentais que se enraízam nas situações sociais (nesta discussão nas relações conjugais) e que incitam a violência, inclusive contra a mulher.

O entendimento da mente social, pretende mapear e correlacionar os processos de cognição e significação que resultam nas expressões, sejam estas valores, atitudes ou comportamentos, socialmente compartilhados. A psicologia social é, então, uma das ciências que mais se interessa em estudar a violência. Dentre elas a VCM, já que, como propõe Leyens (1994, apud Bandura, apud *Psicologia social - Comportamentos Violentos, Violência Doméstica*, 2012), as escolhas que fazemos ao reagir a situações interpessoais dependerão da nossa experiência anterior, ou seja, da aprendizagem social. O que levará alguém a agir ou não através de agressões é o conjunto de experiências sociais, valores e costumes que o guiará na qualidade de suas respostas comportamentais. Claro que não podemos ignorar as questões intrínsecas ao indivíduo, cujas influências também se relacionam à violência enquanto fenômeno social. Por outro lado a natureza quase que epidêmica da violência contra a mulher, denuncia a existência de uma combinação de fatores externos que determinam tamanha

prevalência, perpetuação e justificção ainda na sociedade moderna. E entender as variáveis promotoras da VCM é um passo essencial no combate a ela.

É nesse sentido que a teoria de atribuição de causalidade, particularmente a abordagem proposta por Heider (1944, apud Rodrigues 1984), “busca explicações acerca do porquê das ocorrências, das causas do fenômeno, formando uma relação unitária entre sua origem e suas consequências.”⁸. Heider define dois fatores básicos aos quais as pessoas atribuem a causalidade dos fenômenos sociais, que por extensão podemos aplicar à análise da violência contra a mulher. Um deles são as próprias características internas das pessoas, às quais a teoria se dirige como causas pessoais, atribuições internas ao sujeito. Aplicando-se essa concepção a eventos de VCM podemos distinguir as causas pessoais enquanto as razões intrínsecas aos agressores que os levam a comportar-se como tais, assim como; condições emocionais, distúrbios psicológicos, crenças espirituais, consumo de álcool e drogas, entre outras. Por outro lado, o outro fator de atribuição de causalidade trata dos determinantes externos, as causas impessoais, situacionais, as forças do ambiente. No caso da violência contra a mulher poderíamos identificar causalidades impessoais relacionadas a circunstâncias culturais, econômicas, educacionais e de desigualdade de gênero, por exemplo. É importante, nesse contexto, ressaltar que a teoria de atribuição de causalidade da psicologia social tem investigado os processos atribucionais nos relacionamentos conjugais buscando menos suas causas reais, e mais as causas percebidas nos conflitos ali incidentes. “*As atribuições são uma conjectura e dizem menos respeito às causas reais do comportamento de uma pessoa que às inferências que o observador faz acerca dessas causas*” (DELA COLETA, J.A. & DELA COLETA, M.F., 2006, apud MARQUES; COLETA, 2010, p. 206).

E a percepção sobre a natureza das causas desses conflitos (pessoais ou impessoais) mostra-se decisiva para determinar a forma como serão resolvidos esses eventos. Em outras palavras é a interpretação da vítima e da sociedade acerca da 1) intencionalidade (causa pessoal) ou 2) determinismo situacional (causa impessoal) da agressão que afeta a reação – julgamentos e/ou comportamentos – perante a violência.

“Um fator mediador essencial é a interpretação que a pessoa frustrada faz da situação. Nesta interpretação, a atribuição de intencionalidade ou não ao autor é de singular importância para a previsão do comportamento que se seguirá” (RODRIGUES, 1984)

⁸ RODRIGUES, Aroldo. **Atribuição de casualidade: estudos brasileiros**. Arquivos Brasileiros de Psicologia, v. 36, n. 2, p. 5-20, 1984. p. 206

Para o estudo da VCM esta teoria é particularmente relevante sob dois aspectos: primeiro pois a teoria de atribuição de causa é uma ferramenta que nos ajuda a compreender as reações frente à violência. Segundo, e ainda relacionado a isso, porque nos ajuda a enxergar a reação da sociedade frente a esses eventos sociais; legitimados e justificados em âmbito coletivo em grande parte justamente pela atribuição causal impessoal, que encontra nos fatores situacionais (sócio culturais) sua justificativa. Como vimos anteriormente a grande maioria das agressões contra a mulher ocorre em relações de estreito elo afetivo – intrafamiliares, e mais especificamente, conjugais. O estudo de Rodrigues & Joval (1969) corrobora a hipótese de que o tipo de elo afetivo do agressor influi na atribuição de causalidade, sendo a causalidade impessoal mais forte quanto mais forte for o elo afetivo entre agressor e vítima. Isso quer dizer que se tende a “terceirizar” nesses casos os fatores determinantes da violência conjugal às forças situacionais do ambiente. Não ignorando causas pessoais, mas atribuindo aos fatores externos maior “culpa” pela agressão, poupando de certa forma o agressor. Tal atribuição influi diretamente na reação a esse evento, tendo o estudo mostrado que as reações mais enérgicas à violências sofridas ocorrem, por outro lado, quando a atribuição de causalidade se dá por fatores intrínsecos ao sujeito agressor. Ou seja, a agressão à mulher em uma relação afetiva tenderia a ser menos conflitada já que de certa forma o agressor não teria “culpa” por ter agido assim, e, sim teria sido influenciado pelas “forças” e “costumes” sociais. Se desde sempre a sociedade colocou como “ordem natural” o controle do homem sob a mulher, são a essas “regras” e padrões sociais que se atribui causa de comportamentos agressivos contra as mulheres. Isso possivelmente explica a ainda larga legitimação da violência contra a mulher. Dentro dessa hipótese científica, e considerando-se a predominância de um estreito elo afetivo do agressor, é compreensível que as justificativas causais da violência ainda sejam predominantemente atreladas a determinantes externos, socialmente construídos e compartilhados; como a concepção de papéis de dominação do homem sobre a mulher, por exemplo.

Nessa perspectiva é que destacamos, neste ponto da discussão, um segundo campo científico que investiga os meandros, entre origens e causas, da VCM: a sociologia. A sociologia e seus estudos sobre a construção de papéis de gênero traçam um quadro teórico que nos permite contextualizar os possíveis determinantes externos, que se colocam enquanto causas da violência de gênero, particularmente a violência contra a mulher.

A sociologia de gênero e a perspectiva sociológica da violência de gênero

“Não se nasce mulher, torna-se mulher” (Simone de Beauvoir)⁹

A investigação da violência contra a mulher no Brasil está enraizada no campo das teorias sociais de gênero, e nasce principalmente frente às questões levantadas pelo movimento feminista nacional em meados da década de 60. Diferentemente do movimento feminista francês pautado pelo assédio sexual das mulheres, a luta por aqui foi motivada por uma problemática que já naquela época despontava como uma realidade nacional: a violência conjugal. Tendo boa parte de suas representantes na academia, as feministas inflamaram um levante no sentido de estudar, discutir, difundir e assim combater as injustiças contra a mulher. Brotavam assim os grupos de estudos sociológicos sobre o tema.

É, então, a partir dos anos 70 que o estudo sobre a mulher no Brasil institucionaliza-se através das teorias sociais. A princípio sob a bandeira de “estudos sobre as mulheres”, a nova área da sociologia se propôs a entender a situação da mulher nas diferentes esferas sociais, ao mesmo tempo em que colaborava para denunciar a posição de subordinação e opressão a que estava submetida na sociedade brasileira, contexto no qual despontava a discussão da violência contra a mulher.

Já na década de 80 uma mudança terminológica, longe de ser sutil, propõe uma nova perspectiva ao campo de estudo. Observa-se uma gradativa e estratégica substituição do termo “mulher”, pelo termo “gênero” como forma de contrapor-se ao determinismo biológico atribuído à diferenciação sexual entre homens e mulheres. Colocava-se em cheque a “naturalização da condição humana” como forma de legitimar as desigualdades sociais. Tal pensamento, ainda que enfraquecido com a inserção laboral feminina na revolução industrial, colaborava até então para perpetuar uma superioridade masculina, justificada biologicamente na força física e na anatomia (pelo peso do cérebro, por exemplo), que por muito tempo legitimou o papel do homem enquanto protetor e dominador em relação à mulher. Em contraposição a isso, começava a se fortalecer uma discussão acerca dos aspectos relacionais e culturais da designação social dos papéis femininos e masculinos. Seguida na mesma época pela ascensão dos estudos sobre sexualidade, escolhas e identidades sexuais, a teoria social de gênero contemporânea começa então a discutir concepções dicotômicas entre natureza x cultura, corpo x situação, diferenças anatômicas x designação social de papéis, propondo um

⁹ DE BEAUVOIR, Simone. O segundo sexo. 4a edição. Tradução Sérgio Milliet. São Paulo: Difusão Europeia do livro, 1970. Disponível em: <http://brasil.indymedia.org/media/2008/01/409660.pdf>

olhar moderno da sociedade como forma de superar as desigualdades sociais entre homens e mulheres. Como propõe Bruschini, a concepção de gênero vem para discriminar, portanto, a perspectiva social da biológica, denunciando a construção sociocultural como responsável pela desigualdade de papéis de homens e mulheres:

“Princípio que transforma as diferenças biológicas entre os sexos em desigualdades sociais, estruturando a sociedade sobre a assimetria das relações entre homens e mulheres. Usar “gênero” para todas as referências de ordem social ou cultural, e “sexo” para aquelas de ordem biológica” (BRUSCHINI, 1998, apud SANTOS, 2007, p. 2)

A dominação simbólica de Bourdieu

Limitar o entendimento da relação entre homens e mulheres às suas diferenças biológicas (ou sexuais), seria no mínimo simplistas em meio à complexidade de significações e simbologias das quais os sujeitos se impregnam ao viverem socialmente. Pela perspectiva de Bourdieu poderíamos dizer que o *habitus* de gênero, ou seja, o sistema de disposições, ações e percepções que os indivíduos adquirem com o tempo em suas experiências sociais – material ou culturalmente – proporcionam a compreensão das posições de gênero, de homens e mulheres, nos diferentes espaços; familiar, cultural, econômico ou político. Essa matriz de significações, determinada pelas estruturas relacionais, delinea e discrimina para cada uma das identidades – feminina e masculina – o modo de pensar, ver e agir dos sujeitos, traduzindo um conjunto de pensamentos, julgamentos e estilos de vidas que regem e balizam suas experiências nesses campos sociais.¹⁰ Assim, postula-se uma identidade, quase que uma lei social, do que se entende por “ser homem” e “ser mulher”:

“...o produto de um trabalho social de nomeação e de inculcação ao término do qual uma identidade social instituída por uma dessas 'linhas de demarcação mística', conhecidas e reconhecidas por todos, que o mundo social desenha, inscreve-se em uma natureza biológica e se torna um habitus, lei social incorporada”. (BOURDIEU, 2003, p.64)

Bourdieu (1990, apud HEILBORN, 1999) propõe a partir de sua sociologia política da sexualidade o conceito do primado masculino, no qual apresenta a dominação dos homens

¹⁰ SOCHA, Eduardo. <http://revistacult.uol.com.br/home/2010/03/pequeno-glossario-da-teoria-de-bourdieu/> (acesso em 02/07/16)

sobre as mulheres como fruto de uma desigualdade simbólica de poder entre eles. Isso pois, reflexo de um processo histórico-cultural, as concepções de homem e de mulher passaram por uma ressignificação simbólica de suas diferenças sexuais para âmbitos que transbordam a dimensão biológica:

“[...] a gênese da relação de poder são as construções sociais feitas a partir da diferenciação sexual anatômica, exige-se que o macho humano performatize um gênero masculino e a fêmea humana um gênero feminino.”¹¹

Essa concepção reflete que, não apenas homens e mulheres são produtos do meio social (SANTOS, 2007), mas também que o são de forma hierárquica, no qual se reconhece a “superioridade” do homem, enquanto grupo social dominante.

É nesse sentido que os conflitos de gênero, particularmente a violência contra a mulher, podem ser estudados como parte das tensões dos processos sociais de dominação controle e posse, e em última instância como esforço do homem em legitimar sua posição social. Além disso, essa concepção assimétrica de gênero justifica o conflito violento como parte natural da dinâmica de dominação do homem em suas relações com a mulher. Processo resultante do que Bourdieu apresenta como violência simbólica, na qual a dominação é de certa forma consentida na medida em que socialmente aceitam-se e interiorizam-se regras e crenças, por parte do dominante e principalmente do dominado, como se fossem “naturais”. A teoria traz à luz também a deficiência crítica do grupo dominado, as mulheres, de reconhecer a violência simbólica enraizada nas regras que regem tanto a definição de identidade do seu papel social quanto suas relações com o grupo dominante, os homens.

Violência simbólica essa, naturalizada e muitas vezes hegemônica, que se expressa nas mais diversas áreas; sejam elas a política, o mercado de trabalho, a economia, esporte, cultura, ou mesmo no espaço doméstico, e cujas materializações se dão não apenas no âmbito do controle físico, mas também, ideológico e psicológico, com a desigualdade de oportunidades e representatividade, por exemplo. Como coloca Beauvoir, a submissão da mulher vem em grande parte de sua própria aprendizagem social de entender-se como tal:

“Nenhum sujeito se coloca imediata e espontaneamente como inessencial; não é o Outro que definindo-se como Outro define o Um; ele é posto como Outro pelo Um definindo-se como

¹¹ <https://ensaiosdegenero.wordpress.com/2011/10/12/feminismo-uma-luta-entre-identidades/> (acesso em 30/07/16)

Um. Mas para que o Outro não se transforme no Um é preciso que se sujeite a esse ponto de vista alheio. De onde vem essa submissão na mulher?” (Beauvoir, 1970, p. 12)

E é justamente, e principalmente, quando tratamos da violência contra a mulher no espaço doméstico que a sociedade em grande parte, se não tolera, pelo menos “compreende” essas agressões como parte natural das relações homem-mulher. A ideologia patriarcal justifica a soberania masculina e seu controle sob a mulher; sejam elas namoradas, esposas ou filhas. O arquétipo da masculinidade se constrói, então, sob essa ótica, e nele em grande parte, ainda nos dias atuais, se legitima o uso da violência como parte da manutenção das posições sociais dos indivíduos.

Nesse sentido, Bourdieu nos apresenta uma visão relacional das dinâmicas e assimetrias sociais de gênero. Mas no próprio conceito de *habitus* que discutimos acima, ele admite a necessidade de intermediar a perspectiva do agente, como o indivíduo atua em suas relações, com a perspectiva quase que determinista das estruturas sociais que o rodeiam. Com a consciência de que teorias estruturalistas como a de Marx se diferenciam sob vários aspectos da proposta relacional de Bourdieu, é na explicação do processo de construção de um *habitus* de gênero e do primado masculino que ousamos traçar um ponto de encontro entre as correntes. Isso porque se o *habitus* construído socialmente é o que permite o indivíduo ter determinadas formas de pensar, agir e viver segundo sua posição social, são as estruturas que mediam essas relações que nos ajudam a traçar um panorama histórico dos processos matriciais dessas significações.

A construção da dominação masculina sob a perspectiva estruturalista

Se o entendimento de uma ideologia patriarcal e a concepção de gênero são conceitos modernos, suas raízes definitivamente não. Pela ótica das teorias estruturalistas, temos uma outra visão da questão de gênero e significação dos papéis de homem e mulher. Principalmente a partir da estruturação dos núcleos familiares e da configuração da dinâmica de produção econômica, Firestone (1976) traça uma linha histórica que nos propõe de forma cronológica a construção e significação do poder dos homens sobre as mulheres. Dentre as linhas que estudam as matrizes dessa desigualdade de representações entre homens e mulheres, Firestone propõe uma visão interessante a partir de um paralelo com a teoria Marxista da dominação, fruto do controle dos meios de produção. O autor traça um pensamento a partir da evolução dos núcleos familiares antigos mais autônomos e

independentes, nos quais a produção e sobrevivência era autossustentável, e nos quais a mulher ainda tinha autonomia e um papel ativo nas relações e decisões sociais. Não depender do outro para sobreviver lhe proporcionava uma maior liberdade e igualdade no núcleo familiar. O desenvolvimento das civilizações alterou essa dinâmica e inseriu a interdependência dos bens de produção como forma de sobrevivência. Com o ingresso da agricultura e o excedente de produção, o trabalho no campo passou a ser o principal meio de sobrevivência, e de construção do patrimônio privado. A intensificação da demanda de força de trabalho colocou o homem no controle dos meios de produção, tornando-os progressivamente seu domínio. O papel social delegado à mulher foi retirando-se ainda mais aos limites do lar, e sua capacidade re-produtiva ganhando estratégica relevância na manutenção do sistema e perpetuação do patrimônio privado para as próximas gerações.

“Com a mudança da realidade socioeconômica, as mulheres se tornaram mais e mais ligadas ao fator que as diferenciava dos homens: nossas aptidões de gerar filhos. As muitas manifestações do patriarcado são construídas ao redor disso. Isso pode ser notado na visão da sexualidade feminina, na exigência social do casamento, nas violências masculinas contra a mulher, incluindo a sexual, na batalha contra a liberdade reprodutiva e na discriminação contra mulheres em áreas econômicas e políticas.”¹²

É nesse sentido que como parte da classe dominadora dos meios produtivos – e reprodutivos – se legitima o papel social do homem também no controle da mulher, que passa então a compor parte do seu patrimônio familiar. Essa desigualdade de poder, internaliza na dinâmica social e familiar o controle do “senhorio” sobre seus bens, esposas e filhas, seja em termos legais, sexuais, materiais ou mesmo psicológicos. E se por sua vez a emancipação da mulher apresenta riscos à manutenção dessa ordem, é no uso da força e poder contra ela – físico ou simbólico – que a classe dominante procura controlar e manter sua situação.

[...] “A fim de provar a inferioridade da mulher, os antifeministas apelaram não somente para a religião, a filosofia e a teologia, como no passado, mas ainda para a ciência: biologia, psicologia experimental etc. agora no presente.” (BEAUVOIR, 1970, p. 17)

¹² <https://nosotraslasbrujas.wordpress.com/2015/01/27/os-meios-de-reproducao-a-evolucao-da-opressao-e-exploracao-das-mulheres> (acesso em 29/06/2016)

O machismo e a ideologia patriarcal no Brasil

Tanto pela perspectiva de Bourdieu quanto pela perspectiva histórica estruturalista temos desenhado um processo no qual um arquétipo da masculinidade se constrói, definindo papéis e posições sociais de dominância e controle, no qual o uso da violência torna-se parte da manutenção dessa ordem.

A representação do homem “macho”, por exemplo, termo provindo da cultura mexicana, vem justamente da identidade de gênero do homem como aquele que é responsável e provedor de sua família, que usa do controle para manter a ordem, e se necessário prezar por sua própria honra (GUTMANN, 2014). Como forma de exemplificar essa dinâmica Gutmann cita um experimento com jovens mexicanos acerca das significações culturais contemporâneas do termo, destacando o grau de pregnância dos valores histórico-culturais sob os comportamentos masculinos, mesmo nos dias atuais:

“[...] os jovens ficam remexendo num saco de restos identitários, tirando de lá tudo que conseguem apanhar como culturalmente distinto. Durante um minuto esses muchachos se identificam como machos que se divertem ao se vangloriar de controlar as mulheres e os homens moral e fisicamente mais fracos, claramente em sincronia com valores sociais mais amplos.”
(Gutmann, 2014, p.84)

No Brasil, a ideologia patriarcal permeia as relações conjugais e familiares desde os tempos da colônia. Nascida do estilo de vida das minorias dominantes, se espalhou e aculturou no resto da sociedade “disseminando entre os homens um sentimento de posse sobre o corpo feminino e atrelando a honra masculina ao comportamento das mulheres sob sua tutela”¹³.

A soberania e poderio masculino foi por muitos anos legitimada inclusive legalmente pelo cerceamento feminino na participação política pela supressão do direito ao voto, a segregação feminina na educação e no mercado de trabalho, e pela própria constituição que até o século XIX aceitava a violência contra a mulher sob o pretexto de defesa da honra masculina. Presente na legislação brasileira até a Constituição de 1988, a supremacia do homem dentro da família institucionalizava um ordenamento patriarcal legitimando, ou no mínimo tolerando, o uso da violência (física ou psicológica) enquanto recurso para manter esta autoridade e reafirmá-la, como forma de manutenção de um bom funcionamento familiar e da sociedade.

¹³ LAGE, Lana; NADER, Maria Beatriz. **Violência contra a mulher: Da legitimação à condenação social.** In: **Nova História das Mulheres.** Org. Carla Bassanezi e Joana Pedro. São Paulo: Contexto, 2012, p. 28

Na estrutura familiar a ordem patriarcal designa um papel idealizado da mulher sob um modelo de “esposa [...] fiel, obediente, recatada e dedicada ao lar e à maternidade”¹⁴, enquanto que para o homem sobra o papel do “chefe de família”. Dessa forma, grande parte dos meninos e meninas são educados – ainda nos dias de hoje - para viver como homens ou mulheres, sob os moldes sociais que isso implica. Para os meninos, a cor azul, as habilidades físicas, e os comportamentos viris e agressivos. Para as meninas, a cor rosa, as habilidades de cuidado e zelo, e a preocupação com a aparência. Para o homem o papel de provedor e protetor, a força e o controle. Para a mulher o papel delicado, dedicado ao lar e à família, o instinto materno e a beleza. Ainda que estereotipados, os exemplos mostram como a herança patriarcal age ainda hoje, definindo uma ordem cujo questionamento põe em risco o equilíbrio dos sistemas estabelecidos.

Nesse contexto, a violência contra a mulher acaba sendo “justificável” não apenas enquanto instrumento de manutenção da ordem social, mas também de punição da recusa desses papéis sociais. Como propõe Paz¹⁵, em uma sociedade criada na imagem do homem, a mulher deveria ser um reflexo do desejo masculino. No livro “Nova História das Mulheres” (LAGE; NADER, 2012) as autoras apresentam inúmeros casos famosos de violência contra a mulher, cuja justificativa e defesa dos agressores eram a transgressão do papel submisso e oprimido da mulher em seus relacionamentos, seja pela busca da independência, pela expressão de sua sexualidade, ou mesmo pela renúncia à maternidade. Perante o tribunal e à opinião pública o julgamento era de que essas mulheres “mereceram” ser punidas e controladas pelos companheiros, o que acarretou na absolvição da maioria dos agressores, ou na amortização da pena sob a premissa do crime em nome da preservação da honra do homem e da família.

Mas, como citamos acima, o levante feminino em meados da década de 70 começa a mudar essa ordem estabelecida. Acompanhando a crescente inserção da mulher em âmbitos sociais como o mercado de trabalho e a política, a perpetuação desse pensamento e dos papéis de gênero começa a ser duramente questionada e muitas das matrizes de gênero vem sendo rompidas. Contexto no qual, inclusive, afloram as discussões sobre a liberdade não apenas sexual como também de gênero. Os transgêneros, por exemplo, são a prova viva do questionamento da origem biológica versus a identidade de gênero que escolhem viver.

Essa libertação das matrizes patriarcais, contudo, é um trabalho árduo e moroso frente a uma sociedade que internalizara por tantos anos tais ideologias.

¹⁴ Idem p. 35

¹⁵ PAZ, (1961, p.35 apud MACHOS E HOMBRES)

Particularmente no âmbito familiar, a sociedade acostumara-se a banalizar a violência contra a mulher como parte da dinâmica conjugal na qual “ninguém mete a colher”. Este talvez seja o ponto mais crítico, já que a naturalização dos conflitos violentos reflete a miopia social do problema, que em grande parte não apenas deixa de ser combatido, mas mais grave ainda, nem é percebido como tal.

É válido apontar que nesse movimento de contestamento, o combate à violência doméstica está longe de ser uma “briga contra os homens”. Isso porque também as mulheres compartilham dessa visão, e obstáculos não apenas culturais, mas também econômicos, afetivos e psíquicos dificultam a quebra do ciclo da submissão e da violência contra a mulher.

Ainda sim, a luta feminista, vem nos últimos anos, catalisada pela força integradora e propagadora das redes sociais, se organizando e fortalecendo em um movimento contra os traços “machistas” na sociedade brasileira. O ano de 2015 ficou marcado como a “primavera das mulheres”. A “explosão” da onda feminista ganha adesão de homens e mulheres, em movimentos em redes sociais como o “chega de fiu fiu”, um dos percursores na rede, que questiona a percepção masculina de posse sobre o corpo da mulher, ou com as hashtags #PrimeiroAssédio,#Agoraéquesãoelas e #MeuAmigoSecreto. Seguindo o movimento, a hashtag #BelaRecatadaeDoLar combateu a ideologia patriarcal representada em uma reportagem da revista Veja que vendia uma imagem da mulher do então Vice-presidente da República sob o modelo ideal e invejável de “bela, recada e do lar”.

A problemática feminista também ocupou as ruas com manifestações contra a PL do Aborto questionando a influência do Estado sob o corpo e o direito de escolha da mulher; enquanto que a própria VCM foi tema dissertado por milhões de alunos na redação do ENEM.

Muitas outras manifestações estão sendo vivenciadas como parte de um processo de conscientização social e rompimento da ordem patriarcal. Marcas, mídia, influenciadores, ONGS e instituições governamentais tem investido no estudo e na divulgação da temática da submissão e opressão feminina, particularmente no combate da violência contra a mulher, em suas diversas formas e não apenas física. Outras campanhas merecem destaque por seu alcance e representatividade. Algumas delas inclusive de alcance mundial como a #LikeAGirl, #ShareTheLoad, #TodaMulherValeMuito são encabeçadas por marcas (Always, Ariel e L’oreal respectivamente) e questionam o modelo social de mulher como o “sexo frágil”, responsável pelos afazeres domésticos e sob um único padrão de beleza. Outras campanhas ainda se dedicam a denunciar e acusar a realidade da violência contra a mulher como #PrimeiroAssédio e #MúsicasDeViolência que abriram os olhos da sociedade para um problema que atinge milhões de mulheres, muitas delas do nosso próprio convívio.

Nos interessa para este estudo, principalmente o movimento que ganha força na tomada de consciência sobre a violência psicológica a que a mulher brasileira está submetida diariamente. Como já discutimos anteriormente, esta seja talvez uma das formas mais incidentes e ao mesmo tempo silenciosas e invisíveis de perpetuação do primado masculino. Mas tem ganhado relevância enquanto ponto chave na quebra da cadeia de opressão à mulher. É isso que procura delatar o recente movimento #ElePodeNãoTeBater ao denunciar a violência psicológica como tal, sem que seus danos sejam necessariamente materializados em agressões ou marcas físicas. Essa visibilidade do problema aliada à investigação de sua incidência, causas e desdobramentos é um passo importante no processo de quebrar com as estruturas sociais que a perpetuam, e assim combater agressores e proteger as vítimas.

É com esse embasamento teórico e neste contexto sócio-cultural que propomos a discussão deste projeto no sentido de contribuir para o questionamento da ordem de dominação masculina e do controle violento, particularmente psicológico, contra a mulher no Brasil.

O PROJETO DE PESQUISA

Na contextualização traçada nos capítulos anteriores detectamos uma ideologia patriarcal enraizada na sociedade brasileira a qual ainda enxerga em grande parte a violência contra a mulher, e especialmente a violência psicológica, como parte natural da dinâmica conjugal, influenciando, inclusive a percepção de seus níveis enquanto violência. Contudo, e paralelamente, vemos que é crescente a conscientização e preocupação da sociedade, organizações sociais e governamentais de entender, mapear e combater a problemática da violência contra a mulher.

É justamente da intersecção dessas duas realidades que este projeto se propõe a discutir a pesquisa sobre a violência psicológica contra a mulher (VPCM) a partir de uma perspectiva prática e empírica, com um projeto de pesquisa sobre o assunto, afim de testar escalas de aferição, verificar e controlar as percepções sobre a VPCM e as variáveis que possam a elas estar associadas.

Nossos objetivos

Este trabalho propõe de modo mais amplo uma reflexão sobre a importância e relevância da pesquisa sobre a violência psicológica, particularmente contra a mulher, discutindo uma variável que parece ser decisiva para uma aferição mais fiel e precisa do cenário: as pessoas reconhecem as agressões psicológicas como violência?

Nesse sentido o projeto de pesquisa foi desenhado para articular e testar um conjunto de dimensões que constituem a dinâmica conjugal e seus conflitos. O primeiro passo, que realizamos acima, foi a problematização da própria temática da violência psicológica contra a mulher. Para isso desenvolvemos um panorama teórico embasando e contextualizando o desenvolvimento da ferramenta e da pesquisa. Em um segundo momento, temos a própria construção do questionário que tem por objetivo estudar e propor uma visão multidimensional do fenômeno. Buscamos instrumentos já validados que trabalhassem diferentes perspectivas da relação de gênero e conjugal, de forma a combiná-los em um único questionário. Para isso, reunimos questões de satisfação matrimonial, percepção de crenças e valores sociais, escalas de incidência de conflitos e de percepção de níveis de violência.

A pesquisa, também pretende discutir o tema através da prática dessas dimensões; indo à campo para aferir a incidência da violência e percepção declarada de homens e mulheres

brasileiros acerca dos níveis de violência de agressões conjugais, particularmente as psicológicas, associando essa análise a outras variáveis.

Outro objetivo passa por uma visão mais estrutural, que visa estudar o próprio método, mais especificamente a própria ferramenta de investigação, com a validação dos fatores e estudos entre eles, a partir de um questionário elaborado com base em outros instrumentos já validados.

Traçamos para isso também alguns objetivos específicos para que guiem a aferição e o controle de parâmetros necessários.

Na perspectiva da investigação temática:

- a) Verificar se as pessoas discriminam os tipos de violência, e se reconhecem certos comportamentos como violências psicológicas
- b) Investigar se os valores de um primado masculino são ainda reconhecidos como parte das relação afetivo/sexual entre homem e mulher e se esses julgamentos “machistas” se relacionam aos níveis de consciência e tolerância em relações a violências psicológicas
- c) Verificar se há diferença na percepção de homens e mulheres em relação à violência psicológica
- d) Controlar as possíveis diferenças de percepções da violência psicológica a partir de variáveis como renda, escolaridade e satisfação conjugal

Na perspectiva estrutural:

- e) Identificar os constructos que resultaram da combinação das diferentes escalas utilizadas
- f) Agrupar as questões e medir seus graus de contribuição para explicar cada fator, permitindo assim um futuro enxugamento e reconstrução de um questionário mais conciso e preciso
- g) Estudar associações entre os fatores resultantes para medir, com maior sensibilidade, possíveis relações entre eles e entre variáveis como gênero e grau de felicidade

É válido fazer um parênteses neste ponto, e ressaltar que como veremos posteriormente, as escalas utilizadas aferem a violência considerando sua possível mutualidade no casal, motivo pelo qual por algumas vezes tratamos e trataremos do termo “violência psicológica

conjugal” e não apenas “violência psicológica contra a mulher”. Contudo, apesar de não ignorarmos a existência de uma violência contra o homem, vamos neste trabalho manter o foco na perspectiva da violência contra a mulher tendo visto sua preponderância e relevância enquanto problema social, como mencionamos anteriormente. Por isso, apesar de coletarmos ambos os pontos de vista – de homens e mulheres em seus contextos conjugais –, nossas análises vão em alguns pontos privilegiar a perspectiva da violência contra a mulher, esta como vítima e o homem como agressor.

Um outro aspecto importante que merece ser aqui ressaltado, e já adiantando uma das principais lacunas desta pesquisa, é a natureza das relações esperadas entre as variáveis, essencialmente descritiva, e não causal. Isso quer dizer que a pesquisa não traz o objetivo de determinar relações de causa e consequência entre suas variáveis, o que demandaria outras investigações de caráter mais profundo e abordagens qualitativas do assunto. A pesquisa foi moldada de forma a avaliar, medir, discriminar e em última instância correlacionar variáveis, contribuindo para um panorama descritivo da incidência e percepção da amostra sobre a problemática.

A pesquisa

Como parte fundamental dos objetivos deste trabalho desenvolveu-se uma pesquisa de caráter empírico e primário, com o intuito de coletar de forma autoral a incidência e percepções da violência conjugal – dentre elas a psicológica – e variáveis sociodemográficas que a ela se associam. Com uma abordagem quantitativa e de natureza conclusiva (e não exploratória), a pesquisa foi moldada em um modelo de *survey* com questionário estruturado, de autopreenchimento, com 55 questões tendo estas sub-perguntas como pode-se ver no Anexo 1 .

A aplicação da pesquisa deu-se por meio da plataforma online Qualtrics (www.qualtrics.com). A escolha pela pesquisa online foi feita com base em dois principais pontos de vista. Primeiramente na perspectiva da aplicação, pela acessibilidade e praticidade da ferramenta para a estruturação do questionário, e pela facilidade e rapidez de coleta e tabulação dos dados que esse serviço oferece. E em segundo lugar, na perspectiva dos respondentes, a pesquisa online proporciona mais privacidade e uma maior percepção de anonimidade e segurança, do que uma interface com um entrevistador, por exemplo. Este ponto é bastante relevante para esta pesquisa frente à temática tão pessoal, íntima e delicada como são as questões de relacionamento e principalmente de violência conjugal. Nesse

sentido, acreditamos ser uma vantagem a opção por uma plataforma online no sentido de buscar uma maior sinceridade dos respondentes e conseqüentemente uma coleta de dados mais fiel à realidade. Em contrapartida admitimos as desvantagens dessa abordagem, frente à limitação de penetração e qualidade da internet dos respondentes, além de possíveis fraudes de identidade dos mesmos.

A divulgação e disseminação da pesquisa foi feita através de um link público que levava à página online com o questionário. A técnica de amostragem utilizada foi de snowball (ou amostragem bola de neve), uma técnica não probabilística na qual os indivíduos convidados para o estudo são encorajados a convidarem novos participantes da sua rede de amigos e conhecidos. Nesta abordagem fizemos algumas divulgações em redes sociais, especialmente o Facebook, e incentivamos os participantes e compartilharem também com suas redes de conhecidos. Nas abordagens, descrevemos o projeto como uma pesquisa sobre relacionamentos, sem mencionar o assunto “violência conjugal” ou “violência contra a mulher” de forma a não enviesar as respostas com julgamentos pre-concebidos do assunto, assim como evitar a inibição ou receio das pessoas. A escolha da técnica deu-se principalmente por sua facilidade e economia já que contamos com um planejamento básico do processo que depois é sustentado com a ajuda dos próprios participantes, usando uma ferramenta de divulgação gratuita que são as redes sociais. Ainda sim temos que admitir suas limitações e fragilidades, especialmente em relação à falta de controle da constituição amostral. Isso implica que, primeiramente, a técnica é bastante sensível aos vieses da coleta, ou seja, a amostra perde diversidade já que os entrevistados tendem a captar perfis semelhantes a si mesmo. Em segundo lugar pela falta de controle do tamanho amostral, já que este foi determinado apenas no final do processo de coleta. Isso acabou dificultando uma amostra diversificada e um tamanho amostral representativo, já que em grande parte se limitou ao alcance daqueles que se dispuseram a contribuir e disseminar a pesquisa.

O perfil da amostra foi previsto para coletar casos de homens e mulheres, com filtro de respondentes maiores de 18 anos, em um relacionamento afetivo/sexual há pelo menos 6 meses, sendo os casos com menor duração descartados. Este último critério tem como base dados do Balanço da Central de Atendimento à Mulher (180)¹⁶ que evidência a violência conjugal já no começo da relação, com 48% dos casos iniciados logo no primeiro ano de

¹⁶ PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, Secretaria de Políticas para as Mulheres. 2015. Balanço Semestral Janeiro a Junho - Ligue 180. Brasília: Presidência da República.

Disponível em: <http://www.spm.gov.br/assuntos/violencia/ligue-180-central-de-atendimento-a-mulher/balanco1sem2015-versao-final.pdf>

convivência do casal. Apesar da ausência de filtro na duração dos relacionamentos ser uma opção, optamos por estabelecer um período mínimo de convivência entre o casal – no caso meio ano – para ampliar o espectro de experiências, percepções e avaliações dos respondentes sobre suas relações.

É válido reforçar, ainda, que este estudo não tem a pretensão de desenhar uma amostra representativa da população brasileira, já que o tamanho amostral e a distribuição populacional não são suficientes para que possamos projetar os dados estatisticamente a nível nacional. Além disso, a metodologia não previu cotas, mas ainda sim tinha um objetivo de manter equilíbrio mínimo e possível nas variáveis chaves como gênero, região, renda e escolaridade.

O questionário e as escalas

O questionário da pesquisa é composto por uma primeira bateria de questões sociodemográficas. A primeira delas é justamente o gênero do respondente. Neste item optamos por apresentar apenas as alternativas “homem ou mulher”, para simplificar o entendimento da pergunta, uma vez que os termos “cisgênero” e “transgênero” poderiam causar dúvidas entre os respondentes, especialmente em relação ao primeiro termo que não é de entendimento geral. Além disso, teríamos que abrir 4 alternativas ao invés de duas o que alongaria ainda mais o questionário. Dessa forma, mesmo tendo consciência que os resultados da escolha da identidade de gênero podem não coincidir com a natureza sexual-biológica do respondente, o que nos interessa aqui é como a pessoa se identifica socialmente.

A segunda e terceira pergunta formam o principal filtro da pesquisa e questiona se o respondente está em um relacionamento com alguém e há quanto tempo. Como já citamos acima, a amostra foi recortada para respondentes em relacionamentos há pelo menos 6 meses. Esse bloco ainda é composto por perguntas sobre: estado civil, filhos, cor, orientação sexual, região de residência no Brasil, idade, nível de instrução e renda domiciliar. Vale esclarecer que para este exercício o critério de renda aplicado foi baseado na estimativa de renda média domiciliar para os estratos do Critério Brasil sugerida pela Abep (Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa). Os valores se baseiam na PNAD 2013 e representam “aproximações dos valores que podem ser obtidos em amostras de pesquisas de mercado, mídia e opinião.” (ABEP, 2014). Ainda que tenhamos consciência que essa estimativa apresenta suas deficiências, especialmente pela alta variância de respostas à pergunta de renda, e pela necessidade de considerarmos outras variáveis para definição do nível socioeconômico, a

escolha por uma classificação mais objetiva teve como objetivo enxugar o questionário já que seria bastante inviável a aplicação do Critério Brasil por inteiro.

Estrato Sócio Econômico	Renda média Domiciliar
A	20.272,56
B1	8.695,88
B2	4.427,36
C1	2.409,01
C2	1.446,24
D - E	639,78
TOTAL	2.876,05

Figura 3 - Estimativa para renda média domiciliar para os estratos do Critério Brasil (Abep, 2014)

A segunda bateria traz um conjunto de quatro perguntas sobre a satisfação conjugal que fazem parte da versão simplificada da escala validada sobre satisfação conjugal CSI (Couples Satisfaction Index)¹⁷. Essa bateria nos permitirá compor um índice de satisfação no relacionamento. Essa informação será usada para verificação se a satisfação conjugal está, ou não, associada com a incidência da violência e principalmente com a percepção dos níveis de violência de cada agressão. Isso porque muitos casos de casais que experienciam a violência conjugal, particularmente das mulheres que são violentadas por seus parceiros, mantêm o relacionamento sob o pretexto de uma satisfação compensada por outros aspectos da relação. Contradizendo o senso comum de que a dependência financeira é a principal motivação para a permanência de mulheres em relações marcadas por violência de gênero, o último balanço do Disque 180 (2015) mostra que apenas 35% dos casos tem esse perfil. Isso reforça a tese que a violência contra a mulher é um fenômeno mais complexo e que deve ser entendido frente a um conjunto de fatores socioculturais, que envolvem inclusive a percepção da satisfação conjugal. Por isso a pesquisa aposta nessa dimensão como uma das variáveis associadas ao quanto se percebem as agressões no casal como violentas ou não.

¹⁷ Funk, J. L. & Rogge, R. D. (2007). Testing the ruler with item response theory: Increasing precision of measurement for relationship satisfaction with the Couples Satisfaction Index. *Journal of Family Psychology*, 21, 572-583.

O terceiro bloco, traz uma bateria de perguntas importadas da pesquisa do Sistema de Indicadores de Percepção Social (SIPS) do Ipea¹⁸. A pesquisa trouxe uma análise interessante de um paradoxo entre dados que evidenciam a condenação da violência contra a mulher ao mesmo tempo em refletem traços fortes da ideologia patriarcal ainda enraizados na sociedade brasileira. É justamente desse último aspecto que tratam as perguntas utilizadas na presente pesquisa, como forma de controlar e discutir a incidência das ideologias “machistas” e sua possível relação com a percepção dos níveis de violência conjugal. Vimos no capítulo anterior quão significativas são as matrizes sociais, culturais e econômicas na definição e julgamento dos papéis sociais de homens e mulheres, e de seus desdobramentos nas dinâmicas de dominação, controle e violência. Frases como “os homens devem ser a cabeça do lar” registraram concordância de 64% dos entrevistados naquela pesquisa, ao lado de 63% de concordância com “casos de violência dentro de casa devem ser discutidos somente entre os membros da família”. Esses dados refletem como a prevalência de um primado patriarcal, mesmo frente a todas as conquistas das mulheres nas últimas décadas, convive com uma possível percepção da violência como uma questão quase que natural da dinâmica doméstica. Por isso acreditamos ser bastante relevante para esta pesquisa considerar o quanto os respondentes fundamentam suas percepções em uma ideologia e valores patriarcais, e relacionar essas respostas aos níveis de percepção das agressões, particularmente quando tratamos da violência psicológica que é ainda uma forma mais “sutil”, subjetiva e velada de violência contra a mulher.

A quarta bateria de perguntas trata diretamente da violência conjugal em sua incidência na relação; em sua parcialidade (quando apenas um dos dois é vítima) ou mutualidade. As perguntas apresentadas tem como origem e inspiração o instrumento CTS (*Conflict Tactics Scales*)¹⁹ desenvolvido em 1979 por Muray Straus com o objetivo de “mensurar as estratégias utilizadas pelos membros da família para resolver possíveis desavenças e, indiretamente, captar uma situação de violência familiar.” (HASSELMANN; REICHENHEIM, 2003, p.1084). O CTS é considerado o instrumento mais amplamente usado na análise da violência familiar (STRAUS; DOUGLAS, 2004), aplicado em pesquisas não apenas sobre o ângulo macro-familiar como também usado em estudos que focam na violência contra a mulher e o bem estar de crianças e adolescentes envolvidos nessas famílias.

¹⁸ IPEA/SIPS. Tolerância social à violência contra as mulheres. 2014. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/SIPS/140327_sips_violencia_mulheres.pdf (acesso em 30/04/16)

¹⁹ Straus, Murray A. (February 1979). «Measuring intra family conflict and violence: The Conflict Tactics (CT) Scales». *Journal of Marriage and the Family* 41 (1): 75-88. doi:10.2307/351733. Consultado el 20 de mayo de 2014.

Na sua versão revisada, a CTS2 (STRAUS, 1996) traz as questões divididas em cinco categorias de acordo com a natureza da resolução de conflitos sendo elas: violência física, coerção sexual, injúria, violência psicológica e negociação. Cada uma dessas categorias ainda se divide em duas subescalas: emocional e cognitiva no caso da negociação, e menor ou grave nas demais.

A escala permite aferir não apenas a incidência das táticas de resolução de conflito – e portanto das possíveis situações de violência – mas também é capaz de medir por um mesmo respondente a parcialidade ou mutualidade desse quadro. Isso porque as perguntas do CTS são apresentadas em duplas. No primeiro item a pessoa responde sobre a frequência com a qual agiu daquela forma, ou seja, no seu papel de agente (ou agressor em casos de violência). No segundo item, a pessoa responde sobre a mesma situação, mas sobre a frequência em que o parceiro(a) a realiza, ou seja quando o respondente é receptor da ação (ou vítima em casos de violência). A frequência em ambas as respostas é mantida a mesma e varia de “nunca” a “mais de 20 vezes nos últimos X meses”. No caso deste estudo determinamos o período de 6 meses como período de referência, arbitrariedade permitida pelo instrumento em suas diretrizes de uso.

Dentre as várias releituras e atualizações do CTS, selecionamos para este trabalho a versão simplificada da escala, a “Short Form CTS2” (STRAUS, 2004), considerando sua adaptação transcultural para a versão em português (HASSELMANN; REICHENHEIM, 2003, p.1084). Apesar de reconhecer sua maior fragilidade e menor acuidade enquanto versão simplificada, a escolha se deu frente à necessidade de encurtar o questionário e não comprometer o tempo e atenção às respostas. Assim, a escala se resume em 10 questões às quais – como permite Straus na discussão de sua utilização –, acrescentamos algumas frases da categoria “agressões psicológicas” da versão completa para enriquecer o enfoque deste trabalho. Nesse mesmo sentido utilizamos ainda a estrutura proposta pelo instrumento para adicionar à nossa pesquisa algumas frases complementares com aspectos da violência psicológica extraídos das definições da Lei Maria da Penha²⁰, e de literatura sobre o tema, considerando assim a realidade local e uma discussão mais pragmática. A bateria completa de questões pode ser vista no Anexo 1.

É importante admitir neste ponto que a escala, por mais replicada e validada na temática dos conflitos – e violência – conjugal, encara um grande rol de críticas. Isso devido à sua natureza descritivo factual já que a escala se propõe a aferir a prevalência dos

²⁰ BRASIL. Lei Maria da Penha. Lei 11.340/2006

comportamentos, desconsiderando as variáveis de contexto e motivação na compreensão dos conflitos. Ainda que admitamos essa deficiência, como pontuamos anteriormente o objetivo principal deste trabalho é discutir a percepção das pessoas acerca dos níveis de violência nas agressões psicológicas e suas consequências para a pesquisa do tema, e não suas causas e motivações. Nesse sentido, a escolha da escala CTS se dá frente a dois principais propósitos. O primeiro é da própria aferição da prevalência dos conflitos, o que nos permite uma leitura de possíveis associações de respondentes que praticam ou sofrem e violência com suas percepções sobre a violência psicológica. Mas, a escala também justifica sua escolha por ter nos orientado nos territórios – as frases e constructos validados – sob os quais construímos nossa escala de percepção da violência conjugal.

Esta compõe, então, a última bateria do questionário. As mesmas frases utilizadas no bloco anterior foram aplicadas à uma escala de 1 a 5 para medir o nível de violência percebida pelos respondentes para cada uma das agressões. Deste modo apresentamos não apenas situações de violência psicológica, mas combinamos agressões de outras naturezas para também garantirmos parâmetros de comparação.

Dessa forma estruturamos um questionário com 55 perguntas sendo algumas delas com múltiplos itens. Realizamos um pré-teste com 8 casos, cujos *feedback* em muito contribuíram para a melhoria da pesquisa. Essa fase nos permitiu ajustar frases de entendimento dubio ou muito genéricas, erros gramaticais ou dificuldades como no caso de desconhecimento de termos no exemplo já citado do campo gênero com o conceito de “cisgênero”. Nessa fase também detectamos uma das maiores deficiências do questionário que é a extensão e tempo de resposta. Em média calculou-se, a princípio, 15 minutos, porém a complexidade, e talvez o grau de reflexão que a pesquisa provocou nos respondentes, demandou de 20 a 30 minutos segundo depoimentos.

As variáveis de controle

Algumas das hipóteses deste estudo baseavam-se na crença de que a percepção da violência psicológica, em seus níveis de “gravidade” da escala proposta, poderiam variar de acordo com o perfil do respondente em termos de gênero, idade, renda, escolaridade, satisfação conjugal e orientação sexual. Estas, foram, em outras palavras, nossas variáveis de controle.

A variável gênero foi controlada principalmente partindo do pressuposto que o papel internalizado de gênero em homens e mulheres poderiam influenciar em como as agressões são percebidas – de forma mais ou menos “natural” – dentro dos padrões relacionais

legitimados socialmente. No caso da idade, esperava-se que a diferença geracional influísse no modo como jovens e adultos perceberiam a violência, particularmente a violência psicológica que se apresenta frente a um julgamento mais subjetivo. Isso porque a “evolução” da concepção dos papéis de homens e mulheres assim como de sua dinâmica conjugal, poderiam influir diretamente na percepção do que é aceitável como “normal” ou o que deve ser condenado enquanto violência.

Analogamente os controles de raça/cor, escolaridade e renda (que no Brasil apresentam alta correlação entre si) pressupunham um possível choque de percepções da violência contra a mulher, influenciados pela realidade de cada população; classe social e nível de esclarecimento. O relatório da OMS sobre Saúde e Violência Doméstica contra a Mulher (2005), por exemplo, aponta para uma significativa associação entre o baixo nível de renda com maior índices de violência contra a mulher. O Mapa da Violência (2015), nos evidencia, ainda, que a incidência de violência doméstica é maior entre a população de mulheres negras. Assim, o que poderíamos classificar como populações de maior vulnerabilidade, por exemplo; mulheres negras, de baixa escolaridade e renda, sofrem com a realidade da violência de maneira mais cotidiana, ainda que não de forma exclusiva. E essas disparidades econômicas e culturais seriam, então, fatores relacionados não apenas à vivência da violência contra a mulher, como também da concepção das relações sociais (entre elas a conjugal) e a consequente imagem dos papéis de gênero no casal. Essas variáveis, portanto, poderiam estar correlacionadas ao julgamento de quais comportamentos representam violência, ou o que faz parte de uma prática esperada do homem.

A variável satisfação conjugal, brevemente já discutida, nos ajudará a compor um cenário que associe uma maior ou menor consciência sobre violência conjugal ao nível de envolvimento e felicidade do respondente com sua relação. Isso porque altos níveis de satisfação tendem a relativizar e normalizar conflitos em detrimentos de outros aspectos positivos da relação, o que poderia influir diretamente no grau de tolerância e consequentemente de percepção da violência psicológica como tal.

E finalmente a orientação sexual foi observada como variável de controle a partir da ideia que a própria quebra dos padrões sexuais homem-mulher poderia influir no senso crítico das relações conjugais, e consequentemente na percepção das agressões psicológicas enquanto violência.

HIPÓTESES

A violência psicológica contra a mulher parece encontrar na opinião pública um terreno menos repressivo se comparado às violências físicas e sexuais. A construção dos papéis de gênero nos leva a acreditar que a premissa do “direito” da dominação masculina sob a mulher aumenta os níveis de tolerância de certos comportamentos. Por isso nossa hipótese primária é a de que os níveis de percepção da violência psicológica tem limiares menores em relação à física/sexual. O que significa dizer que a violência psicológica, particularmente contra a mulher, não é vista como uma violência no seu status repulsivo e repreensível, mas sim como uma dinâmica de conflitos internalizados e banalizados entre o casal. Consideramos neste trabalho essa perspectiva como forma de colocar em discussão a aferição da incidência psicológica na sociedade, assim como sua discussão e combate. Isso porque caso essa hipótese seja confirmada, é importante que as pesquisas sobre o tema levem isso em consideração de modo a ponderar as respostas declaradas como possivelmente distorcidas da realidade.

Com base nessa hipótese, outros pressupostos podem ser pensados como uma possível diferença de percepção de homens e mulheres sobre a violência psicológica. Os homens, por terem seu próprio papel social determinado sob um primado que legitima – e lhes cobra – a dominação sob a mulher, tenderiam a perceber certos comportamentos como menos violentos. Por outro lado, as mulheres como principais vítimas da violência de gênero, tenderiam a uma maior sensibilidade e consciência da gravidade de certos comportamentos violentos.

Vimos que essas percepções dos conflitos de gênero são fruto de uma herança cultural, e portanto, sofrem influência geracional, que como discutimos anteriormente, vem sendo quebrada pelos avanços da luta pela equidade de gênero. Por isso é esperado que se encontrem diferentes julgamentos sobre a violência psicológica entre jovens (18-24), adultos (25-44) e maduros (45-64). Estes últimos trazem valores e preceitos mais paternalistas e por isso tenderiam a ter um limiar maior de aceitação a certos comportamentos violentos. Já os jovens e possivelmente os adultos nasceram em um mundo no qual a dominação e violência contra a mulher é evidenciada como uma agressão contra os direitos humanos, o que faria com que seu julgamento em relação as agressões fosse mais crítica e condenável.

As variáveis de renda e escolaridade também já foram apresentadas como de controle por sua potencial influencia de “visão de mundo” e conseqüentemente da visão do “direito” do homem em controlar e agredir a mulher em nome de uma ordem social. Esperar-se-ia que

classes mais “altas” financeiramente e com maior nível e escolaridade tivessem níveis de tolerância menor em relação às agressões contra a mulher.

RESULTADOS DA PESQUISA

Nesta sessão vamos tratar dos resultados da pesquisa sob duas perspectivas. A primeira dela apresenta as análises descritivas dos resultados, apontando os principais aspectos da amostra e das respostas. A segunda parte vai tratar da análise estrutural do questionário, uma análise sobre os fatores que constituem a ferramenta e algumas possíveis associações e correlações entre eles.

Análise descritiva dos resultados

Perfil da amostra

Após 44 dias de coleta, a pesquisa que ficou no ar do dia 8 de julho ao dia 20 de agosto de 2016, reuniu um total de 545 casos, dos quais, 335 foram validados de acordo com o filtro de estar em um relacionamento há no mínimo 6 meses. Tivemos nesta onda uma taxa de 20% de desistência, na qual os respondentes abandonaram a pesquisa antes de seu final. Os dados foram processados com a ajuda do programa SPSS e as análises estatísticas foram usadas para atender e testar os objetivos e hipóteses aqui propostos.

Do total geral de respondentes 72% passaram no primeiro filtro de estar em um relacionamento. Destes, 8% estavam se relacionando há menos de 6 meses e, portanto, foram descartados da amostra. Dois casos ficaram abaixo da idade mínima de 18 anos e também foram descartados, juntamente com os que não declararam idade (*missing*). A amostra a ser aqui analisada considera, portanto, 316 casos que passaram nos filtros. O perfil etário da amostra foi dividido em grupos de jovens (18 a 24 anos) com 16%, adultos (25 a 44 anos) com 71% e maduros (45 a 64 anos) com 13%. Desses casos 82% foram de respondentes mulheres, maioria (49%) casados e solteiros (36%), com tempo de relacionamento predominantemente entre 1 a 5 anos (34%), ou mais de 10 anos (30%), e sem filhos (62%). Daqueles que declararam ter filhos, a maioria tem apenas 1 (19%). A maioria dos respondentes se declararam brancos (85%) e pardos (10%), heterossexuais (89%). A distribuição nacional ficou bastante concentrada na região Sudeste (86%) e o perfil da amostra é predominantemente de estratos socioeconômicos mais altos, com 65% pertencentes às classes AB (A: 8%/ B1: 28%/ B2: 29%). Como comentamos anteriormente, particularmente no Brasil há uma alta correlação entre as variáveis de renda e escolaridade. Em nossa amostra não foi diferente, e tendo a maioria dos respondentes uma média alta de

renda domiciliar o grau de instrução também se manteve alto, com 41% tendo o ensino superior completo e 31% pós graduação. Assim, neste ponto, é importante ressaltar mais uma vez a não representatividade deste exercício para a população brasileira. Trataremos de um recorte bastante específico, com viés de coleta, já que o perfil de respondentes apresentou baixa diversidade demográfica. Tendo isso claro, todas as análises feitas daqui em diante serão projetadas para este universo predominantemente feminino, de alta renda, escolarizado, do Sudeste. Ainda sim, este trabalho se propôs considerar algumas particularidades dos grupos minoritários, desde que o número de casos fosse suficiente para o isolamento dessas variáveis.



Contagem total: 316 pessoas

Figura 4 - Perfil da amostra: gênero

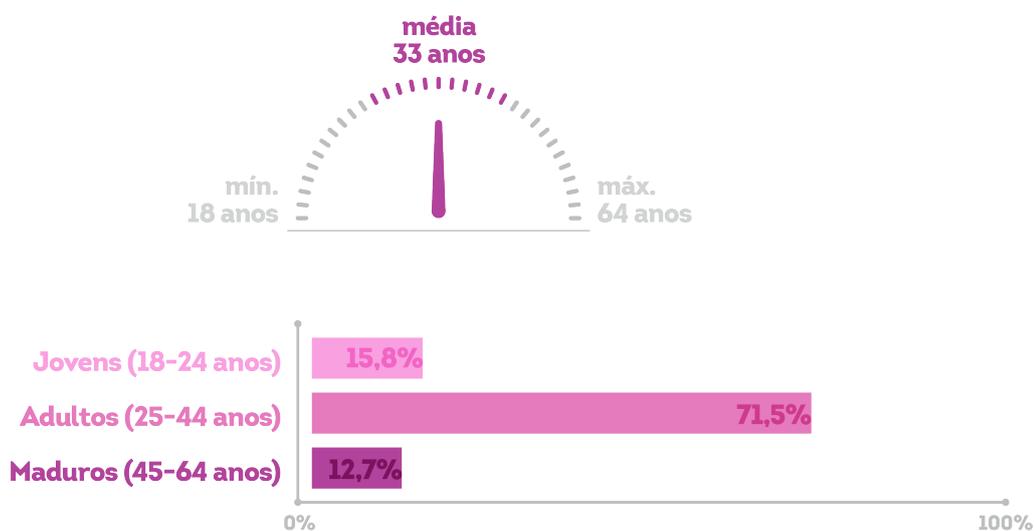


Figura 5 - Perfil da amostra: idade

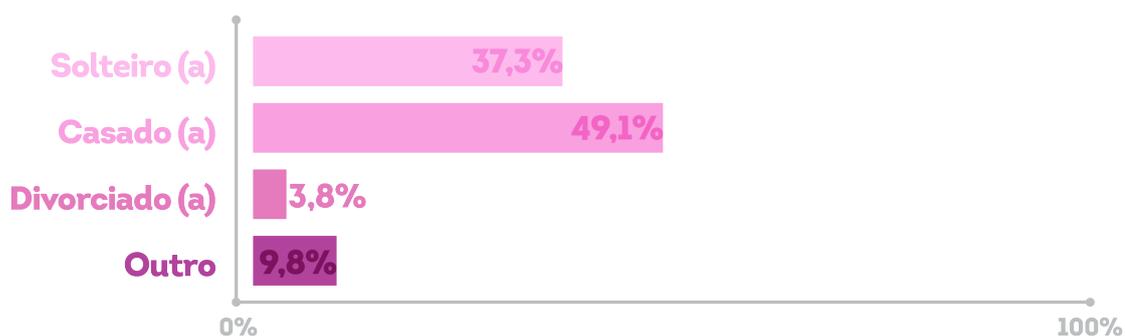


Figura 6 - Perfil da amostra: estado civil

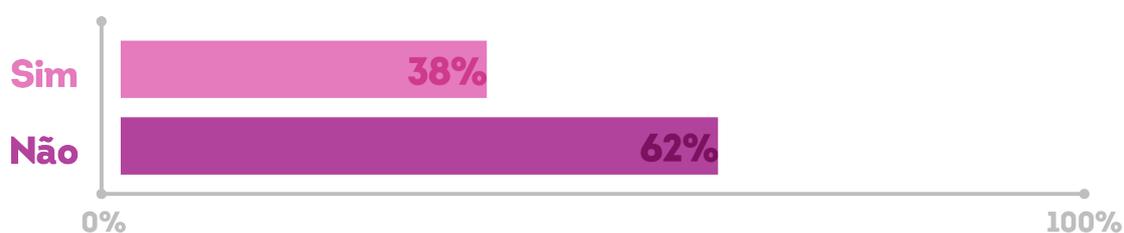


Figura 7 - Perfil da amostra: filhos

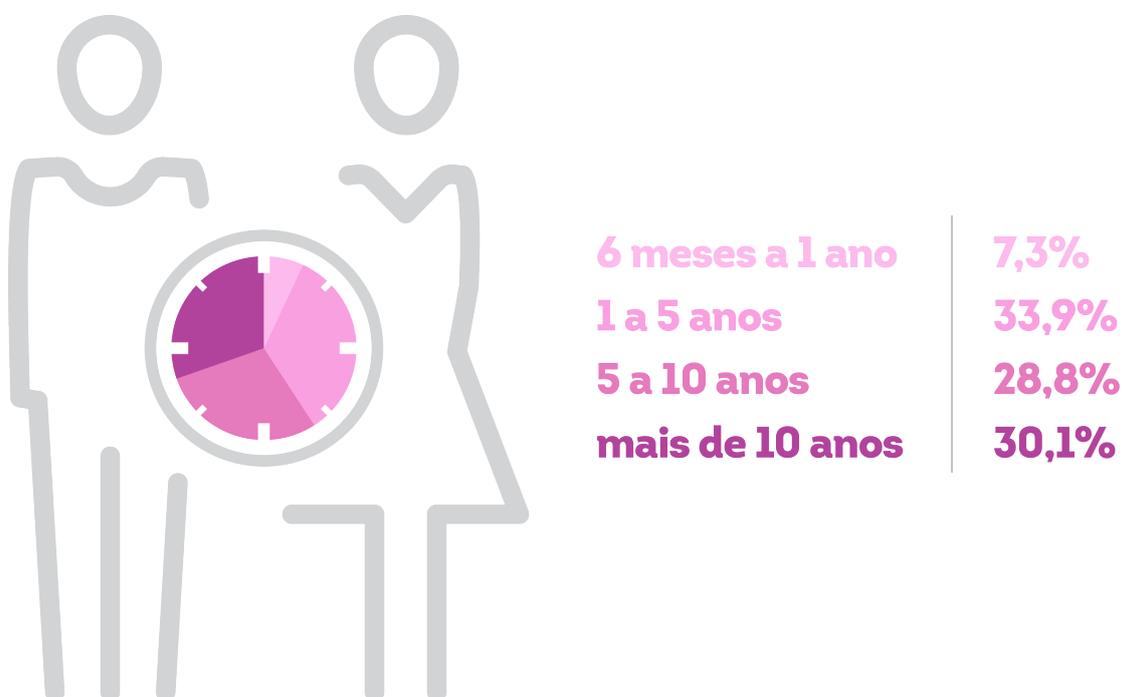


Figura 8 - Perfil da amostra: tempo de relacionamento

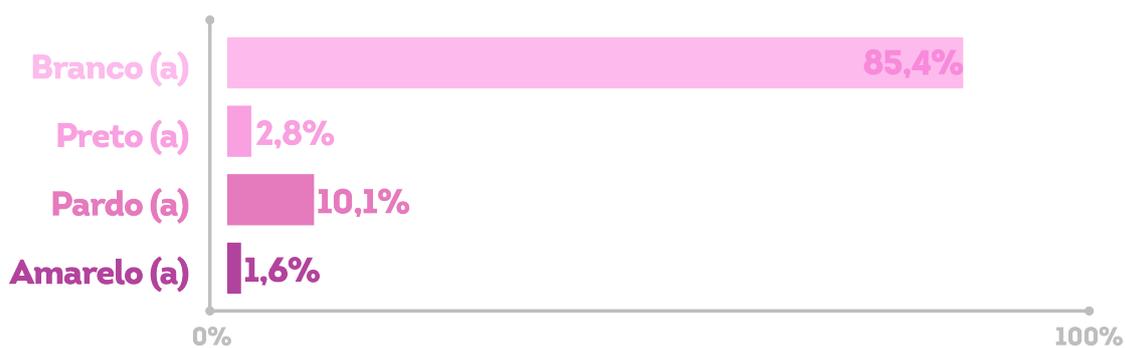


Figura 9 - Perfil da amostra: cor/raça

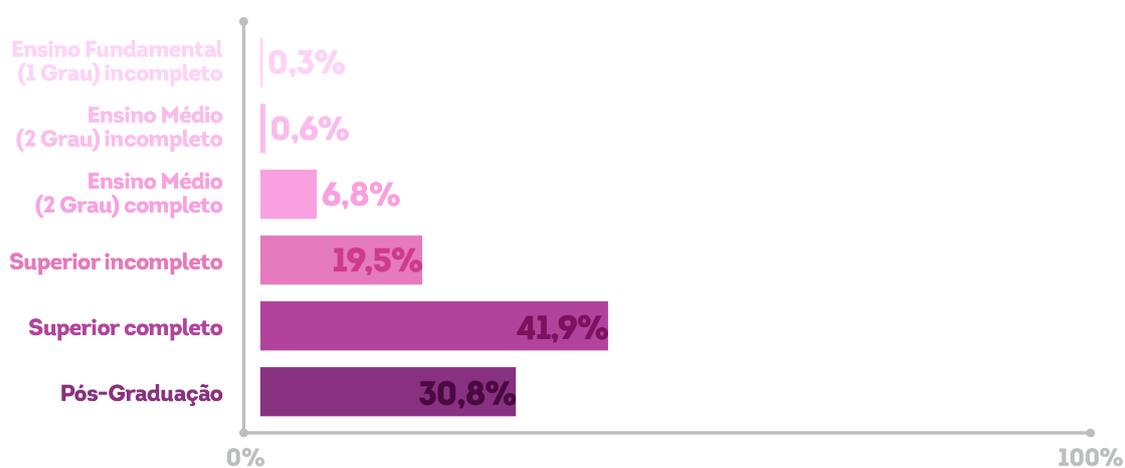


Figura 10 - Perfil da amostra: escolaridade

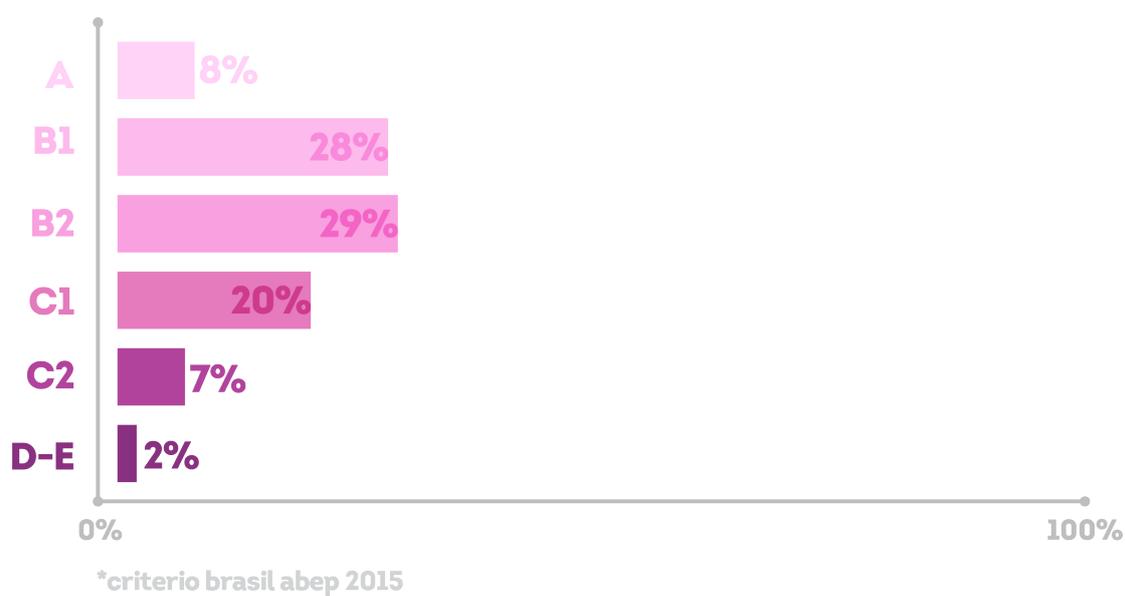


Figura 11 - Perfil da amostra: renda/estrato socioeconômico

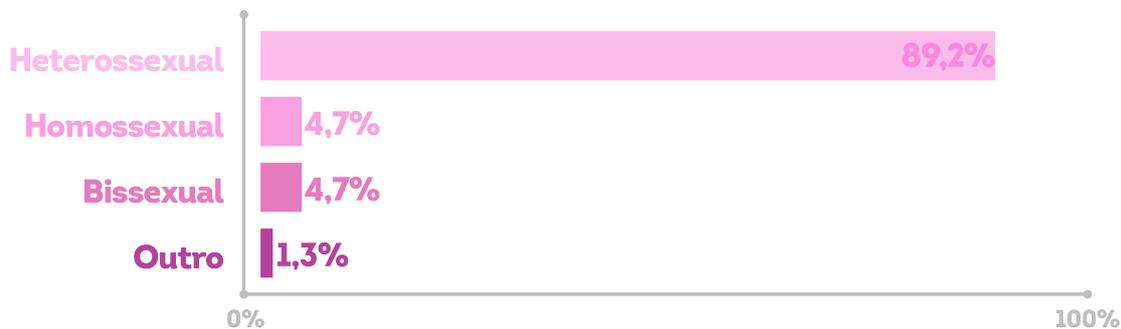


Figura 12 - Perfil da amostra: orientação sexual

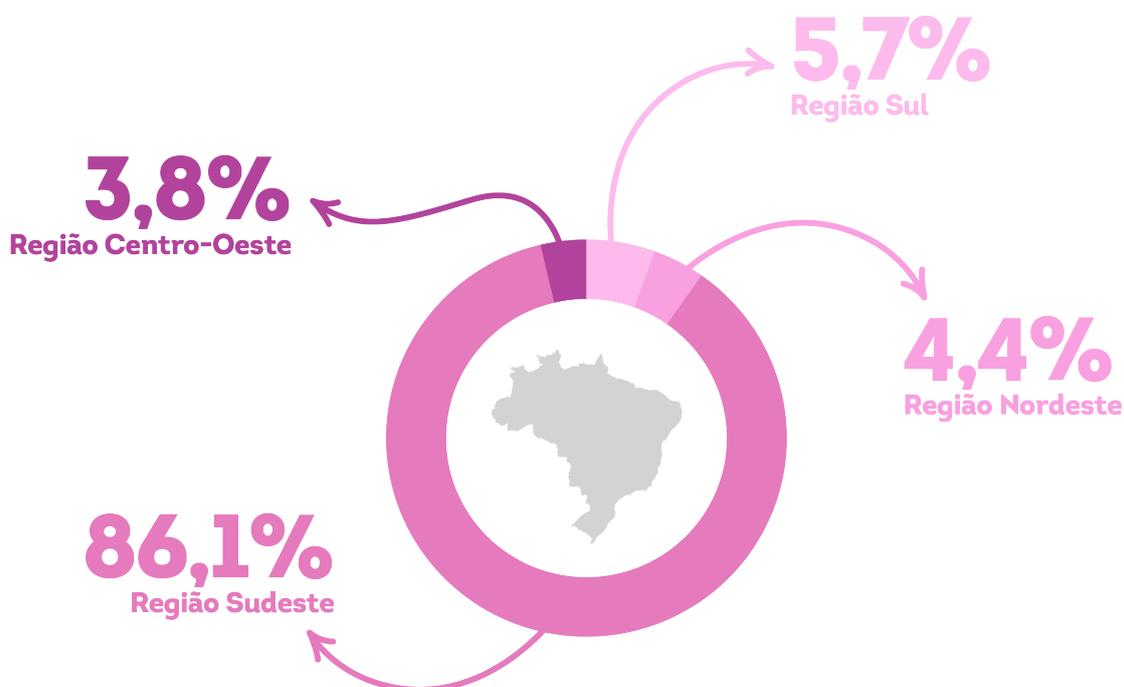


Figura 13 - Perfil da amostra: região de residência

Satisfação conjugal

A satisfação conjugal para a amostra como um todo se mostrou bastante alta. A primeira pergunta (Grau de Felicidade) contou com uma escala de 0 a 6 enquanto as demais trabalharam uma escala de 1 a 6. Portanto, para a primeira pergunta consideraremos a nota 0 como mínima, junto ao 1 e 2, intervalo considerado para as demais. Já as notas máximas

foram consideradas como 5 e 6 para todas as frases. Assim, o grau de felicidade, por exemplo, ficou com média 4,5, sendo avaliado com as maiores notas (5 e 6) por 60% dos respondentes válidos, enquanto que apenas 8% deram notas mínimas (0, 1 e 2). Seguindo as orientações da escala utilizada (2007, FUNK), os valores da escala foram somados, e tais resultados revelam o index de satisfação do relacionamento. O score máximo desse índice para nossa amostra seria encontrado caso todos os respondentes atribuíssem a nota máxima 6 para todas as quatro perguntas que compõem o index. Assim a soma de todas as respostas juntas seria de 7056 pontos. Nesta onda, por sua vez, tivemos uma pontuação geral de 5640 pontos, o que nos dá um nível de satisfação de 80% para a leitura geral de respondentes.

Notam-se diferenças entre resultados das perguntas do Index de satisfação entre homens e mulheres embora estatisticamente não significativas, muito provavelmente pelo reduzido número de casos de homens em que a coleta resultou. Uma análise de proporção nos mostra que, considerando um intervalo de confiança de 95%, as proporções de satisfação entre homens e mulheres são na verdade iguais, reforçando mais uma vez a necessidade de admitirmos o desequilíbrio amostral composto majoritariamente por mulheres.

O mesmo ocorre ao compararmos a variável grupos de idade (jovens, adultos e maduros) com os resultados da questão sobre o grau de felicidade na qual vemos uma pequena diferença entre o grupo maduro que apresenta menores porcentagens nas notas altas (5 e 6). Contudo uma posterior análise de proporção nos mostra que o pequeno número de casos entre jovens e maduros, torna tais proporções estatisticamente iguais. Já na questão sobre grau de satisfação podemos afirmar – confirmada pela análise de proporções – que os jovens apresentam um maior grau de satisfação conjugal (79%) que o grupo de adultos (63%). O mesmo, contudo, não pode ser afirmado na comparação entre jovens e maduros, já que neste caso as proporções também esbarram na fragilidade do número de casos em ambos os grupos e se tornam estatisticamente iguais.

Ainda analisando a questão isolada sobre grau de satisfação, nota-se que entre solteiros e casados há uma diferença, apontando para uma maior taxa de “alta satisfação” (notas 5 e 6) entre os últimos, embora esta não possa, mais uma vez, ser considerada estatisticamente diferente frente à análise de proporções.

As análises para as mesmas questões do Index de satisfação conjugal em relação a variáveis como tempo de relacionamento, estado civil, presença de filhos também não apresentaram resultados estatisticamente relevantes.

A seguir apresentamos os resultados para a amostra total:

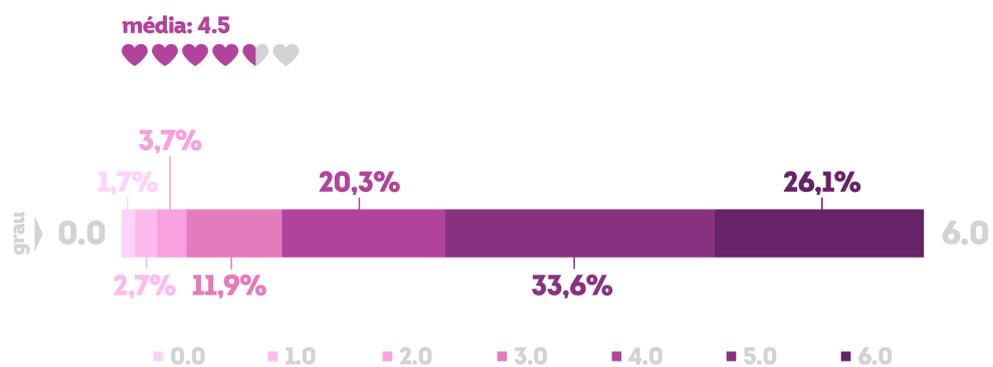


Figura 14 - Grau de felicidade

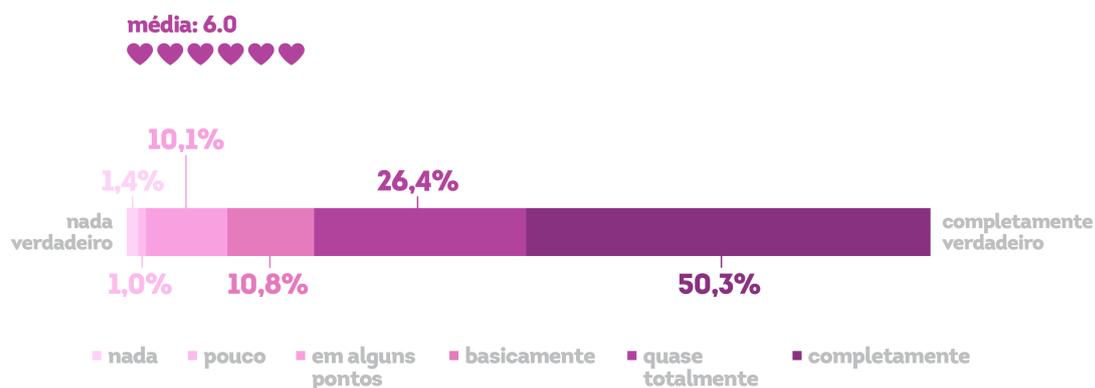


Figura 15 - Grau de proximidade

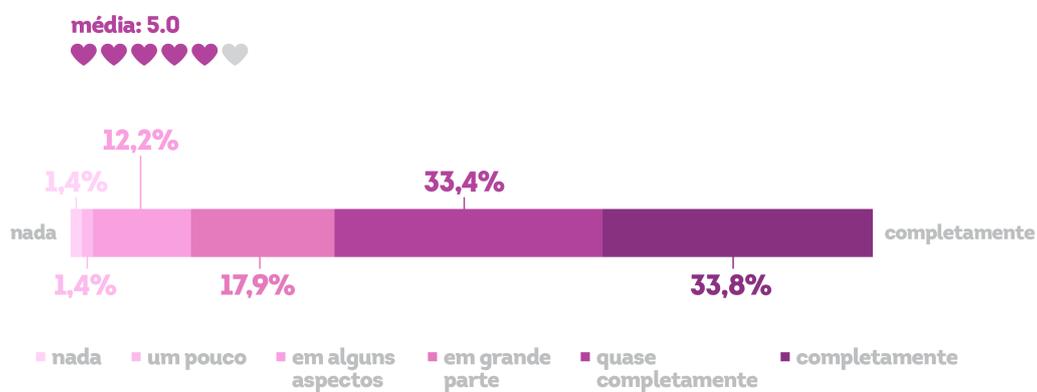


Figura 16 - Grau de recompensão

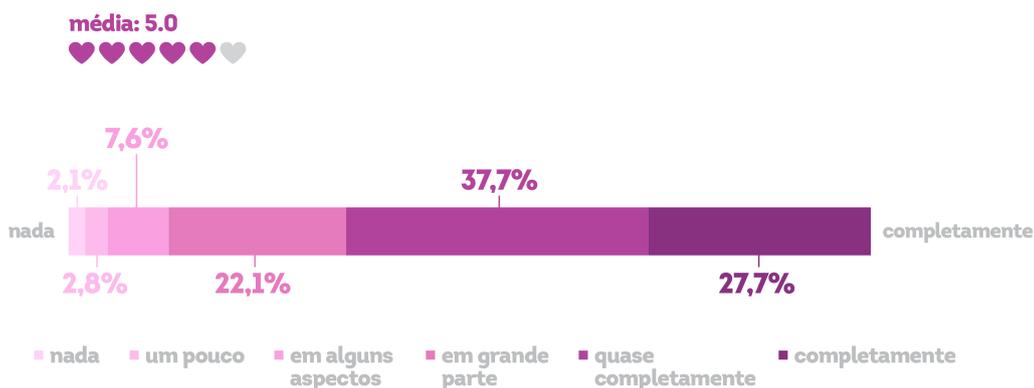


Figura 17 - Grau de satisfação

O Primado masculino

Os resultados da bateria de frases sobre o primado masculino, refletiram de modo geral, uma postura de discordância em relação a postulados “machistas”, especialmente aqueles relacionados à violência contra a mulher.

A baixa dispersão de respostas – que acabaram se concentrando nos extremos da escala – e a relativa homogeneidade das mesmas, nos leva, também para facilitar a visualização dos dados, a apresentar a partir daqui a leitura das frequências considerando o top2box (concordo totalmente e concordo parcialmente) como “concordância” e bottom2box (discordo totalmente e discordo parcialmente) como “discordância”.

Os resultados lidos para a amostra como um todo, mostraram significativa prevalência de respostas contrárias a uma ideia de superioridade, controle ou dominação do homem sob a mulher (“O marido tem o direito de controlar sua mulher” – 97% discordam), e por outro lado uma predominante concordância com sentenças de condenação à essas agressões (“Homem que bate na esposa tem que ir para a cadeia” – 95% concordam). Interessante observar também que ao contrário do que se esperava frente à cultura machista que permeiam as relações de gênero, é alta a discordância com frases que colocam a culpa da violência contra a mulher em suas próprias atitudes (“Mulheres que usam roupa que mostram o corpo merecem ser atacadas” – 99% discordam / “Se as mulheres soubessem como se comportar, haveria menos estupros – 92% discordam) e frases que naturalizam a agressividade do homem enquanto uma condição do gênero (“É da natureza do homem ser violento” – 95% discordam).

As frases que tiveram maior equilíbrio entre discordâncias e concordância foram as frases que tratam da natureza pública x privada dos conflitos conjugais “O que acontece com o casal em casa não interessa aos outros” e “Em briga de marido e mulher, não se mete a colher”. Nesses casos parece não haver um consenso e as opiniões sobre essas frases se dividem em top2box com 56% e 47% e bottom2box com 36% e 48% respectivamente.

Analisando esta bateria com controle da variável gênero a única frase que apresentou diferenças estatisticamente relevantes, foi a “Tem mulher que é pra casar e tem mulher que é pra cama” com maior concordância entre os homens (25%) frente a apenas 11% de concordância dentre as mulheres. O teste Qui-quadrado para esta frase também teve sucesso na hipótese de dependência desta variável com a variável gênero com um resultado de $p=0,034$. Nas demais frases não observamos dependência relevante entre as avaliações da bateria e o gênero do respondente.

Já em relação ao grupo de idades notam-se algumas diferenças significativas e estatisticamente relevantes principalmente da perspectiva dos jovens comparados aos adultos e maduros. A frase “Os homens devem ser a cabeça do lar” por exemplo, apresenta 63% e 53% de discordância entre adultos e maduros respectivamente. Uma diferença de mais 20 pontos percentuais a mais do que as dos jovens, que nos indica uma provável condenação mais forte deste grupo etário em relação à ordem familiar patriarcal. Analogamente, observamos uma maior discordância sobre a natureza privada dos conflitos conjugais por parte dos jovens. Frases como “O que acontece com o casal em casa não interessa aos outros” e “Em briga de marido e mulher, não se mete a colher” apresentam uma maior concordância entre os adultos e maduros (respectivamente 58% e 66% para a primeira frase e 48% e 67% para a segunda frase) do que se comparado ao grupo de jovens (40% para a primeira frase e 24% para a segunda frase). Mas quando as frases explicitam a violência nesses conflitos, a visão sobre o caráter público do problema é consonante para todos os grupos etários.

Foi realizado o teste de Qui-quadrado para as variáveis da bateria e grupos etários, mas devido à ausência de respostas em algumas categorias apenas obtivemos um resultado válido para uma das perguntas: “Em briga de marido e mulher, não se mete a colher”. Para este caso o resultado de $p=0,034$ evidencia a dependência entre as variáveis.

Abaixo ilustramos os resultados da bateria de concordância para a amostra como um todo:

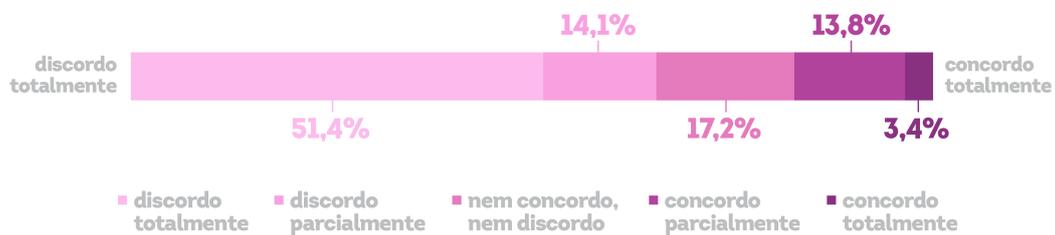


Figura 18 - "Os homens devem ser a cabeça do lar"

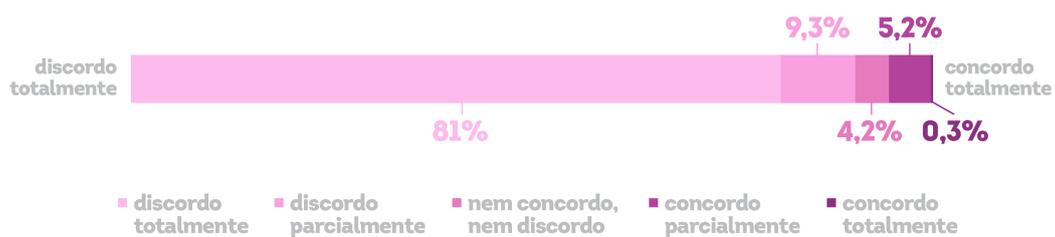


Figura 19 - "A mulher casada deve satisfazer o marido na cama, mesmo quando não tem vontade"

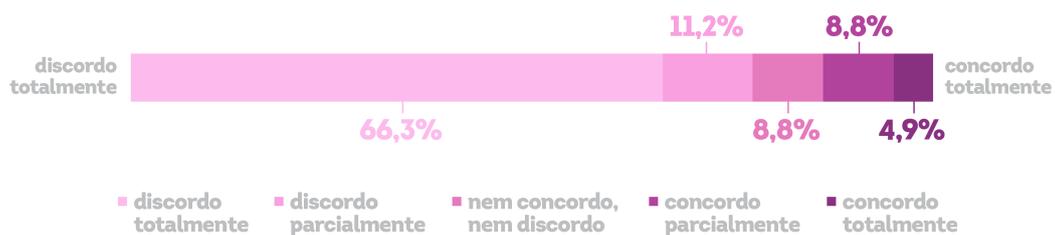


Figura 20 - "Tem mulher que é pra casar, tem mulher que é pra cama"

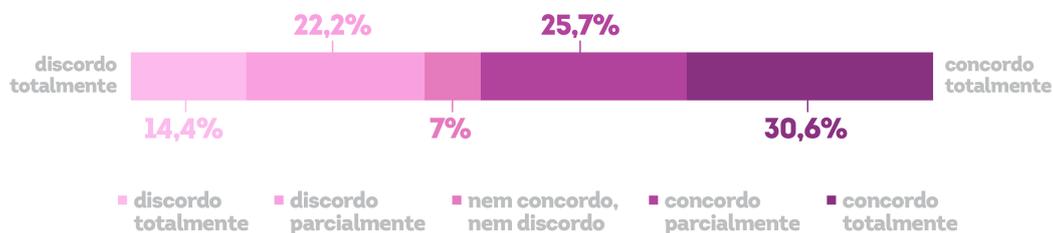


Figura 21 - O que acontece com o casal em casa não interessa aos outros

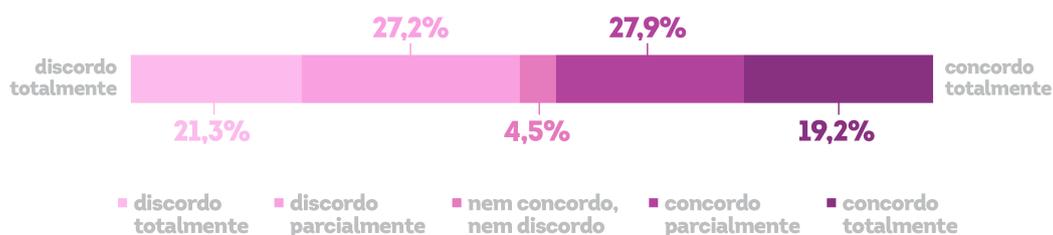


Figura 22 - Em briga de marido e mulher, não se mete a colher

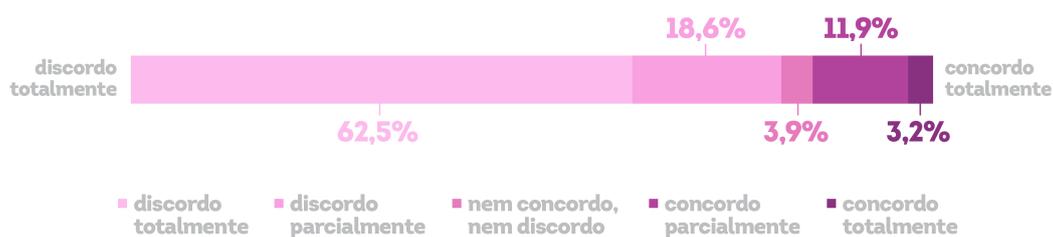


Figura 23 - Casos de violência dentro de casa devem ser resolvidos somente entre os membros da família



Figura 24 - A mulher que apanha em casa deve ficar quieta para não prejudicar os filhos

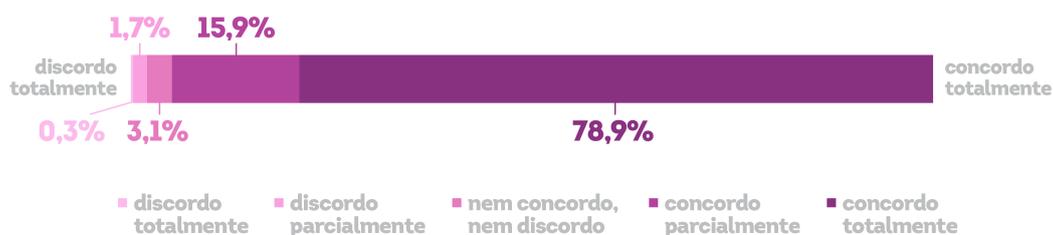


Figura 25 - Homem que bate na esposa tem que ir para a cadeia



Figura 26 - Um homem pode xingar e gritar com sua própria mulher

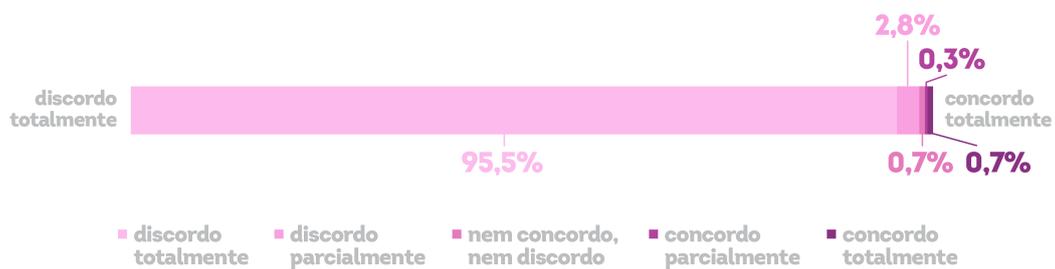


Figura 27 - É aceitável que um homem que cresceu em uma família violenta agrida sua mulher



Figura 28 - É aceitável que um homem rasgue ou quebre as coisas da mulher se ficou nervoso

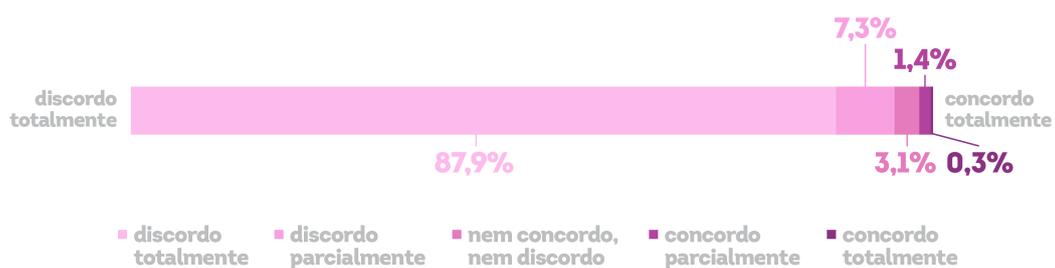


Figura 29 - É da natureza do homem ser violento

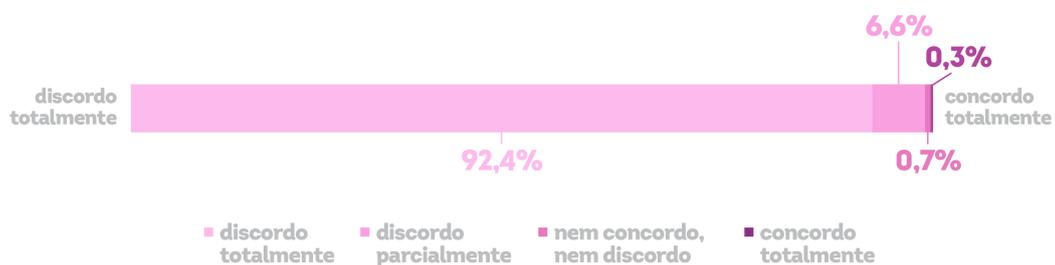


Figura 30 - Mulheres que usam roupas que mostram o corpo merecem ser atacadas

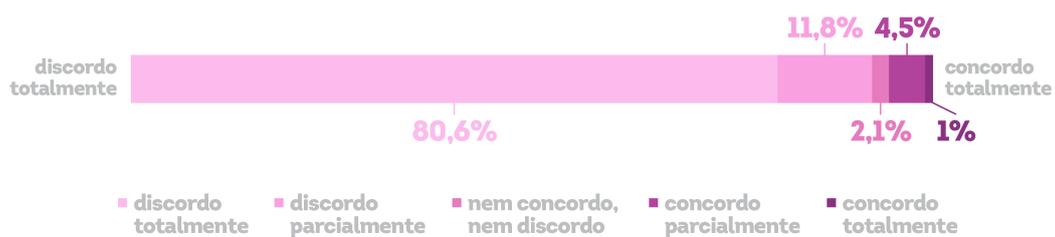


Figura 31 - Se as mulheres soubessem como se comportar, haveria menos estupros

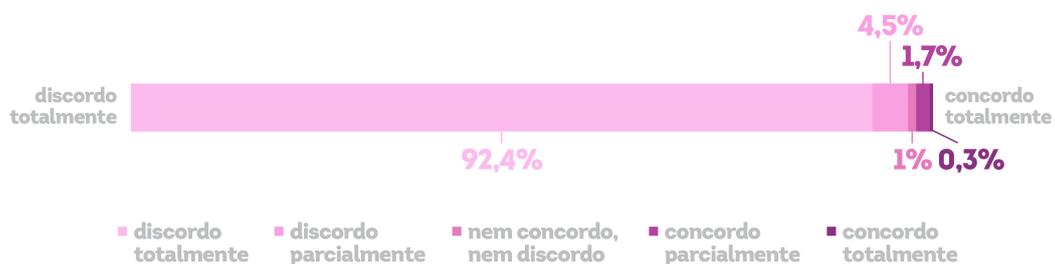


Figura 32 - O marido tem o direito de controlar sua mulher

A incidência de violência nas relações conjugais – escala CTS

Para analisar a bateria de perguntas inspiradas na escala CTS, seguimos as orientações de Straus (2004) e utilizamos a análise de prevalência que considera se um ou mais atos da escala foram praticados pelo menos uma vez durante, ou antes do período determinado – neste caso em 6 meses. Nesta perspectiva a análise não se atem à frequência dos atos, mas sim à sua prevalência na dinâmica conjugal.

Para este exercício, como estamos discutindo a violência psicológica em particular, vamos analisar esta prevalência distinguindo os atos em três categorias: 1) atos não físicos (negociação) representadas pelas perguntas “explicar ao companheiro que não concordava com ele” e “mostrar que respeita os pontos de vistas e sentimentos do companheiro”, 2) atos de violência física considerando todas as questões que tratam de conflitos físicos e sexuais, considerando ainda a questão de violência material, 3) atos de violência psicológica, abarcando aspectos de controle, opressão, ameaças, ofensas e outras dimensões psico-emocionais.

A amostra de um modo geral pode ser considerada como uma população com baixa prevalência da violência como forma de resolução de conflitos conjugais, pela perspectiva das agressões físicas e mesmo das psicológicas.

Em primeiro lugar, os atos não violentos, a negociação entre os parceiros, apresentaram alta prevalência entre os respondentes. Nas quatro questões da categoria encontramos alta incidência da negociação, chegando a 98% de prevalência tanto nas respostas dos entrevistados enquanto agentes quanto na percepção de seus companheiros.

Em segundo lugar, em uma leitura geral nossa amostra declarou uma baixa prevalência de atos violentos físicos para a resolução de conflitos em seus relacionamentos. A prevalência de agressões físicas, materiais e sexuais foi a mais baixa das três categorias entre os respondentes. Em ambas as situações, tanto enquanto agentes (quando esses atos foram praticados por eles próprios) quanto enquanto vítimas (quando os atos foram praticados por seus companheiros), a maioria dos respondentes declara nunca haver agido ou sofrido de violência física. Nesse sentido, 99% da amostra declara nunca ter sofrido do uso da força para serem obrigados a fazerem sexo com seus companheiros, mesmo número que declarou nunca ter dado ou recebido uma “surra”.

Em agressões que poderiam ser consideradas mais “leves” como empurrões ou contusões, esse número apresenta uma leve queda com 87% e 93% de respondentes que nunca sofreram essas agressões respectivamente. Por outro lado, para essas agressões o

número de respondentes vítimas de empurrões ou contusões é de 10% e 7% respectivamente, índices maiores do que para outras agressões. Além disso, 12% (empurrões) e 7% (contusões) declaram terem agredido seus companheiros com esse tipo de violência.

A incidência da violência psicológica

As estatísticas de incidência da violência em nossa amostra são maiores quando de natureza psicológicas. Agressões verbais, humilhação, repressão e controle apresentaram maior prevalência se comparadas às agressões físicas-sexuais que descrevemos acima. Um detalhe interessante dos resultados é que, salvo poucas exceções, a maioria dos índices aferidos se mostram maiores nas perguntas em que o parceiro é o agente e o entrevistado a vítima. Isso nos reflete que no caso deste exercício a percepção dos respondentes – particularmente das mulheres, já que nossa amostra é preponderantemente feminina – é de que seus parceiros cometem mais agressões contra elas, do que elas contra eles.

Os resultados apontam que as duas agressões que 100% dos entrevistados declaram sofrer são também as que 100% deles admitiram praticar. São elas; ofender e chamar o companheiro de gordo, feio ou outra coisa parecida. Em seguida a agressão mais sofrida pelos respondentes é aquela em que seus companheiros gritam ou berram contra eles (54%) e quando são insultados (51%). Atitudes de controle como exigir saber onde/com quem vai sair (37%) e olhar as mensagens, e-mails e redes sociais sem permissão (38%) também aparecem com significativa prevalência. Além disso, 25% dos respondentes declaram que seus companheiros já insistiram em fazer sexo mesmo quando aqueles não queriam. Mesmo percentual que já sofreu *gaslighting* uma forma de abuso quando há manipulação de informações e percepções da vítima para que ela e os outros acreditem em sua “loucura”.

O número de casos de homens na amostra acaba por inviabilizar uma leitura da incidência da violência psicológica por gênero, pois as proporções não apresentam diferenças estatisticamente consideráveis. Assim, o que observamos é que os dados apresentados acima se aproximam muito daqueles aferidos para a população de mulheres nesta pesquisa, que representa quase 80% dos casos. Como este trabalho foca particularmente na discussão da problemática da violência psicológica contra a mulher, apresentamos abaixo os índices de prevalência dessas agressões sofridas pelas mulheres de nossa amostra:

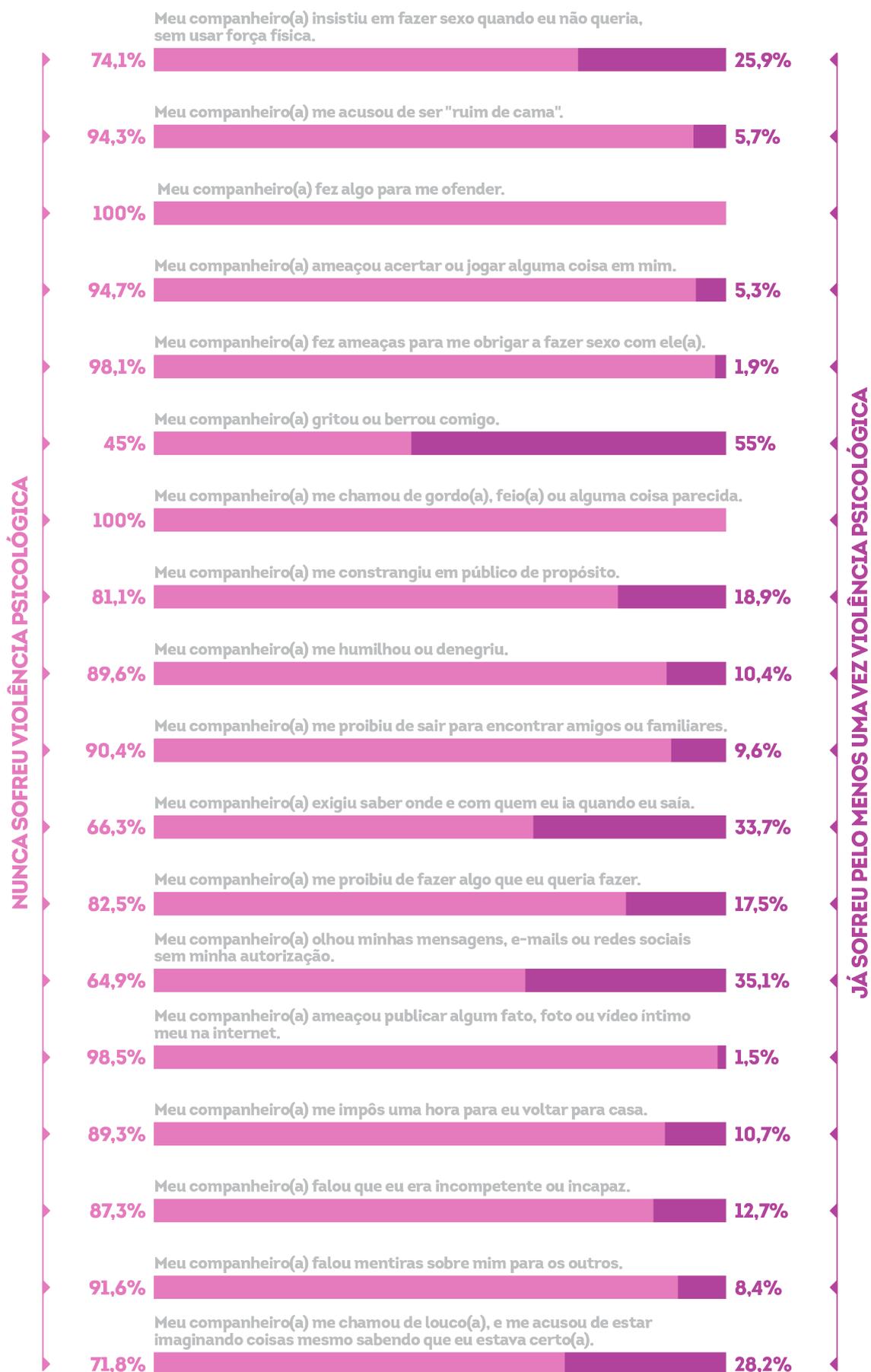


Figura 33 – Incidência de violência psicológica sofrida por mulheres

A percepção da violência

Para analisar a última bateria de percepção do grau de violência das agressões, trabalhamos as respostas de acordo com uma classificação da escala de 1 a 5 na qual 1-2 representam agressões “pouco violentas”, 3-4 representam agressões “violentas” e 5 “muito violentas”. Confirmando nossa hipótese a percepção das agressões físicas enquanto violência tem um maior grau na escala, do que os resultados gerais das agressões psicológicas. Das oito agressões de toda a bateria que apresentaram maiores percepções de violência – aqui consideradas como as questões com mais de 40% das respostas igual a 5 (“muito violentas”) – cinco são agressões físicas. Entre as seis agressões físicas testadas, quatro tiveram índices de mais de 70% das respostas considerando-as como muito violentas. Para citar alguns exemplos, ter uma torção ou contusão é considerado muito violento por 77% da amostra, ter que ir ao médico por causa de uma briga tem 83% dessa mesma percepção, enquanto que dar uma surra no companheiro tem uma percepção ainda mais incidente com 90% das respostas considerando-a muito violenta.

Já entre as agressões psicológicas, das 19 questões apenas três foram consideradas pela maioria como “muito violentas”: “Fazer ameaças para obrigar o companheiro(a) a fazer sexo” com 64% para “muito violento”, “Ameaçar publicar algum fato, foto ou vídeo íntimo do companheiro(a) na internet” com 51%, e “Humilhar ou denegrir o companheiro(a)” com 46%.

Ainda sim devemos admitir que a percepção das agressões psicológicas superaram as expectativas de serem avaliadas como violentas. Isso porque apesar de terem uma classificação média menor que a física, a maioria foi sim considerada violenta, com grande prevalência de avaliações entre 3 e 4 na escala. Para 63% dos respondentes, por exemplo, gritar ou berrar com o companheiro, e para 61% chamar o companheiro de gordo, feio ou algo parecido, é um ato “violento”. Ofender e acusar o companheiro de ser ruim de cama é considerado violento por 55% dos respondentes. No mesmo sentido, olhar as mensagens, e-mails ou redes sociais sem a autorização é considerado por 54% como uma agressão “violenta”. Formas de controle também foram reconhecidos como atos “violentos”, com avaliações entre 3 e 4 dadas por mais da metade da amostra. “Não deixar o companheiro(a) sair para encontrar amigos ou familiares” e “Impor hora para o companheiro(a) voltar para casa”, por exemplo tiveram 53% dessa avaliação, e “Proibir o companheiro(a) de fazer algo que ele(a) quer fazer” e “Exigir saber onde e com quem o companheiro(a) sai” tiveram 50%.

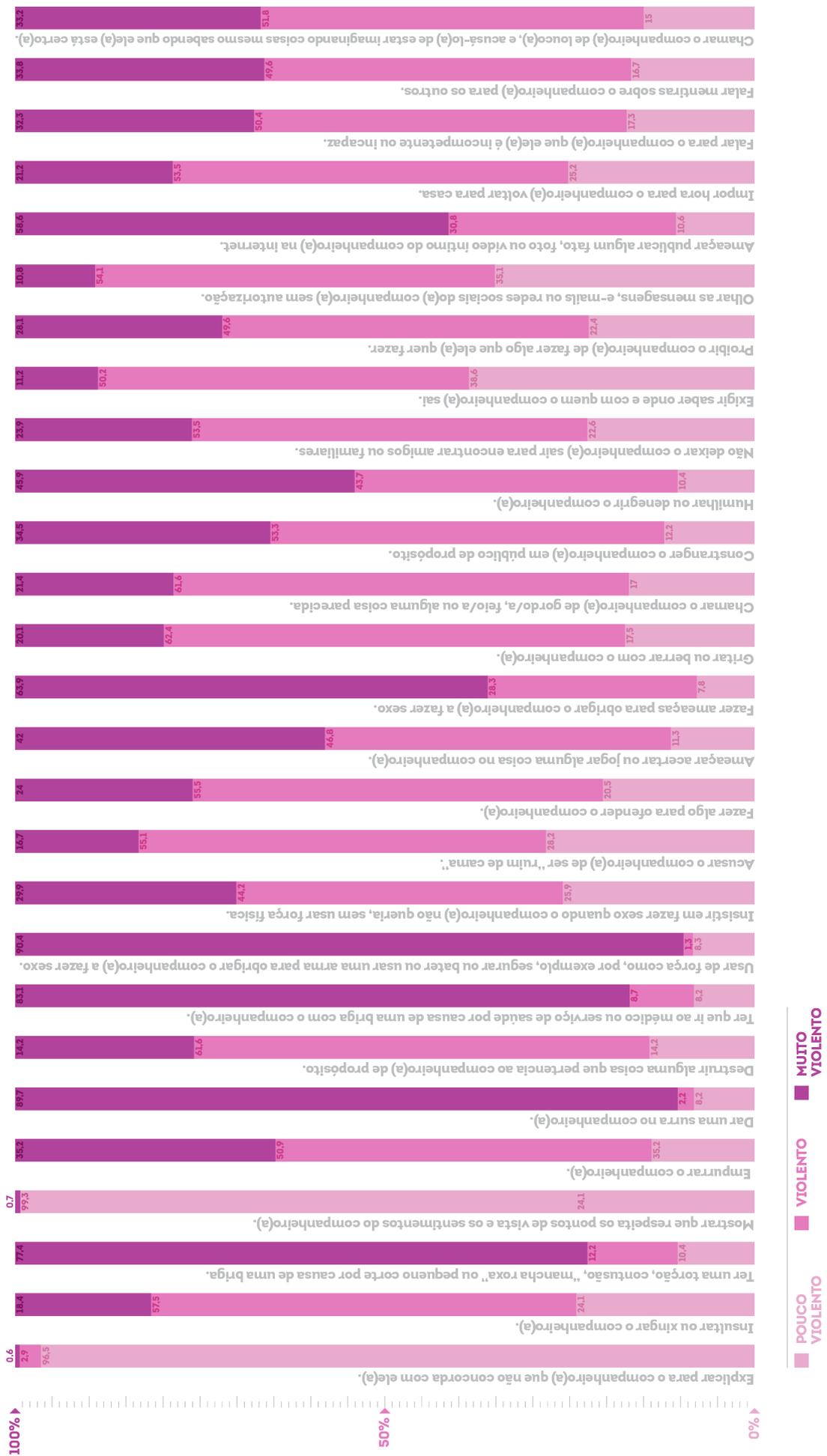


Figura 34 – A percepção dos níveis de violência das agressões

Para analisar as demais hipóteses envolvendo esta bateria de percepção utilizamos o teste de Qui-Quadrado afim de observar a dependência ou independência das variáveis. Vale considerar neste ponto que este esforço não se estenderá à análise dos dados descritivos, ou seja à comparação dos percentuais de percepções por idade, por gênero e por classe social e escolaridade, pois o desequilíbrio de nossa amostra não nos permitiu leituras seguras. Os testes de proporção entre as categorias dessas variáveis, em sua grande maioria, se mostraram estatisticamente não significativos frente ao pequeno número de casos. Por isso vamos restringir a análise desta hipótese ao teste de dependência das variáveis.

Assim, foi no teste de Qui-Quadrado que buscamos as análises estatisticamente significativas de dependência entre percepção e grupos de idade. Consideramos para este teste o valor de alfa igual a 0,05 – valor mais comum nas ciências sociais. Dessa forma, o parâmetro de aceitação da dependência entre as variáveis seria que o valor de p fosse inferior a 0,05, o que derrubaria a H_0 de que não existe associação estatisticamente significativa entre elas. Nesse sentido, tivemos sucesso no teste em parte das questões, o que nos leva a acreditar na hipótese inicial de que a idade está associada com o entendimento e percepção de certos conflitos conjugais, e conseqüentemente em sua percepção enquanto violência.

Nem todas as agressões foram percebidas de maneira estatística e significativamente diferente entre os grupos etários, mas para todas as variáveis que deram resultados de significância no teste de Qui-quadrado, percebemos uma maior “tolerância” na percepção do nível de violência dos atos por parte do grupo de maduros em relação aos jovens e adultos. Para a grande maioria das agressões, a avaliação do grupo mais velho foi quase sempre menos “intensa” do que os outros grupos. Por outro lado o grupo de jovens quase sempre se mostrou como o grupo “menos tolerante”, no sentido de que suas percepções do nível de violência foram maiores (notas mais altas) em grande parte das perguntas.

Nesse sentido, as percepções com significativa correlação etária foram: “Ter uma torção, contusão, mancha roxa ou pequeno corte por causa de uma briga” e “Empurrar o companheiro(a)”, com um $p=0,003$. “Humilhar ou denegrir o companheiro(a)” com $p=0,026$. “Impor hora para o companheiro(a) voltar para casa” com $p=0,003$. “Proibir o companheiro(a) de fazer algo que ele(a) quer” com $p=0,007$. “Não deixar o companheiro(a) sair para encontrar amigos ou familiares” com $p=0,01$.

Utilizamos o mesmo processo do teste de Qui-quadrado para a análise da hipótese de dependência da variável gênero e percepção de violência. Neste caso não confirmamos a hipótese proposta de que homens e mulheres poderiam ter uma percepção diferente sobre as agressões, frente à uma possível diferenciação de seus próprios papéis sociais. O teste não

apresentou, para nenhuma das questões, um valor de p menor ou igual a 0,05, o que nos indica que a variável gênero é independente à percepção de violência.

Infelizmente os testes de Qui-quadrado para variáveis de escolaridade e classe socioeconômica esbarraram mais uma vez na limitação do tamanho amostral. O desequilíbrio e viés da amostra acabou resultando em muitas das células um $n=0$ o que inviabiliza a aceitação dos resultados do teste.

As não respostas

É válido fazer aqui um parêntesis e destacar o elevado índice de não-resposta; “pulos” e abandono do questionário, particularmente na bateria de incidência de violência (CTS). Ao todo as não-respostas (*missing*) representam 17% dos dados dessa bateria. Uma das hipótese que deve ser considerada é a própria extensão do questionário que foi inclusive alvo de reclamações de alguns entrevistados após um feedback. Mas também devemos ponderar uma variável levantada anteriormente que é a própria natureza do tema da pesquisa – e em especial desta bateria – que trata de um assunto tão sensível e particular. Isso pode ter constrangido ou incomodado os respondentes levando-os a pular a pergunta ou abandonar o questionário. Admitindo essa dificuldade, se faz ainda mais importante a escolha do método de coleta adequado capaz de dar privacidade e conforto ao respondente, além da revisão e enxugamento do questionário de forma da agilizar e objetivar a coleta de dados.

Análise estrutural do questionário

Nesta etapa utilizamos a análise fatorial para estudar as baterias do questionário de forma a agrupar as questões que tratam de dimensões próximas. Assim conseguimos analisar as diferenças mais sutis e significativas nas respostas entre os diferentes perfis de respondentes, mesmo em uma amostra com pouca variabilidade como esta. Desconsiderando questões com variância zero, esta análise nos proporciona a carga fatorial de cada questão, ou seja, o quanto cada uma delas explica o fator. Isso nos possibilita que posteriormente consigamos priorizar em uma nova ferramenta aquelas questões que tem mais força para explicar o que queremos coletar, permitindo um maior concisão, objetividade e eficiência do questionário.

Tendo esses fatores em mãos, realizamos outras análises em cascata de forma a testar algumas associações e correlações entre eles com variáveis como grau de felicidade e gênero.

Para isso além da repetição de outra análise fatorial, utilizamos também a análise da regressão linear e o teste-t. A primeira procura explicar o quanto cada fator contribui na explicação da variável dependente, enquanto que o teste-t mede a associação dos fatores e de uma variável dependente.

Antes de apresentarmos os resultados, contudo, é importante fazer uma ressalva neste momento. As análises fatoriais tem uma grande sensibilidade em relação à variação dos dados. Isso significa que os resultados encontrados nesta etapa, mesmo que indiquem que há diferenças, associações e correlações entre as respostas de determinados grupos e fatores, não necessariamente representam uma grande variação real na concordância ou avaliação das perguntas. Muitas vezes estamos falando de variações mínimas e sutis dentro de uma escala, mas que podem ser aferidas e se tornam significativas justamente pela sensibilidade da análise fatorial.

Análise fatorial das escalas

Abaixo apresentamos os fatores resultantes da análise exploratória das baterias do primado masculino (frases IPEA), de incidência de violência, e percepção dos níveis de violência, além de uma breve explicação da nomenclatura dada a eles.

Primado masculino

A análise desta bateria que trata de ideologias e comportamentos ligados à perspectiva de um primado masculino, resultou em quatro fatores.

ANÁLISE FATORIAL PRIMADO MASCULINO				
Component Matrix ^a				
	Component			
	visao social	controle	dominacao	naturalizacao
Em briga de marido e mulher, não se mete a colher	0,857			
O que acontece com o casal em casa não interessa aos outros	0,792			
Os homens devem ser a cabeça do lar	0,697			
Tem mulher que é pra casar, tem mulher que é pra cama	0,591			
Casos de violência dentro de casa devem ser discutidos somente entre os membros da família	0,541			
Mulheres que usam roupas que mostram o corpo merecem ser atacadas		0,806		
É aceitável que um homem rasgue ou quebre as coisas da mulher se ficou nervoso		0,686		
É aceitável que um homem que cresceu em uma família violenta agrida sua mulher		0,635		
O marido tem o direito de controlar sua mulher		0,602		
Se as mulheres soubessem como se comportar, haveria menos estupros		0,543		
Homem que bate na esposa tem que ir para a cadeia			-0,777	
A mulher casada deve satisfazer o marido na cama, mesmo quando não tem vontade			0,568	
É da natureza do homem ser violento				0,777
Um homem pode xingar e gritar com sua própria mulher				0,620
A mulher que apanha em casa deve ficar quieta para não prejudicar os filhos				0,898

Extraction Method: Principal Component Analysis.
Rotation Method: Varimax with Kaiser Normalization.
a. Rotation converged in 6 iterations.

Figura 35 – Análise fatorial primado masculino

O primeiro, com frases como “O que acontece com o casal em casa não interessa aos outros” denominamos de “visão social” pois reúne as questões que tratam da perspectiva e do papel “de quem está fora” na percepção, intervenção e julgamento do papel de homens e mulheres no relacionamento. O segundo fator foi denominado “controle” pois agrupa frases com conteúdos ligados a controles da mulher, sejam sociais, psicológicos ou físicos, como “Se as mulheres soubessem como se comportar, haveria menos estupros”. O terceiro fator, “dominação”, reuniu frases que deixavam claro algum poder de dominação do homem, como “A mulher deve satisfazer o marido na cama, mesmo quando não tem vontade”. E o último fator, agrupa frases que naturalizam a violência e comportamentos agressivos como sendo parte do homem (“É da natureza do homem ser violento), tendo por isso sido denominado de “naturalização.

Para a exploração da bateria de incidência de violências no casal dividimos a análise em duas. A primeira agrupou os fatores para a bateria que trata do respondente pela perspectiva de agressor, na qual ele declara as agressões que cometeu (ou não) contra seu companheiro(a), enquanto que a segunda agrupou fatores de uma perspectiva da vítima, quando o respondente declara as agressões que sofreu. Em ambos os casos as análises resultaram em quatro fatores cada:

ANÁLISE FATORIAL INCIDÊNCIA VIOLÊNCIA (AGRESSOR)				
Component Matrix ^a				
	Component			
	Acoes Individuais	Acoes Sociais	Negociação	Ataque ao self
Eu humilhei ou denegri meu companheiro(a).	0,746			
Eu insultei ou xinguei meu companheiro(a).	0,696			
Eu falei para meu companheiro(a) que ele era incompetente ou incapaz.	0,664			
Eu chamei meu companheiro(a) de gordo(a), feio(a) ou alguma coisa parecida.	0,621			
Eu fiz alguma coisa para ofender meu companheiro(a).	0,608			
Eu gritei ou berrei com o meu companheiro(a).	0,605			
Eu constrangi meu companheiro(a) em público de propósito.	0,604			
Eu proibi meu parceiro de fazer algo que ele queria fazer.	0,583			
Eu ameacei acertar ou jogar alguma coisa no meu companheiro(a).	0,565			
Eu acusei o meu companheiro(a) de ser ?ruim de cama?.	0,506			
Eu olhei mensagens, e-mails ou redes sociais do meu companheiro(a), sem sua autorização.	0,485			
Eu ameacei publicar algum fato, foto ou vídeo íntimo do meu companheiro(a) na internet.	0,481			
Eu dei um empurrão no meu companheiro(a).	0,461			
Eu proibi meu companheiro(a) de sair para encontrar amigos ou familiares.		-0,673		
Eu exigi saber onde e com quem meu companheiro(a) ia, quando ele saía.		-0,486		
Eu impus uma hora para meu companheiro(a) voltar para casa.		-0,394		
Eu expliquei para meu companheiro(a) o que eu não concordava com ele.			0,684	
Eu mostrei que respeitava os pontos de vista e os sentimentos do meu companheiro(a).			0,662	
Eu chamei meu companheiro(a) de louco(a), e o(a) acusei de estar imaginando coisas mesmo sabendo que ele(a) estava certo(a).				0,648
Eu falei mentiras sobre meu companheiro(a) para os outros.				0,458
Eu destruí alguma coisa que pertencia ao meu companheiro(a) de propósito.				0,682

Extraction Method: Principal Component Analysis.
a. 6 components extracted.

Figura 36 – Análise fatorial incidência de violência (agressor)

Na bateria do respondente como agressor, denominamos o primeiro fator “ações individuais” pois tratam de agressões travadas diretamente ao individuo de forma a atingí-lo de forma isolada. Em contrapartida o fator “ações sociais” reúne as agressões que de alguma forma atingem o individuo em sua participação coletiva, envolvendo terceiros como “Eu proibi meu companheiro(a) de sair para encontrar amigos ou familiares”. O terceiro fator “negociação” – assim como na escala original – reuniu as questões de resolução através da ponderação e aceitação de ideias e pontos de vistas. O quarto fator, “ataque ao self” reúne questões sobre agressões à patrimônios da vítima como sanidade, reputação ou mesmo algo material.

Na segunda análise, da bateria da perspectiva da vítima, também encontramos quatro fatores.

ANÁLISE FATORIAL INCIDÊNCIA VIOLÊNCIA (VÍTIMA)				
Component Matrix ^a				
	Component			
	Controle	Ataque self	Negociação	Coação
Meu companheiro(a) me chamou de louco(a), e me acusou de estar imaginando coisas mesmo sabendo que eu estava certo(a).	0,672			
Meu companheiro(a) me insultou ou xingou.	0,659			
Meu companheiro(a) gritou ou berrou comigo.	0,655			
Meu companheiro(a) me humilhou ou denegriu.	0,617			
Meu companheiro(a) me proibiu de sair para encontrar amigos ou familiares	0,608			
Meu companheiro(a) me proibiu de fazer algo que eu queria fazer.	0,603			
Meu companheiro(a) falou que eu era incompetente ou incapaz.	0,601			
Meu companheiro(a) me constrangi em público de propósito.	0,597			
Meu companheiro(a) fez algo para me ofender.	0,541			
Meu companheiro(a) destruiu alguma coisa que me pertencia de propósito.	0,496			
Meu companheiro(a) falou mentiras sobre mim para os outros.	0,492			
Meu companheiro(a) olhou minhas mensagens, e-mails ou redes sociais sem minha autorização.	0,461			
Meu companheiro(a) exigiu saber onde e com quem eu ia quando eu saía.	0,439			
Meu companheiro(a) me impôs uma hora para eu voltar para casa.		0,606		
Meu companheiro(a) me chamou de gordo(a), feio(a) ou alguma coisa parecida.		-0,504		
Meu companheiro(a) me acusou de ser "ruim de cama"		-0,411		
Meu companheiro(a) mostrou que respeitava meus pontos de vista e os meus sentimentos.			0,714	
Meu companheiro(a) me explicou o que ele não concordava comigo.			0,677	
Meu companheiro(a) me deu um empurrão,				-0,529
Meu companheiro(a) ameaçou publicar algum fato, foto ou vídeo íntimo meu na internet.				0,631

Extraction Method: Principal Component Analysis.
a. 5 components extracted.

Figura 37 – Análise fatorial incidência de violência (vítima)

O primeiro denominamos “controle” por reunir a maioria de agressões sofridas nesse sentido, em que o respondente foi controlado (física ou psicologicamente) pelo companheiro(a), como “Meu companheiro(a) falou que eu era incompetente ou incapaz”. O segundo fator chamamos de “ataque ao self” por agrupar agressões que ferem aspectos do

indivíduo como auto-estima ou liberdade, por exemplo “Meu companheiro(a) me impôs uma hora para eu voltar para casa”. O terceiro fator “negociação” segue a mesma lógica da tabela anterior com as duas frases de atitudes não violentas. E o último fator, “coação” reúne frases de constrangimento e ameaças como “Meu companheiro(a) me deu um empurrão”.

A última bateria analisada foi a de percepção dos níveis de violência das agressões.

ANÁLISE FATORIAL PERCEPÇÃO		
Rotated Component Matrix ^a		
	Component	
	Agressões Físicas	Agressões Psicológicas
Usar de força como, por exemplo, segurar ou bater ou usar uma arma para obrigar o companheiro(a) a fazer sexo.	0,909	
Ter que ir ao médico ou serviço de saúde por causa de uma briga com o companheiro(a).	0,896	
Dar uma surra no companheiro(a).	0,895	
Ter uma torção, contusão, ?mancha roxa? ou pequeno corte por causa de uma briga.	0,807	
Fazer ameaças para obrigar o companheiro(a) a fazer sexo.	0,789	
Ameaçar acertar ou jogar alguma coisa no companheiro(a).	0,753	
Humilhar ou denegrir o companheiro(a)	0,744	
Destruir alguma coisa que pertencia ao companheiro(a) de propósito.	0,676	
Ameaçar publicar algum fato, foto ou vídeo íntimo do companheiro(a) na internet.	0,664	
Empurrar o companheiro(a).	0,638	
Insultar ou xingar o companheiro(a)	0,537	
Mostrar que respeita os pontos de vista e os sentimentos do companheiro(a).	-0,431	
Exigir saber onde e com quem o companheiro(a) sai.		0,829
Proibir o companheiro(a) de fazer algo que ele(a) quer fazer.		0,814
Não deixar o companheiro(a) sair para encontrar amigos ou familiares.		0,806
Impor hora para o companheiro(a) voltar para casa.		0,805
Olhar as mensagens, e-mails ou redes sociais do(a) companheiro(a) sem autorização.		0,804
Falar para o companheiro(a) que ele(a) é incompetente ou incapaz.		0,779
Chamar o companheiro(a) de gordo/a, feio/a ou alguma coisa parecida.		0,713
Falar mentiras sobre o companheiro(a) para os outros.		0,708
Acusar o companheiro(a) de ser ?ruim de cama?.		0,705
Fazer algo para ofender o companheiro(a).		0,666
Constranger o companheiro(a) em público de propósito.		0,653
Chamar o companheiro(a) de louco(a), e acusá-lo(a) de estar imaginando coisas mesmo sabendo que ele(a) está certo(a).		0,629
Gritar ou berrar com o companheiro(a).		0,585
Insistir em fazer sexo quando o companheiro(a) não queria, sem usar força física.		0,507
Explicar para o companheiro(a) que não concorda com ele(a)		-0,863

Extraction Method: Principal Component Analysis.
Rotation Method: Varimax with Kaiser Normalization.
a. Rotation converged in 5 iterations.

Figura 38 – Análise fatorial percepção

Para esta encontramos apenas dois fatores que agruparam as frases segundo sua natureza física ou psicológica. Por isso a nomenclatura dos fatores seguiu essa lógica tendo assim resultado em “agressões físicas” e “agressões psicológicas”. As questões de negociação da escala CTS são exceções nesses fatores, com carga fatorial mais baixa, e portanto levam a nomenclatura da maioria em cada grupo.

Análise do perfil da associação das escalas entre si

Como mencionamos acima, após as análises fatoriais realizamos análises mais sensíveis de associação e correlação entre os próprios fatores e deles com outras variáveis.

Análise Teste-t: a associação dos fatores e do gênero

TESTE-T PRIMADO MASCULINO, INCIDÊNCIA VIOLÊNCIA, PERCEPÇÃO Independent Samples Test			
	t-test for Equality of Means		
	t	df	Sig. (2-tailed)
Outro_Controle	2,166	222	0,031
Outro_AtaqueSelf	-1,253	222	0,212
Outro_Negociação	-1,725	222	0,086
Outro_Coacao	0,488	222	0,626
Eu_Acoesindividuais	1,336	239	0,183
Eu_Acoessociais	1,711	239	0,088
Eu_Negociação	0,803	239	0,423
Eu_AtaqueSelf	1,985	239	0,048
Agressoesfisicas	0,833	121	0,406
AgressoesPsicologica	0,5	121	0,618
VisaoSocial	-0,038	264	0,97
Controle	-1,818	264	0,07
Domincacao	0,638	264	0,524
Naturalizacao	-2,425	264	0,016

Figura 39 – Teste-t: primado masculino, incidência de violência, percepção x gênero

Nesta análise testamos se a variável gênero estava associada aos resultados de todos os 14 fatores descritos acima. Os resultados mostraram que, por exemplo, para o fator “Naturalização” (da bateria do primado masculino) há associação entre as respostas e o gênero dos respondentes, sendo que homens tendem a concordar mais com as frases que naturalizam a violência no homem, como por exemplo “É da natureza do homem ser violento”. Ainda sim, mais uma vez lembramos que esta análise diz respeito à variações bastante sutis e sensíveis dos resultados, e que portanto, não necessariamente refletem grandes diferenças na escala de concordância. Também encontramos associação para os fatores Outro_Controle e Eu_AtaqueSelf.

Para os outros fatores o teste-t mostrou que ser homem ou mulher, nesta pesquisa, não está associado aos resultados. Esses resultados, por um lado reforçam a hipótese de que a cultura machista influencia a sociedade como um todo – sem distinção de gênero. Mas por outro, recusa as hipóteses de que homens seriam mais machistas que mulheres e de que haveria diferenças significativas na percepção dos níveis de violência entre eles.

Análise Regressão linear

Este teste analisou a correlação entre os fatores de incidência de violência entre os respondentes enquanto vítimas e fatores do primado masculino, com a variável dependente grau de felicidade.

REGRESSÃO LINEAR INCIDÊNCIA VIOLÊNCIA (VÍTIMA) E PRIMADO MASCULINO X GRAU DE FELICIDADE Coefficients ^a			
	Unstandardized Coefficients	t	Sig.
	B		
(Constant)	4,509	52,31	0
Outro_Controle	-0,445	-4,044	0
Outro_AtaqueSelf	-0,134	-1,478	0,141
Outro_Negociação	-0,106	-1,172	0,242
Outro_Coacao	0,354	2,27	0,024
Visao social	0,125	0,87	0,385
controle	0,174	1,942	0,054
dominacao	0,117	1,007	0,315
naturalizacao	-0,363	-2,301	0,022

a Dependent Variable: Considerando seu relacionamento atual, como um todo, por favor indique o grau de felicidade em re...-Grau de felicidade

Figura 40 – Regressão linear: incidência de violência (vítima) e primado masculino x grau de felicidade

Encontramos, desta análise, resultados significantes para três fatores. Quanto mais o respondente sofre agressões de “controle” de seu companheiro(a) menor é sua declaração do grau de felicidade no relacionamento. No mesmo sentido, menor é o grau de felicidade para aqueles que mais concordam com o fator de naturalização do primado masculino.

Por outro lado, um resultado curioso aponta que quanto maior a incidência de agressões de “coação” sofrida, maior o grau de felicidade com o companheiro(a). Ao contrário do que se poderia esperar, o resultado surpreende, e portanto, demandaria um estudo mais aprofundado sob perspectivas qualitativas que ajudassem a entender tal correlação.

Análise Fatorial: machismo e a percepção dos níveis de violência psicológicas

Esta análise responde a nosso objetivo de investigar se os níveis de machismo internalizados na sociedade – e na visão de mundo de cada indivíduo – tem relação com sua tolerância quanto às violências psicológicas. Para isso fizemos uma segunda análise fatorial com os fatores encontrados na primeira etapa da bateria do primado masculino e da bateria de percepção.

ANÁLISE FATORIAL PRIMADO MASCULINO E PERCEPÇÃO			
Rotated Component Matrix			
	Component		
	1	2	3
VisaoSocial	0,744		-0,273
AgressoesPsicologica	-0,657		-0,402
Controle	0,588	-0,238	
Naturalizacao		0,83	
Domincacao		0,715	
Agressoesfisicas			0,9

*Extraction Method: Principal Component Analysis.
Rotation Method: Varimax with Kaiser Normalization.
a. Rotation converged in 4 iterations.*

Figura 41 – Análise fatorial: primado masculino e percepção

Os resultados mostram que pessoas com maior grau de concordância com as frases do fator “visão social” e “controle” do primado masculino tendem (mesmo em que em um grau muito sutil) a ter mais tolerância às agressões psicológicas, avaliando-as como menores níveis de violência. Isso quer dizer, por exemplo, que respondentes que concordaram em maior grau com afirmações como “Os homens devem ser a cabeça do lar” e “Mulheres que usam roupas que mostram o corpo merecem ser atacadas”, tendem a considerar as violências psicológicas menos violentas.

Esses resultados corroboram nossa hipótese inicial, baseada na teoria de causalidade, de que a cultura e os valores machistas acabam por serem incorporados como “causas” de certos comportamentos agressivos. Assim, o machismo influi na tolerância de certas agressões (particularmente aqui, contra as mulheres) que passam a ser percebidas como comportamentos mais ou menos aceitáveis dentro de uma relação social de dominação do homem sobre a mulher.

CONSIDERAÇÕES FINAIS E PRÓXIMOS PASSOS

Na discussão da problemática da violência contra a mulher, particularmente a violência doméstica e psicológica, vimos que a pesquisa tem um papel estratégico. Afinal sem um bom conhecimento e diagnóstico do problema é inviável que haja uma adequada conscientização social e um combate eficaz.

Fruto de uma cultura milenar de um primado masculino no qual o controle, a opressão e a “posse” do homem sobre a mulher quase que legitimam a violência doméstica, esta é em grande nível internalizada como parte integrante da dinâmica conjugal. Nesse sentido, este trabalho procurou abrir o debate para uma provável falta de conscientização da população sobre essa realidade que atinge milhões de mulheres, da qual elas próprias muitas vezes não sabem que são vítimas. Além disso, quisemos discutir a importância das pesquisas sobre a violência contra a mulher, e a necessidade destas considerarem essa possível miopia social sobre a violência psicológica como um fator decisivo para o diagnóstico do problema. É preciso que consideremos o que se entende por violência contra a mulher no sentido de que se adequem os instrumentos e metodologias das pesquisas que querem aferir o problema da forma mais real possível.

O exercício deste projeto propôs testar um instrumento de pesquisa, um questionário, que reúne algumas dimensões importantes para considerarmos a violência doméstica contra a mulher enquanto um problema não apenas privado, mas cultural do país. Por isso o questionário propõe reunir baterias de perfil sociodemográfico, satisfação matrimonial, percepções de gênero e primado masculino, escalas de incidência da violência e de percepção de níveis de violência para certos conflitos.

A aplicação da pesquisa contou com a internet como ambiente, e com a técnica de snow ball como metodologia de coleta. O esforço acabou resultando em uma amostra de 316 casos que, contudo, se mostrou bastante enviesada e desequilibrada, já que tivemos uma predominância de mulheres, casos de renda média alta e escolaridade superior. Isso nos limitou nas análises dos resultados da pesquisa uma vez que a amostra não representativa incita cuidados quanto à suas conclusões. Ainda sim, a pesquisa nos trouxe resultados interessantes e otimistas, particularmente em relação à violência psicológica que apresentou uma percepção alta de seu nível de violência, mesmo se comparado aos índices maiores da violência física/sexual. Junto da baixa incidência de conflitos violentos e da negação de preceitos machistas, a amostra – mesmo que não representativa – aponta para uma mudança cultural e uma conscientização sobre o papel da mulher e o combate à sua opressão e controle.

A análise estrutural nos proporcionou, através da análise fatorial um entendimento dos fatores que constroem as principais baterias deste questionário, independente do viés de seleção da amostra. Os resultados indicaram que apesar de sua estrutura adequada, há possíveis ajustes a serem feitos no questionário que poderão otimizar sua utilização em termos de alcance, tempo, compreensão e eficácia na coleta, além de potencializar o envolvimento e a facilidade na resposta. Uma sugestão para uma próxima fase, então, seria enxugar o tamanho do questionário, priorizando as questões com maior carga fatorial dentro de cada fator, destacadas na tabela:

QUESTÕES SUGERIDAS PARA NOVO QUESTIONÁRIO			
			Carga Fatorial
PRIMADO	visao social	Em briga de marido e mulher, não se mete a colher	0,857
		O que acontece com o casal em casa não interessa aos outros	0,792
	controle	Mulheres que usam roupas que mostram o corpo merecem ser atacadas	0,806
		É aceitável que um homem rasgue ou quebre as coisas da mulher se ficou nervoso	0,686
	dominacao	Homem que bate na esposa tem que ir para a cadeia	-0,777
		A mulher casada deve satisfazer o marido na cama, mesmo quando não tem vontade	0,568
	naturalizacao	É da natureza do homem ser violento	0,777
		Um homem pode xingar e gritar com sua própria mulher	0,620
INCIDÊNCIA VIOLÊNCIA AGRESSOR	Acoes Individuais	Eu humilhei ou denegri meu companheiro(a).	0,746
		Eu insultei ou xinguei meu companheiro(a).	0,696
	Acoes Sociais	Eu proibi meu companheiro(a) de sair para encontrar amigos ou familiares.	-0,673
		Eu exigi saber onde e com quem meu companheiro(a) ia, quando ele saía.	-0,486
	Negociacao	Eu expliquei para meu companheiro(a) o que eu não concordava com ele.	0,684
		Eu mostrei que respeitava os pontos de vista e os sentimentos do meu companheiro(a).	0,662
	Ataque Self	Eu chamei meu companheiro(a) de louco(a), e o(a) acusei de estar imaginando coisas mesmo sabendo que ele(a) estava certo(a).	0,648
		Eu falei mentiras sobre meu companheiro(a) para os outros.	0,458
INCIDÊNCIA VIOLÊNCIA VÍTIMA	controle	Meu companheiro(a) me chamou de louco(a), e me acusou de estar imaginando coisas mesmo sabendo que eu estava certo(a).	0,672
		Meu companheiro(a) me insultou ou xingou.	0,659
	Ataque Self	Meu companheiro(a) me impôs uma hora para eu voltar para casa.	0,606
		Meu companheiro(a) me chamou de gordo(a), feio(a) ou alguma coisa parecida.	-0,504
	Negociacao	Meu companheiro(a) mostrou que respeitava meus pontos de vista e os meus sentimentos.	0,714
		Meu companheiro(a) me explicou o que ele não concordava comigo.	0,677
	Coacao	Meu companheiro(a) me deu um empurrão,	-0,529
		Meu companheiro(a) ameaçou publicar algum fato, foto ou vídeo íntimo meu na internet.	0,631
PERCEPÇÃO	Agressoes fisicas	Usar de força como, por exemplo, segurar ou bater ou usar uma arma para obrigar o companheiro(a) a fazer	0,909
		Ter que ir ao médico ou serviço de saúde por causa de uma briga com o companheiro(a).	0,896
	Agressoes Psicologicas	Exigir saber onde e com quem o companheiro(a) sai.	0,829
		Proibir o companheiro(a) de fazer algo que ele(a) quer fazer.	0,814

Figura 42 – Questões sugeridas para novo questionário segundo a carga fatorial

Outro aspecto que vale ser revisto diz respeito a algumas terminologias utilizadas neste questionário que poderiam ser melhoradas. Por exemplo, admitimos que a palavra “denegrir” traz uma conotação bastante pejorativa e, portanto, poderia ser suprimida já que os termos “humilhar” e “constranger” dão conta do campo semântico da agressão que se quer medir. Também, o termo “mulher”, usado em algumas frases para exprimir sentido de conjugalidade, poderia ser substituído por “esposa” para reforçar o sentido da relação.

Além disso, para continuar o trabalho um passo fundamental seria colocar em campo uma nova onda de pesquisa utilizando a revisão do instrumento aqui proposto. Para isso, contudo, sugerimos uma amostra representativa, de alcance nacional que contemple um total mais equilibrado de casos, com possíveis cotas mínimas das variáveis de controle. Assim a pesquisa nos permitiria não apenas um retrato mais fiel (e representativo) da população brasileira, como também poderíamos, com mais segurança, fazer leituras transversais e correlacionadas com essas variáveis que podem diferenciar resultados de incidência e percepção da violência contra a mulher.

Sugerimos que esta nova onda seja feita também pela internet para manter a privacidade e maior conforto dos respondentes frente à sensibilidade do assunto. Porém sugerimos um recrutamento prévio ou utilização de painéis que garantam a variedade de perfis e a representatividade da amostra em escala nacional, evitando ainda o viés da coleta por indicação.

Além disso, dados desta nova coleta, incluindo as “não respostas”, tem potencial para serem tratados e esgotados estatisticamente, de modo a serem analisados e segmentados o mais detalhadamente possível, apontando os grupos de risco. Identificando os pontos de atenção e os perfis que exigem maiores investimentos para combate ao problema, as políticas públicas de prevenção e combate se tornam mais incisivas e eficazes.

Essa segunda onda também se faz importante para avaliar a estrutura e consistência semântica do novo questionário, afim de torná-lo ainda mais refinado e eficiente.

Além disso, com um mapeamento mais consistente em mãos, seria interessante para a continuidade do trabalho, acrescer à investigação estudos de outras dimensões no campo da psicologia, percepção e cognição. Isso porque mesmo que a percepção desses tipos de agressão venham ganhando a atenção da sociedade, as raízes da cultura patriarcal ainda pairam em valores, sentimentos, crenças e comportamentos sociais. Um estudo interdisciplinar nos ajudaria a “descascar” o fenômeno, indo mais a fundo e investigando as diferenças entre a realidade declarada, emoções e percepções de sentimentos sociais, incluindo vítimas e agressores, afim de entender como as pessoas sentem, o que as motivam,

como elas entendem e processam a realidade e a dinâmica social ao seu redor. Assim, como discutimos anteriormente, poderíamos inclusive estudar mais a fundo as causas, motivações, que determinam e são gatilhos para tais crenças e comportamentos.

Os resultados de uma investigação dessa natureza são importantes para aparelhar entidades públicas e privadas para tomada de ação, seja no campo de políticas públicas, seja no de cuidado e amparo às vítimas, punição aos agressores ou no desenvolvimento de comunicação de interesse público.

Por último, sugerimos que os dados e as análises dessa nova onda sejam divulgados e compartilhados da forma mais ampla possível. Promover acesso à informação, comunicar e munir a sociedade de um retrato, o mais completo possível, do problema é o primeiro passo para combatê-lo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EMPRESAS DE PESQUISA. **Critério de classificação econômica Brasil**, 2014. <http://www..org/criterio-brasil> (acesso em 18/05/16)

BANDEIRA, Lourdes Maria. **Violência de gênero: a construção de um campo teórico e de investigação**. Soc. estado., Brasília , v. 29, n. 2, p. 449-469, Aug. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922014000200008&lng=en&nrm=iso>. (acesso em 28/04/16)

BALDIN, Nelma, and Elzira MB MUNHOZ. "Snowball (bola de neve): uma técnica metodológica para pesquisa em educação ambiental comunitária." Anais do X Congresso Nacional de Educação. I Seminário Internacional de Representações Sociais, Subjetividade e Educação. 2011. Disponível em: http://educere.bruc.com.br/CD2011/pdf/4398_2342.pdf (acesso em 30/04/16)

BRASIL. **Lei Maria da Penha**. Lei 11.340/2006, de 7 de Agosto de 2006.

BOURDIEU, Pierre. *A Dominação Masculina* Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 2003, p 64.

DA SILVA, Luciane Lemos et al. **Violência silenciosa: violência psicológica como condição da violência física doméstica**. Interface-Comunic, Saúde, Educ, v. 11, n. 21, p. 93-103, 2007. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/icse/v11n21/v11n21a09.pdf> (acesso em 27/04/16)

DE BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo**. 4ª edição. Tradução Sérgio Milliet. São Paulo: Difusão Europeia do livro, 1970. Disponível em: <http://brasil.indymedia.org/media/2008/01/409660.pdf>

DELGADO Álvarez C1, ESTRADA Aranda B, LÓPEZ Huerto JA. **Gender and cultural effects on perception of psychological violence in the partner**. Psicothema, 54. 2015.

DAHLBERG, Linda L.; KRUG, Etienne G.. **The Couple Satisfaction Index (CSI). Self Report Measures for Love and Compassion Research: Marital Satisfaction** Ciênc. saúde coletiva, Rio de Janeiro , v. 11, supl. p. 1163-1178, 2006 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232006000500007&lng=en&nrm=iso>. (acesso em 20/09/2016)

DAY, Vivian Peres et al. **Violência doméstica e suas diferentes manifestações**. Revista de psiquiatria do Rio Grande do Sul, v. 25, n. supl 1, p. 9, 2003.

FETZER Institute. **The Couple Satisfaction Index (CSI). Self Report Measures for Love and Compassion Research: Marital Satisfaction**.

FIOCRUZ. **Dicionário Feminino da Infâmia – Acolhimento e Diagnóstico de Mulheres em Situação de Violência**”, 2015.

FIRESTONE, Shulamith. **A dialética do sexo: um manifesto da revolução feminista**. Editorial Labor do Brasil, 1976.

FLACSO BRASIL. **Mapa da Violência, 2015. Homicídio de Mulheres no Brasil. 2015**. Disponível em:

http://www.spm.gov.br/assuntos/violencia/pesquisas-e-publicacoes/mapaviolencia_2015_mulheres.pdf (acesso em 30/04/16)

Funk, J. L. & Rogge, R. D. (2007). **Testing the ruler with item response theory: Increasing precision of measurement for relationship satisfaction with the Couples Satisfaction Index**. *Journal of Family Psychology*, 21, 572-583.

GUTMANN, Matthew. O machismo. **Antropolítica: Revista Contemporânea de Antropologia**, n. 34, 2014. Disponível em: <http://www.revistas.uff.br/index.php/antropolitica/article/view/170/126>

HASSELMANN, Maria Helena; REICHENHEIM, Michael E. **Adaptação transcultural da versão em português da Conflict Tactics Scales Form R (CTS-1), usada para aferir violência no casal: equivalências semântica e de mensuração**. *Cad Saúde Pública*, v. 19, n. 4, p. 1083-1093, 2003. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2003000400030&lng=en&nrm=iso>. (acesso em 09/07/16)

HEILBORN, Maria Luiza; SORJ, Bila; MICELI, Sergio. **Estudos de gênero no Brasil**. Miceli S, organizador. *O que ler na ciência social brasileira (1970-1995)*. São Paulo: Sumaré/ANPOCS, p. 183-221, 1999.

INSTITUTO AVON/IBOPE. **Violência contra a mulher, o jovem está ligado?** 2014. Disponível em:

http://agenciapatriciagalvao.org.br/wp-content/uploads/2014/12/pesquisaAVON-violencia-jovens_versao02-12-2014.pdf (acesso em 30/04/16)

INSTITUTO AVON/IBOPE. **Percepções de Homens sobre a Violência contra as Mulheres**. 2013. Disponível em:

http://www.compromissoeatitude.org.br/wp-content/uploads/2013/12/folderpesquisa_instituto22x44_5.pdf (acesso em 30/04/16)

INSTITUTO AVON/IBOPE. **Percepções sobre a violência doméstica contra a mulher no Brasil**. 2011. Disponível em: <http://compromissoeatitude.org.br/wp-content/uploads/2012/08/Avon-Ipsos-pesquisa-violencia-2011.pdf> (acesso em 30/04/16)

IPEA/SIPS. **Tolerância social à violência contra as mulheres**. 2014. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/SIPS/140327_sips_violencia_mulheres.pdf (acesso em 30/04/16)

LAGE, Lana; NADER, Maria Beatriz. **Violência contra a mulher: Da legitimação à condenação social**. In: *Nova História das Mulheres*. Org. Carla Bassanezi e Joana Pedro. São Paulo: Contexto, 2012.

MATHEUS, Carlos. **"As opiniões se movem nas sombras"**. São Paulo: Atlas, 2011.

MORAES, Claudia Leite; HASSELMANN, Maria Helena; REICHENHEIM, Michael E. **Adaptação transcultural para o português do instrumento " Revised Conflict Tactics Scales (CTS2)" utilizado para identificar violência entre casais.** Cad Saúde Pública, v. 18, n. 1, p. 163-76, 2002.

MARQUES, Tânia Mendonça; COLETA, Marília Ferreira Dela. **Atribuição de causalidade e reações de mulheres que passaram por episódios de violência conjugal.** Temas psicol., Ribeirão Preto, v. 18, n. 1, p. 205-218, 2010. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X2010000100017&lng=pt&nrm=iso>. (acesso em 20 set. 2016.)

OLINTO, Gilda. **Capital cultural, classe e gênero em Bourdieu.** 1995. Disponível em: <http://ridi.ibict.br/bitstream/123456789/215/1/OlintoSilvaINFORMAREv1n2.pdf> (acesso em 02/07/16)

OLIVEIRA, Queiti Batista Moreira et al. **Namoro na adolescência no Brasil: circularidade da violência psicológica nos diferentes contextos relacionais.** Ciênc. saúde coletiva, v. 19, n. 3, p. 707-718, 2014.

Pesquisa **#APoliciaPrecisaFalarSobreEstupro.** Fórum Brasileiro de Segurança Pública; Datafolha; Agosto, 2016.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, Secretaria de Políticas para as Mulheres. <http://www.spm.gov.br/assuntos/violencia/pesquisas-e-publicacoes> (acesso em 30/04/16)

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, Secretaria de Políticas para as Mulheres. 2015. **Balanco Semestral Janeiro a Junho - Ligue 180. Brasília: Presidência da República.** Disponível em: <http://www.spm.gov.br/assuntos/violencia/ligue-180-central-de-atendimento-a-mulher/balanco1sem2015-versao-final.pdf>

Psicologia social - Comportamentos Violentos, Violência Doméstica. ESEC – Universidade do Algarve, 2012. Disponível em: <http://pt.slideshare.net/RicardodaPalma/psicologia-social-comportamentos-violentos-violencia-domestica> (acesso em 19/07/2016)

PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (Org.). **Nova História das Mulheres no Brasil.** São Paulo: Contexto, 2012

RODRIGUES, Aroldo. **Atribuição de casualidade: estudos brasileiros.** Arquivos Brasileiros de Psicologia, v. 36, n. 2, p. 5-20, 1984.

QUIVY, R. e CAMPENHOUDT, L.v.. **Manual de investigação em ciências sociais.** Lisboa: Gradiva, 1988.

SANTOS, J. A. **Gênero na Teoria Social - Papéis, Interações e Instituições.** Virtú (UFJF), v. 4, p. 4 edição, 2007.

SENADO FEDERAL. **Relatório de Pesquisa. Violência doméstica e familiar contra a mulher.** Brasília: Secretaria de Transparência Coordenação de Controle Social. Serviço de Pesquisa DataSenado. 2015. Disponível em:

<https://www12.senado.leg.br/noticias/arquivos/2015/08/10/violencia-domestica-e-familiar-contr-a-mulher>. (acesso em 30/04/16)

STRAUS, Murray A.; DOUGLAS, Emily M. **A short form of the Revised Conflict Tactics Scales, and typologies for severity and mutuality.** *Violence and victims*, v. 19, n. 5, p. 507-520, 2004.

STRAUS, Murray A. et al. **The revised conflict tactics scales (CTS2) development and preliminary psychometric data.** *Journal of family issues*, v. 17, n. 3, p. 283-316, 1996.

STRAUS, Murray A. **Measuring intrafamily conflict and violence: The conflict tactics (CT) scales.** *Journal of Marriage and the Family*, p. 75-88, 1979.

STRAUS, Murray A.; Hamby, Sherry L.; Boney-McCoy, Susan; Sugarman, David B. (May 1996). «**The Revised Conflict Tactics Scales (CTS2): Development and Preliminary Psychometric Data**». *Journal of Family Issues* 17 (3): 283-316.[doi:10.1177/019251396017003001](https://doi.org/10.1177/019251396017003001). (acesso em 20/05/16)

Referências eletrônicas

http://www.papodehomem.com.br/trailer-documentario-precisamos-falar-com-os-homens-uma-jornada-pela-igualdade-de-genero?utm_content=buffer608b8&utm_medium=social&utm_source=facebook.com&utm_campaign=buffer (acesso em 03/03/2016)

Jus Brasil <http://artedeagrado.jusbrasil.com.br/artigos/295591011/referencias-bibliograficas-para-defesa-de-homens-como-vitimas-de-violencia-domestica> (acesso em 30/04/16)

ONG Compromisso e atitude <http://www.compromissoeatitude.org.br/dados-nacionais-sobre-violencia-contr-a-mulher/> (acesso em 15/04/2016)

ONG quem ama abraça <http://www.quemamaabraca.org.br/> (acesso em 30/04/16)

<http://super.abril.com.br/comportamento/dados-violencia-contr-a-mulher-brasil> (acesso em 30/04/16)

<http://portal.fiocruz.br/pt-br/content/document%C3%A1rio-mostra-como-foi-cria%C3%A7%C3%A3o-do-dicion%C3%A1rio-feminino-da-inf%C3%A2ncia> (acesso em 30/04/16)

<http://www.onumulheres.org.br/elesporelas/> (acesso em 30/04/16)

<https://ensaiosdegenero.wordpress.com/2012/04/23/o-conceito-de-genero-por-joan-scott-genero-enquanto-categoria-de-analise/> (acesso em 30/04/16)

[https://pt.wikipedia.org/wiki/Atribui%C3%A7%C3%A3o_\(psicologia\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/Atribui%C3%A7%C3%A3o_(psicologia)) (acesso em 08/05/2016)

http://www.brasilpost.com.br/2014/11/25/violencia-psicologica_n_6214298.html (acesso em 21/05/2016)

http://www.brasilpost.com.br/2014/11/21/violencia-contra-mulher-organizacao-mundial-da-saude_n_6198006.html (acesso em 21/05/2016)

http://www.brasilpost.com.br/2014/11/25/violencia-mulher-o-o-que-fazer_n_6218156.html?1416929779 (acesso em 21/05/2016)

<https://pt.wikipedia.org/wiki/Viol%C3%Aancia> (acesso em 21/05/2016)

<http://www.significados.com.br/violencia/> (acesso em 21/05/2016)

<http://www.revistaforum.com.br/questaodegenero/2013/12/11/a-violencia-psicologica-contra-mulheres-e-um-problema-naturalizado/> (acesso em 05/06/16)

<http://anaeufrazio.blogspot.com.br/2013/04/violencia-psicologica-contra-mulher.html> (acesso em 05/06/16)

<http://www.onumulheres.org.br/areas-tematicas/fim-da-violencia-contra-as-mulheres/> (acesso em 05/06/16)

<https://nosotraslasbrujas.wordpress.com/2015/01/27/os-meios-de-reproducao-a-evolucao-da-opressao-e-exploracao-das-mulheres/> (acesso em 29/06/16)

<http://www.catarticos.com.br/doce/nao-sao-atos-isolados-gaslighting-por-que-eles-querem-que-voce-acredite-que-esta-louca/> (acesso em 28/07/16)

<http://revistacult.uol.com.br/home/2010/03/pequeno-glossario-da-teoria-de-bourdieu/> (acesso em 02/07/16)

<https://ensaiosdegenero.wordpress.com/2012/05/21/o-conceito-de-genero-por-pierre-bourdieu-a-dominacao-masculina/> (acesso em 02/07/16)

<https://pt.wikipedia.org/wiki/Habitus> (acesso em 03/07/16)

https://es.wikipedia.org/wiki/Escala_de_t%C3%A1cticas_de_conflicto#cite_note-Straus1996-3 (acesso em 09/07/2016)

<http://www.netquest.com/blog/br/amostra-bola-de-neve/> (acesso em 26/07/2016)

<http://dssbr.org/site/2014/03/violencia-contra-a-mulher-um-problema-de-proporcoes-epidemicas/> (acesso em 15/8/2016)

ANEXO I

Questionário Pesquisa Relacionamentos

Q50 Olá, Obrigado por aceitar participar desta pesquisa. Nela vamos falar sobre relacionamentos. Sabemos que este assunto é bem pessoal e íntimo, por isso garantimos que as respostas são anônimas, com total e completo sigilo. Ah, se preferir, sugerimos que você responda as perguntas sozinho(a), afinal queremos que você fique bem confortável para responder com sinceridade o que você vive, pensa e sente sobre sua relação. As perguntas são de alternativas e a pesquisa toda leva só uns 15 minutinhos. Mais uma vez muito obrigado por participar!

Q1 Qual alternativa identifica seu gênero?

- Mulher (1)
- Homem (2)

Q3 Você está em um relacionamento com alguém?

- Sim (1)
- Não (2)

If Não Is Selected, Then Skip To End of Survey

Q4 Há quanto tempo você está nesse relacionamento

- menos de 6 meses (1)
- 6 meses a 1 ano (2)
- 1 a 5 anos (3)
- 5 a 10 anos (4)
- mais de 10 anos (5)

If menos de 6 meses Is Selected, Then Skip To End of Survey

Q7 Qual alternativa identifica seu estado civil?

- Solteiro(a) (1)
- Casado(a) (2)
- Divorciado(a) (3)
- Viúvo(a) (4)
- Outro (5)

Q67 Você tem filhos?

- Sim (quantos?) (1) _____
- Não (3)

Q9 Qual alternativa identifica sua orientação sexual?

- Heterossexual (1)
- Homossexual (2)
- Bissexual (3)
- Outro (4) _____

Q8 Qual alternativa identifica sua cor?

- Branco(a) (1)
- Preto(a) (2)
- Pardo(a) (3)
- Amarelo(a) (4)
- Indígena (5)

Q46 Em qual região do Brasil você reside?

- Região Norte (1)
- Região Sul (2)
- Região Nordeste (3)
- Região Sudeste (4)
- Região Centro-Oeste (5)

Q5 Qual a sua idade?

If Qual a sua idade? Is Less Than 18, Then Skip To End of Survey
If Qual a sua idade? Is Greater Than 60, Then Skip To End of Survey

Q10 Qual o seu nível de instrução?

- Sem escolaridade (1)
- Ensino Fundamental (1 grau) incompleto (2)
- Ensino Fundamental (1 grau) completo (3)
- Ensino Médio (2 grau) incompleto (4)
- Ensino Médio (2 grau) completo (5)
- Superior Incompleto (6)
- Superior Completo (7)
- Pós-Graduação (8)

Q6 Qual sua renda domiciliar mensal aproximada? (ou seja, a soma da renda de todos que moram com você)

- não tenho renda no momento (8)
- menos de R\$ 640 (1)
- R\$ 641 - R\$ 1.446 (2)
- R\$ 1.447 - R\$ 2.409 (3)
- R\$ 2.410 - R\$ 4.427 (4)
- R\$ 4.428 - R\$ 8.695 (5)
- R\$ 8.696 - R\$ 20.272 (6)
- mais de R\$ 20.272 (7)

Q13 Por favor, indique o quanto você concorda ou discorda com as afirmações abaixo

	Discordo Totalmente (1)	Discordo Parcialmente (2)	Nem concordo, nem discordo (3)	Concordo Parcialmente (4)	Concordo Totalmente (5)
Os homens devem ser a cabeça do lar (1)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
A mulher casada deve satisfazer o marido na cama, mesmo quando não tem vontade (2)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Tem mulher que é pra casar, tem mulher que é pra cama (3)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
O que acontece com o casal em casa não interessa aos outros (4)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Em briga de marido e mulher, não se mete a colher (5)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Casos de violência dentro de casa devem ser discutidos somente entre os membros da família (6)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
A mulher que apanha em casa deve ficar quieta para não prejudicar os filhos (7)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Q51 Por favor, indique o quanto você concorda ou discorda com as afirmações abaixo

	Discordo Totalmente (1)	Discordo Parcialmente (2)	Nem concordo, nem discordo (3)	Concordo Parcialmente (4)	Concordo Totalmente (5)
Homem que bate na esposa tem que ir para a cadeia (8)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Um homem pode xingar e gritar com sua própria mulher (9)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
É aceitável que um homem que cresceu em uma família violenta agrida sua mulher (10)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
É aceitável que um homem rasgue ou quebre as coisas da mulher se ficou nervoso (11)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
É da natureza do homem ser violento (12)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Mulheres que usam roupas que mostram o corpo merecem ser atacadas (13)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Se as mulheres soubessem como se comportar, haveria menos estupros (14)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
O marido tem o direito de controlar sua mulher (15)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Q69 Pensando no seu relacionamento atual, responda sobre as situações abaixo:

	Nunca aconteceu eu (0)	Não aconteceu nos últimos 6 meses, mas já aconteceu antes (1)	Uma vez nos últimos 6 meses (2)	Duas vezes nos últimos 6 meses (3)	3 a 5 vezes nos últimos 6 meses (4)	6-10 vezes nos últimos 6 meses (5)	11-20 vezes nos últimos 6 meses (6)	Mais de 20 vezes nos últimos 6 meses (7)
Eu chamei meu companheiro(a) de louco(a), e o(a) acusou de estar imaginando coisas mesmo sabendo que ele(a) estava certo(a). (1)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Meu companheiro(a) me chamou de louco(a), e me acusou de estar imaginando coisas mesmo sabendo que eu estava certo(a). (2)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Q70 Alguns desses conflitos acabam sendo mais ou menos violentos. Queremos saber agora, em uma escala de 1 a 5, a sua percepção em relação ao nível de violência de cada uma das situações.

Q58 Na escala de 1 a 5, quão violentos são os comportamentos abaixo, na sua opinião? (para opção 1 apenas clique, para os outros números clique e arraste)

_____ Explicar para o companheiro(a) que não concorda com ele(a) (1)

_____ Insultar ou xingar o companheiro(a) (2)

_____ Ter uma torção, contusão, “mancha roxa” ou pequeno corte por causa de uma briga. (3)

Q59 Na escala de 1 a 5, quão violentos são os comportamentos abaixo, na sua opinião?(para opção 1 apenas clique, para os outros números clique e arraste)

_____ Mostrar que respeita os pontos de vista e os sentimentos do companheiro(a). (4)

_____ Empurrar o companheiro(a). (5)

_____ Dar uma surra no companheiro(a). (6)

Q53 Na escala de 1 a 5, quão violentos são os comportamentos abaixo, na sua opinião?(para opção 1 apenas clique, para os outros números clique e arraste)

_____ Destruir alguma coisa que pertencia ao companheiro(a) de propósito. (7)

_____ Ter que ir ao médico ou serviço de saúde por causa de uma briga com o companheiro(a). (8)

_____ Usar de força como, por exemplo, segurar ou bater ou usar uma arma para obrigar o companheiro(a) a fazer sexo. (9)

Q62 Na escala de 1 a 5, quão violentos são os comportamentos abaixo, na sua opinião?(para opção 1 apenas clique, para os outros números clique e arraste)

_____ Insistir em fazer sexo quando o companheiro(a) não queria, sem usar força física. (10)

_____ Acusar o companheiro(a) de ser “ruim de cama”. (11)

_____ Fazer algo para ofender o companheiro(a). (12)

Q54 Na escala de 1 a 5, quão violentos são os comportamentos abaixo, na sua opinião?(para opção 1 apenas clique, para os outros números clique e arraste)

_____ Ameaçar acertar ou jogar alguma coisa no companheiro(a). (13)

_____ Fazer ameaças para obrigar o companheiro(a) a fazer sexo. (14)

_____ Gritar ou berrar com o companheiro(a). (15)

Q63 Na escala de 1 a 5, quão violentos são os comportamentos abaixo, na sua opinião?(para opção 1 apenas clique, para os outros números clique e arraste)

_____ Chamar o companheiro(a) de gordo/a, feio/a ou alguma coisa parecida. (16)

_____ Constranger o companheiro(a) em público de propósito. (17)

_____ Humilhar ou denegrir o companheiro(a) (18)

Q55 Na escala de 1 a 5, quão violentos são os comportamentos abaixo, na sua opinião?(para opção 1 apenas clique, para os outros números clique e arraste)

_____ Não deixar o companheiro(a) sair para encontrar amigos ou familiares. (19)

_____ Exigir saber onde e com quem o companheiro(a) sai. (20)

_____ Proibir o companheiro(a) de fazer algo que ele(a) quer fazer. (21)

Q66 Na escala de 1 a 5, quão violentos são os comportamentos abaixo, na sua opinião?(para opção 1 apenas clique, para os outros números clique e arraste)

_____ Olhar as mensagens, e-mails ou redes sociais do(a) companheiro(a) sem autorização. (22)

_____ Ameaçar publicar algum fato, foto ou vídeo íntimo do companheiro(a) na internet. (23)

_____ Impor hora para o companheiro(a) voltar para casa. (24)

Q65 Na escala de 1 a 5, quão violentos são os comportamentos abaixo, na sua opinião?(para opção 1 apenas clique, para os outros números clique e arraste)

_____ Falar para o companheiro(a) que ele(a) é incompetente ou incapaz. (25)

_____ Falar mentiras sobre o companheiro(a) para os outros. (26)

_____ Chamar o companheiro(a) de louco(a), e acusá-lo(a) de estar imaginando coisas mesmo sabendo que ele(a) está certo(a). (27)